



Marilene Corrêa da Silva

Estudos da Amazônia Contemporânea: Dimensões da Globalização

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

350

SENADO FEDERAL



EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

Poucos lugares do mundo agrupam tanta diferença física e cultural. Poucas populações têm causado tanto estranhamento. Poucos povos têm resistido a tanta agressão, variedade de exploração, domínio, recusa da alteridade e das possibilidades do espírito. Surpresa, espanto, admiração são gradativamente substituídos pelo desprezo, descrença, brutalidade. A história das sociedades amazônicas é uma produção coletiva da diversidade da humanidade. A Amazônia esteve sempre no limite da racionalidade e da irracionalidade dos confrontos civilizatórios. Está presente em seus silêncios, em todos os processos de afirmação de campos de conhecimento da era moderna: a filosofia, a botânica, a astronomia, a geografia, a história, a economia, o direito, as artes e a religião. Tratados e acordos de cooperação internacional das dinastias dividiram seus territórios antes da invenção da América; os procedimentos da política aplicada dos estados modernos fizeram e refizeram seus espaços e nem assim conseguiram integrá-la além dos aspectos formais. Hoje a Amazônia é um lugar de passagem do mundo. São inúmeras as consequências dessa condição. Compreendê-las como linguagem de uma época é mais um desafio para o pensamento contemporâneo.

Estudos da Amazônia Contemporânea



Senado Federal

Mesa

Biênio 2025/2026

Senador Davi Alcolumbre

Presidente

Senador Eduardo Gomes

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa

2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro

1ª Secretária

Senador Confúcio Moura

2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira

4º Secretário

Suplentes de secretário

Senador Chico Rodrigues

Senador Styvenson Valentim

Senador Mecias de Jesus

Senadora Soraya Thronicke

Conselho Editorial

Senador Randolfe Rodrigues

Presidente

Esther Bemerguy de Albuquerque

Vice-Presidente

Conselheiros

Alexandre de Souza Santini Rodrigues

Ana Cláudia Farranha

Ana Flavia Magalhães Pinto

Ana Maria Veiga

Alcinéa Cavalcante

Bruno Lunardi Gonçalves

Carlos Ricardo Caichiolo

Esmeraldina dos Santos

Heloisa Maria Murgel Starling

Ilana Trombka

João Batista Gomes Filho

Marco Américo Lucchesi

Nathalia Henrich

Rafael André Vaz Chervenski

Victorino Coutinho Chermont
de Miranda

Marilene Corrêa da Silva



Estudos da Amazônia Contemporânea

dimensões da globalização

Edições do Senado Federal
vol. 350

Brasília, 2025

SENADO FEDERAL



Edições do Senado Federal, vol. 350

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

Organização e revisão: Cristiano Ferreira

cedit@senado.leg.br

<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/conselho-editorial-1>

Todos os direitos reservados

Secretaria de Editoração e Publicações

Capa: Leonardo Matoso

Projeto gráfico: Eduardo Franco e Leonardo Matoso

Diagramação: Eduardo Franco e Nely Graça

Revisão: Anderson Gonçalves, Laércio Franzon, Marília Coelho e Mariana Sanmartin

Revisão técnica: Bárbara Tavares

© Senado Federal, 2025

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº

CEP 70165-900 — DF

Silva, Marilene Corrêa da.

Estudos da Amazônia contemporânea : dimensões da globalização / Marilene Corrêa da Silva. — Brasília : Senado Federal, 2025.

148 p. — (Edições do Senado Federal ; v. 350) (COP 30)

Inclui notas explicativas, bibliográficas e bibliografia.

ISBN: 978-65-5676-659-1

1. Conservação da natureza, Brasil. 2. Desenvolvimento econômico, Amazônia. 3. Globalização, Amazônia. I. Título. II. Série.

CDD 333.72

Ficha catalográfica elaborada por Alessandra Marinho da Silva — CRB 1 2102

Sumário

Apresentação da Coleção COP 30	7
Apresentação	11
Prefácio	13
<i>Marilene Corrêa da Silva Freitas</i>	

Parte 1

Capítulo 1 Historicidade da Globalização na Amazônia	17
1 Processos de globalização na Amazônia	17
2 A questão ecológica e a questão regional	22
3 O “continente” amazônico em meio à questão ecológica	28
4 A integração da Amazônia ao mundo ocidental	33
Referências bibliográficas	37
Capítulo 2 As Ciências Sociais e a Globalização: objeto e problemática	39
1 Enfoques da globalização	41
2 Realismo e utopias da globalização	49
Referências bibliográficas	60
Capítulo 3 Os Fundamentos Explicativos e Compreensivos da Amazônia na Era da Globalização	63
1 Fundamentos explicativos e compreensivos	63
2 Sociologia e globalização: um pretexto para a imaginação sociológica	69
Referências bibliográficas	74

Parte 2

Capítulo 4 Estruturas e Processos de Mudanças Sociais na Amazônia na Era da Globalização	85
Introdução	85
1 O começo do sem-fim	86

2	Sinais dos tempos e das metamorfoses da Amazônia	88
3	Condições das metamorfoses da Amazônia	91
4	O fiasco da nação e a “Ilusão do Fausto” produzindo a <i>belle époque</i>	93
5	A mundialização da Amazônia: processos, expressões e fabulações da realidade e da reinvenção da natureza	101
6	Contrastes da “morfologia da sociedade global” na Amazônia	104
7	Novos poderes, transversalidade e submissão: vozes do sem- fim no começo da sociedade global	109
	Referências bibliográficas	121
Capítulo 5 A Crônica da Amazônia Contemporânea		125
1	Nuanças da globalização na Amazônia	125
	Referências bibliográficas	146

Apresentação da Coleção COP 30



A realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), pela primeira vez sediada na Amazônia brasileira — em Belém, no estado do Pará —, representa um marco histórico e uma oportunidade singular para o Brasil reafirmar seu compromisso com a preservação ambiental e com a construção de um futuro sustentável e justo. Em um mundo cada vez mais impactado por eventos extremos como secas prolongadas, inundações, incêndios florestais e avanço do nível dos oceanos, a conferência desponta como espaço crucial para reverter trajetórias de destruição e reafirmar o compromisso global com a sustentabilidade. Essa cúpula multilateral carrega a responsabilidade de transformar promessas em ações concretas. O que está em jogo não é apenas o futuro das próximas gerações, mas o presente de milhões que já enfrentam os efeitos da degradação ambiental.

É nesse contexto que o Conselho Editorial do Senado Federal lança a Coleção COP 30, um conjunto de obras que expressa o esforço do Parlamento em contribuir para o debate climático a partir de múltiplas perspectivas: científica, literária, educativa e política.

Destaco, com especial alegria, que Macapá — a capital do meu amado estado — será subsede dessa conferência histórica. Para nós, amapaenses, que vivemos no estado mais preservado do Brasil, trata-se de uma ocasião ímpar para apresentar ao mundo a nossas riquezas naturais, a nossa cultura vibrante e o valor da nossa gente. Somos guardiões de parques, de unidades de conservação, de rios que alimentam a terra e o espírito. Somos prova viva de que é possível manter a floresta em pé e, ao mesmo tempo, construir um modelo de desenvolvimento baseado nos frutos da floresta e nas potencialidades do território. Aliás, quem nunca viu o Amazonas, não conhece o Brasil em sua inteireza. Ser banhado por esse rio é um privilégio imensurável. A COP 30 será também o momento de mostrar nossas urgências. Nosso povo precisa de dignidade, de oportunidades, de justiça



social. Preservar a floresta é inadiável; garantir justiça para quem nela vive é igualmente essencial.

A coleção apresenta reflexões sobre a Amazônia em toda a sua complexidade humana, cultural e ambiental. Reúne narrativas que resgatem memórias e vivências das populações tradicionais, análises profundas sobre a realidade socioambiental brasileira e textos voltados à educação e à sensibilização das novas gerações. Essas obras revelam os desafios enfrentados pelo país diante das mudanças climáticas, ao mesmo tempo que apontam caminhos possíveis para uma transição justa, com metas efetivas de redução das emissões de gases de efeito estufa, ampliação do uso de energias renováveis, preservação de ecossistemas e fortalecimento de políticas públicas voltadas à adaptação dos territórios e à proteção das populações mais vulneráveis.

A emergência climática impõe também a mobilização de recursos financeiros para que países em desenvolvimento possam implementar medidas concretas de mitigação e adaptação, de forma justa e equitativa. Como alertou o Papa Francisco, em sua memorável encíclica *Laudato Si'*, “o impacto mais grave das mudanças climáticas recai sobre os mais pobres”. Por isso, qualquer solução ambiental verdadeiramente sustentável deve estar comprometida também com a superação das desigualdades sociais entre pessoas e entre nações.

Nesse sentido, os livros da Coleção COP 30 dialogam com as discussões mais atuais sobre financiamento climático e sobre a urgência de mecanismos internacionais mais eficazes e solidários. Ao mesmo tempo, reforçam a centralidade da justiça climática, compreendida como a garantia de que nenhuma comunidade seja deixada para trás, especialmente aquelas que, historicamente, mais contribuíram para a preservação dos ecossistemas: povos indígenas, comunidades ribeirinhas, quilombolas e demais grupos tradicionais.

A COP 30 convida o mundo a escutar a floresta e seus guardiões, a considerar o saber ancestral em diálogo com a ciência, e a construir pactos justos e eficazes em defesa da vida no planeta. A escolha da Amazônia como sede não é apenas simbólica: representa o reconhecimento da centralidade dos biomas tropicais e da urgência em protegê-los. Afinal, o que acontece na Amazônia repercute em todo o planeta.

Com títulos como *Estudos da Amazônia Contemporânea*, *Cuidando da Nossa Terra*, *30 Anos de Floresta*, *Os Balateiros do Maicuru*, *Os Náufragos do Carnapijô*, *O Ouro do Jamanxim* e as versões adulta e infantil da *Carta da Terra*, a coleção propõe uma visão ampla, plural e engajada do papel do Brasil — e de suas instituições — no enfrentamento da crise climática. Inclui ainda a Coletânea Chico Mendes, com seis volumes dedicados à vida, à luta e ao legado de um dos maiores defensores da floresta e dos povos amazônicos; além da Coleção Amazonicidades, que valoriza os saberes locais e a diversidade cultural da região.

Mais que um conjunto de publicações, a Coleção COP 30 é uma contribuição concreta do Senado Federal à construção de uma consciência climática pautada na ciência, na democracia e nos direitos humanos. É a expressão de um compromisso com o futuro — um futuro que precisa ser construído agora, com responsabilidade, coragem e solidariedade.

Senador Randolfe Rodrigues
Presidente do Conselho Editorial do Senado Federal

Apresentação



Poucos lugares do mundo estão sujeitos às aventuras e desventuras intelectuais como a Amazônia. Poucos lugares do mundo sofrem a vontade do homem congelar-lhe o tempo, reformar-lhe os ciclos das águas, atenuar-lhe a temperatura sufocante: implantar a “civilização nos trópicos” resume a vontade de projetos retrógrados e futuristas de aperfeiçoamento da “natureza inacabada”.

Poucos lugares do mundo agrupam tanta diferença física e cultural. Poucas populações têm causado tanto estranhamento. Poucos povos têm resistido a tanta agressão, variedade de exploração, domínio, recusa da alteridade e das possibilidades do espírito. Surpresa, espanto, admiração são gradativamente substituídos por desprezo, descrença, brutalidade. A história das sociedades amazônicas é uma produção coletiva da diversidade da humanidade.

A Amazônia esteve sempre no limite da racionalidade e da irracionalidade dos confrontos civilizatórios. Está presente em seus silêncios, em todos os processos de afirmação de campos de conhecimento da era moderna: a filosofia, a botânica, a astronomia, a geografia, a história, a economia, o direito, as artes e a religião. Tratados e acordos de cooperação internacional das dinastias dividiram seus territórios antes da invenção da América; os procedimentos da política aplicada dos estados modernos fizeram e refizeram seus espaços e nem assim conseguiram integrá-la além dos aspectos formais.

Hoje a Amazônia é um lugar de passagem do mundo. São inúmeras as consequências desta condição. Compreendê-las como linguagem de uma época é mais um desafio para o pensamento contemporâneo.

Marilene Corrêa da Silva



Prefácio



Este livro, parte publicado há 25 anos, apresenta faceta de minha reflexão sobre a Amazônia brasileira, meu lugar de origem, amazonense que sou. Professora universitária federal e pesquisadora em processo de formação à época da produção desta escritura, abordo a temática de como as regiões e estados nacionais são envolvidos por processos de globalização econômicos, políticos e socioculturais.

A Amazônia e a globalização, no foco do livro, apresentam relações claras em alguns problemas e temas de interesse recíproco, mas com diferentes sentidos. Necessário esclarecer qual a conexão mais desafiadora e qual a problemática mais importante e evidente como objeto de pesquisa. Superar o senso comum e a suspeição da cobiça internacional que ronda a Amazônia é oferecer mais argumentos à demonstração científica de fatos e fenômenos locais.

O desafio teórico, portanto, se impõe na justificação do empreendimento pretendido, que, neste caso, é responder como e em que medida a região amazônica foi envolvida nas relações globais, criar categorias e conceitos que expliquem esses fenômenos, e compreender como essa dinâmica se expressa localmente. Dessas relações amplas e contraditórias, a particularidade da situação regional se apresenta visível, mais compreensível aos brasileiros, mais exigente aos que disputam os poderes locais e mais atrativa aos olhos externos. Pode-se resumir que, ao nosso ponto de vista, a história das sociedades amazônicas é uma produção coletiva da diversidade da humanidade.

Inclino-me a pensar que muitos dos problemas que a região apresenta estão relacionados sua condição de moeda de troca em várias crises da sociedade nacional. A imaginação científica e artística, juntas em vários pontos, apresentam imagens assemelhadas da condição contemporânea da Amazônia. Expressam quadros interdependentes de desafios e impasses. Não sendo objeto desta tarefa, não aprofundo essa realidade neste livro, mas já



deixo declarada a hipótese subjacente que requer, é claro, demonstração e explicação.

A sociedade global conceituada e configurada nos anos 80 e 90 por Octavio Ianni, no campo da sociologia brasileira, inaugura um laboratório de ideias coletivas que resultará, nos anos posteriores em centenas de pesquisas e ensaios do qual este livro é uma das proposituras, pois inspira-se no diálogo do campo sociológico. Obviamente que abordagem desse porte colide e debate com cânones teóricos, cujo pensamento social interpretava o Brasil. O foco sobre a formação social desigual e fragmentada, em partes rurais, atrasadas e pobres, enquanto em outras havia em progresso industrial, cultural e político era dominante. Variações de determinações e influências da luta de classes, e do abismo étnico racial que separa os grupos sociais brasileiros, situavam conceitos e realidades no marco do desenvolvimentismo, da dualidade entre atraso e progresso, dos sertões e do litoral, do Brasil profundo e do Brasil das elites civilizadas em moldes europeus, a significar necessidade de o país integrar-se no ritmo e na atmosfera da modernidade.

Os capítulos fundem questões e hipóteses no quadro de referências do diálogo norteador de conceitos e categorias. No primeiro, a propositura central; nos segundo e terceiro indico o debate teórico; no terceiro e quarto capítulos, apresento ilustrações interpretativas e compreensivas de como o tema foi manejado. Realizo aproximações literárias e científicas, diálogos presentes nas imagens contemporâneas da região. Perguntas explícitas e subjacentes sobre a globalização de regiões e estados enquanto processo histórico e desafio teórico permitem verificar o modo como a região é desafiada a participar da engrenagem do mundo, em que condições, e em certa ordem de problemas, ditos regionais. Para além do livro, a narrativa contém um recorte de preocupações que acompanham a autora no percurso de sua imersão no pensamento social brasileiro.

Marilene Corrêa da Silva Freitas
Manaus, outubro de 2024.



Parte 1



Capítulo 1

Historicidade da Globalização na Amazônia



1 Processos de globalização na Amazônia

A Amazônia foi lançada no mundo antes de a sociedade nacional constituir-se como uma unidade territorial e política. Essa precedência parece ter lhe destinado uma tensão permanente entre articular-se às forças de integração à sociedade brasileira ou articular-se às forças de integração aos interesses globais ou, ainda, configurar-se como espaço e recurso de realização dos interesses nacionais articulados mundialmente.

A Amazônia sai do estado de natureza com a emergência dos processos de globalização econômica e política. O mercantilismo e o absolutismo monárquico que inseriram a região no jogo de forças internacionais deixaram inúmeras marcas dessa interferência. A geografia regional, por exemplo, foi delineada no loteamento de terras e gentes entre espanhóis, portugueses, ingleses, franceses e até holandeses, que disputaram na Amazônia possíveis mercados, escravos potenciais e a supremacia política na ocidentalização das relações mundiais.¹ A sociedade regional implantada via colonização carregou desde o seu nascedouro as oposições Terra x Ouro, reforma e revolução, absolutismo e república, escravidão e racismo, que estavam na base das relações políticas e econômicas europeias. A regionalização da cultura amazônica correspondeu, de um lado, a um complexo processo de transculturação pela imposição da língua e de costumes europeus aos po-

1 Alusão às Bulas Papais de 1455 (dava para a nação portuguesa o direito de reduzir à servidão todos os povos infieis), de 1493 (que dividiu as possessões coloniais entre os países ibéricos: o Leste coube a Portugal e o Oeste à Espanha) e à disputa colonial pelos outros países europeus, tomando como marco 1497, com a viagem de Cabot a América.



vos amazônicos, e, de outro lado, a um não menos complexo processo de integração e resistência recíprocas entre as etnias, para enfrentar o domínio colonial.

As tentativas de dar homogeneidade e conformidade à região e suas etnias pelos projetos coloniais europeus produziram importantes significados na história e na cultura amazônica. Tais efeitos, que foram se produzindo na sociedade regional em curso, fizeram emergir os interesses regionais, o recrudescimento de conflitos entre índios e brancos e entre os projetos coloniais secular e religioso e, ainda, as forças de preservação da unidade territorial e política contra as forças de loteamento físico e político.

Os quatro séculos de predominância da dominação portuguesa na Amazônia não foram capazes de eliminar ou “resolver” as contradições fundadas pelas estruturas modernas. Ao contrário, impingiram na sociedade regional os principais componentes de integração e de polarização com a sociedade nacional emergente. As relações de articulação e de oposição da Amazônia regional com o Brasil têm em alguma medida implicações diretas com os fundamentos organizativos da sociedade regional.

A sociedade nacional alcança a Amazônia em mais um momento do processo de mundialização política e econômica. O mercado capitalista em expansão, sob a supremacia inglesa, já criara laços comerciais entre os produtores da Amazônia e a burguesia capitalista, subvertendo o exclusivo metropolitano. Os ciclos cacaueteiro, algodoeiro e de outros produtos que tiveram expansões significativas entre os fins do século XVIII e início do século XIX, permitindo a configuração de grupos sociais e de interesses autônomos do poder colonial, promoveram os impulsos da demanda externa pelas matérias-primas regionais e um fluxo permanente de intercâmbio com a economia de mercado. Simultaneamente, os movimentos políticos locais que opuseram a elite colonial e a elite regional emergente articularam a Amazônia aos movimentos nacionais pela independência do Brasil, de um lado, e, de outro lado, desenvolveram forças políticas internas à região, de natureza reacionária e revolucionária, que produziram os movimentos separatistas cuja expressão máxima realiza-se na Cabanagem. Vários sinais evidenciam que as marcas das contradições econômicas e políticas do mundo em conflito na Amazônia combinaram-se às ações internas e fundaram

inúmeras questões: o confronto entre a Região e Nação, a questão agrária e indígena e a questão do modelo de desenvolvimento econômico e de organização política da Amazônia estão entre as principais que extrapolam o limite dos interesses regionais e nacionais. Pode-se até dizer que muitos aspectos de tais interesses também se aplicam quando analisados em dimensões mundiais. No limite, a própria compreensão dos fundamentos organizativos da sociedade regional pode ser relacionada às tentativas do poder metropolitano de enfrentar a revolução burguesa e superar a crise colonial. Do mesmo modo, a emergência das forças sociais regionais pode ser compreendida no âmbito das relações produzidas entre a questão indígena e a questão agrária, que estavam na base dos projetos de poder distintos configurados na autonomia regional e/ou na sua integração ao Brasil-Nação. Só que a explicação dos desdobramentos dessas questões indica a presença de outros constituintes de dimensão universal que se imbricavam supranacionalmente como a república, o abolicionismo, a federação. Em suma, novamente, a reforma e a revolução, circunscritas à noção de Estado Soberano, contraditoriamente assentavam-se no desenvolvimento de um sistema econômico de dimensões globais.

Os espaços das relações globais na Amazônia constituíram-se de modo irreversível com a economia da borracha. Pode dizer-se que o desenvolvimento desigual instituído na região pelas forças da transição feudal-capitalista europeias realiza-se plenamente com o modo capitalista de produção que articula a exploração da borracha nativa, o sistema de aviação e a exportação da matéria-prima para a indústria automobilística.

Novamente a Amazônia é local privilegiado de corredor de exportação de matérias-primas e de importação de produtos manufaturados. Nesta situação, redefinem-se as relações de troca e de mando na Amazônia; redefinem-se, por outro lado, as forças da autonomia regional e da integração nacional. No mundo das mercadorias, a Amazônia passa a ter um peso econômico significativo; no mundo fracionado pelo limite da soberania nacional, esse peso é relativizado e até deslocado para atenuar a crise cafeeira e para financiar a estrutura urbana emergente no centro-sul. As desigualdades estruturais engendradas pelo capitalismo somam-se às desigualdades internas dos contornos nacionais e regionais. Por meio desse desenvolvimento desi-

gual, acentua-se a subalternidade da Amazônia diante de outras forças que têm preeminência na transformação do perfil agrário da realidade brasileira. Contraditoriamente, essa mesma desigualdade de desenvolvimento produz na Amazônia, apesar do Estado Nacional, centros financeiros e comerciais importantes em conexão com a economia mundial, núcleos urbanos modernos, estilos de vida e manifestações da vida nacional. A opulência e a riqueza da monocultura da borracha reforçaram ilusoriamente as forças de autonomia regional que só refluíram com a crise do fim do ciclo gomífero. A dependência das flutuações do desenvolvimento, por outro lado, reacendeu contradições antigas e criou novas: o despovoamento da região, a necessidade de pluralidade de frentes econômicas, a internalização do Estado-Nação do interior amazônico, a política de ocupação das fronteiras com os países limítrofes e a redivisão territorial estavam no mesmo sentido de tornar produtiva a Amazônia, ocupar seus vazios demográficos, promover o desenvolvimento e integrá-la definitivamente aos interesses do Estado brasileiro, mesmo que esses interesses promovessem, contraditoriamente, com novo vigor, as forças do processo de globalização interrompidas com o *débâcle* da borracha.

Os indícios de relações da sociedade global são muito fortes na Amazônia. A região foi redefinida com o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo e na cidade. Os polos de desenvolvimento mineral, madeireiro e industrial, especialmente, atualizaram os processos econômicos e políticos em curso na Amazônia com os interesses da divisão internacional do trabalho e com a nova racionalidade posta para as relações mundiais.

Tais relações solaparam os projetos nacional-desenvolvimentistas e atropelaram o Estado populista com as articulações entre o Imperialismo e o Estado autoritário brasileiro. Produziram em intensidade semelhante transformações profundas na economia, na sociedade e na cultura da região. A recriação da questão agrária e da questão indígena e a emergência da questão urbana no contexto da industrialização crescente, da mobilização de grandes contingentes migratórios, da explosão demográfica, do crescimento acelerado e vertiginoso dos núcleos urbanos dos grandes projetos de desenvolvimento são alguns dos aspectos da revolução em curso operados pela reprodução ampliada do capital e pela emergência das relações globais na

Amazônia com novos constituintes. Inúmeras produções intelectuais foram mobilizadas no vigor desse processo novo: a reelaboração dos regionalismos, as doutrinas de segurança nacional, as teorias indigenistas, a explicação da mobilidade da força de trabalho na região, o sentido dos grandes projetos para a Amazônia, a produção da sociedade civil amazônica, a envergadura dos recursos financeiros e de comunicação mobilizados, as relações entre agricultores e ditadura. As novas características da economia e da sociedade regional se circunscrevem, ainda, no cruzamento das forças sociais, políticas e culturais da autonomia regional, da integração nacional e da globalização. Complexificam-se as estruturas e os processos de manutenção da Amazônia como parte do território brasileiro, ao mesmo tempo que relações e processos que articulam a região com o mundo são desterritorializados e transnacionalizados. Essa transfiguração permite supor outros regionalismos, novas modalidades de relação com a sociedade nacional, novas interpretações dos processos culturais em curso, novos sentidos das relações internacionais com a sociedade regional. Estão na pauta dos interesses mundiais, diferentemente articulados nacional e regionalmente, as questões do meio ambiente e desenvolvimento, da autodeterminação dos povos indígenas, da unidade territorial e política da região, do desenvolvimento científico e tecnológico articulados à autonomia regional, autossustentação do desenvolvimento, a preservação do equilíbrio ecológico e a soberania do Brasil sobre a Amazônia. É possível admitir que a interdependência crescente da economia e da política ressuscita e funda dimensões de sociabilidade que não encontram espaços de realização na sociedade regional. Tal é o exemplo do envolvimento das questões ecológicas com a violência no campo, com o genocídio dos índios, com a poluição mercurial dos rios, com o desmatamento das florestas tropicais que compõem as teses preservacionistas, desenvolvimentistas e de desenvolvimento autossustentável, que dão dimensão planetária aos problemas da Amazônia, às forças de solidariedade internacional às suas populações e à implosão da soberania nacional no controle da região. Essas dimensões reafirmam indícios, marcas, sinais de processos de globalização contraditórios e irreversíveis que envolvem ecologia e economia e que podem se constituir em novas premissas da sociedade globalizada por interesses que transcendem a região, os grupos locais, as

classes e as estruturas nacionais. A função planetária da Amazônia lidera as controvérsias entre as novas e velhas contradições.

2 A questão ecológica e a questão regional

É possível desvendar os sentidos da globalização na Amazônia apreendendo inúmeras relações e significados que constituem a questão regional e compreendendo os interesses que a impulsionam nas suas dimensões locais, continentais e mundiais. Nessa medida, a política de ocupação, os modelos de crescimento econômico, as formas de exclusão social produzidas pelo desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo e a degradação ambiental que resultou da exploração predatória assumem novas conotações na questão ecológica. A proposição dessa questão como unidade de análise mais ampla, longe de permitir uma interpretação diversionista da complexidade de processos que envolvem a Amazônia, pode dar visibilidade às articulações promotoras da globalização, mesmo quando envoltas em mecanismos, decisões e medidas de caráter regional, nacional, continental e planetário. Admite-se, portanto, que a questão ecológica inclui interesses contraditórios de gentes, instituições e estruturas, mecanismos privados e coletivos, expressões geopolíticas, ideológicas e econômicas, incontáveis problemas e formulações. A escolha de alguns elementos que constituem a questão ecológica não tem, preliminarmente, a intenção classificatória de hierarquizar a sua importância. Para efeito desta abordagem, importa-nos caracterizar a fecundidade da unidade de análise para a demonstração de algumas conexões importantes entre a Amazônia e o mundo.

O marco cronológico da questão ecológica no mundo é 1972, quando a Conferência de Estocolmo produz um posicionamento político contido na declaração sobre o meio ambiente. A perspectiva dos países industrializados de criarem uma legislação global para resolver problemas demográficos e ambientais já estava posta. As pesquisas americanas na Antártida descobrem o buraco na camada de ozônio da atmosfera da Terra quando o crescimento econômico dos países ricos está mais acelerado, contra a crise dos países pobres. O relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial do Meio

Ambiente e Desenvolvimento com o título “Nosso Futuro Comum”, formula dois conceitos-chave na interlocução da questão ecológica: os conceitos de desenvolvimento sustentado e o de um sistema econômico mais equilibrado. Ressalte-se que este relatório foi uma providência resultante da Conferência de Estocolmo (1972), que durante cinco anos reuniu 21 países-membros que pesquisaram a degradação ambiental do planeta e propuseram medidas para o equilíbrio do crescimento econômico com a preservação da natureza. A Conferência de Viena (1985), o Protocolo de Montreal (1987), a Conferência de Londres (1989), a Conferência para o Ambiente Global e a Resposta Humana para o Desenvolvimento Sustentado, em Tóquio (1989), elegeram como centrais em fóruns de discussão os temas do aquecimento da atmosfera e efeito estufa, o meio ambiente, o desenvolvimento e a biodiversidade. É nessa esfera de entendimento que a agenda internacional para o meio ambiente incluiu, além de projetos de pesquisa comuns, formas de controle e transferências de tecnologias “e os compromissos de reduzir-se 50% da produção de CFC (clorofluorcarbono) em um ano”, que teve a assinatura de 40 países. Enfatizou-se como exigência a eliminação total da produção e do consumo de produtos que usam o CFC.²

Os antecedentes da Eco 92 incluíram globalmente um debate que resgatava os conteúdos discutidos nos fóruns já citados e uma difusão dos conceitos por eles produzidos. Tal é o exemplo do desenvolvimento sustentável a ser alcançado através de uma nova ordem internacional. No Relatório Brundtland, este objetivo define-se como o tipo de desenvolvimento “que atende às necessidades de presente sem comprometer as capacidades das gerações futuras também atenderem às suas”. Define-se ainda como “um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras”; como “um desenvolvimento que mantém possível as opções futuras”; como “uma correção, uma retomada do crescimento alterando a qualidade do desen-

2 Relatório Brundtland “Nosso Futuro Comum”, Fundação Getúlio Vargas, 1988.

volvimento”; como “uma mudança no teor do crescimento, a fim de torná-lo menos intensivo de matéria-prima e mais equitativo em seu impacto”.

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, no Rio, em 1992, pretendia estabelecer uma associação global entre os países em vias de desenvolvimento e os países industrializados, tendo por base as suas necessidades múltiplas e os seus interesses comuns, com o intuito de assegurar o futuro do planeta. Essa era a tese central. Subjacente a esta tese esteve a questão de como se encontrar um equilíbrio justo e viável entre o meio ambiente e o desenvolvimento. A polêmica que se instaurou entre os 178 países representados foi atenuada pelos interesses estratégicos em jogo. As ONGs reuniram 2.000 participantes, que, em fóruns paralelos, elaboraram 33 tratados alternativos à margem dos chefes de Estado. A oposição entre o Norte e o Sul e a opinião pública transcenderam a avaliação dos centros de decisão sobre o mundo e sinalizaram a existência de uma opinião pública global, de uma sociedade globalmente definida, em processo. Vinte anos depois da Conferência de Estocolmo, as teses centrais de desenvolvimento e meio ambiente foram retomadas em outra escala. Agora as questões sobre o clima, a biodiversidade e a floresta não são assuntos particulares, locais, até nacionais. São temas do mundo, dos países industrializados e ricos, e o meio ambiente é um bem do planeta. São supranacionais e se apoiam em acordos supranacionais. É neste sentido que a questão ecológica globaliza a Amazônia, redefinindo sua feição interna e suas características continentais. Apesar da sociedade nacional, a questão ecológica produz, em ritmo alucinante, a reocupação e a integração da região.

“A polêmica ecológica envolve não só os interesses legítimos de índios, seringueiros, e de uma consciência ecológica (mas) também interesses tecnológicos, geopolíticos e uma ideologia ecológica. É o descompasso entre essas duas novas frentes de expansão contraditórias que somado aos problemas de degradação ambiental já existentes gerou interesses conflitivos entre atores nacionais e internacionais com a mais esdrúxula coalizão. De um lado, a frente energética dá continuidade ao projeto geopolítico de ocupação regional e de crescimento nacional, mas em uma conjuntura de crise do Estado, cujos programas, embora visando um crescimento quantitativo, se tornam necessariamente seletivos. De outro lado, a frente biotecnológica,

particularmente a da engenharia genética, vinculada ao novo paradigma técnico-científico do movimento capitalista global baseado num crescimento quantitativo que prenuncia o século XXI.”³

Fronteira nacional e mundial, a Amazônia assume posição central como capital natureza na crise/reestruturação capitalista contemporânea e não permanecerá intacta. E o posicionamento da sociedade brasileira atual há que levar em conta o estilo do crescimento nacional/transnacional e tecnológico dominante no mundo contemporâneo.

O exame das diferentes formulações sobre a Amazônia e o meio ambiente revela que a controvérsia sobre a questão ecológica sempre “entra no mérito”, está compromissada em relação a alguma coisa, não foge da polêmica e situa-se em todos os segmentos e setores sociais.

A representação empresarial informa que há tempos despertou para a conscientização da proteção e conservação da região. Enfatiza o discurso de classe contra a “onda verde” europeia, contra a insuficiência científica do terrorismo ecológico, contra o tabu da preservação. Os problemas da Amazônia têm solução no desenvolvimento e nas medidas de implementação do desenvolvimento autossustentado. A seleção de problemas elege a aculturação gradual dos povos indígenas, a ordenação da garimpagem de ouro, a solução dos problemas da miséria e da pobreza, a contenção das “elevadíssimas taxas de natalidade”, a ausência de educação elementar, o despreparo das elites dirigentes (incluindo as empresariais, as políticas, as religiosas e as classistas), a falta de infraestrutura e falta de assistência técnica primária ao pequeno agricultor.⁴

As possibilidades de soluções e as potencialidades da Amazônia são também apontadas. A floresta é “uma das maiores riquezas da Amazônia, juntamente com a biodiversidade; por se tratar de um recurso renovável pode se perpetuar em benefício de toda a humanidade. Basta que a indus-

3 Berta Becker em “A Geopolítica da Questão Técnico(ECO)lógica”, 1989, p. 53.

4 Relatório Brudtland, *op. cit.*

trialização seja racionalmente autossustentada através de técnicas silvícolas sempre em evolução”.⁵

“Os recursos minerais são outro potencial em aberto: as reservas de minério de ferro, bauxita, cassiterita e manganês são as maiores do mundo. Por outro lado, o conhecimento geológico da região ainda é precário, não permitindo a avaliação global das riquezas minerais. As terras de várzeas – que atingem mais de 400.000 km²,” quase duas Itália, cinco Portugal – são aluviais e fertilíssimas. Os recursos hídricos e hidroelétricos somam ¼ das disponibilidades mundiais de água doce (que está escasseando) e constituem 150.000 megawatts de potencial elétrico. O potencial turístico é incalculável: onde os investimentos nacionais e estrangeiros poderiam se associar em benefício de toda a comunidade mundial”. A biodiversidade, “a mais importante de todas as nossas riquezas”, tem na Amazônia “a maior fábrica mundial de produtos farmacêuticos e bioquímicos. (...) No final das contas, a maior importância da floresta é como banco genético”. (...) “Imagina-se o potencial que dispomos na Amazônia, em seres vivos calculados em 30% ou 40% do total existente no Planeta”.⁶

No mesmo espírito, as soluções para resolver os problemas da Amazônia e desenvolvê-la equilibradamente passam pela autoanálise das elites dirigentes (“todas”), em termos de: priorizar a Educação incluindo em todos os ciclos curriculares a educação para o meio ambiente, zonear a pecuária “fora das áreas de florestas para novos empreendimentos”, orientar para a agricultura de sobrevivência, manter padrões normativos atuais para a mineração, criar grupos de orientação, monitoramento e supervisão de garimpagem do ouro, interiorizar a educação pelo rádio. Tais soluções passam também pela relevância dos investimentos de capitais privado, nacional e estrangeiro (eliminando as barreiras nacionais).

5 Ovídio Gasparetto – diretor da Federação das Indústrias do Estado do Pará e presidente do Sindima (Sindicato Patronal de Madeireiros). Palestra proferida no Seminário sobre Ambiente e Desenvolvimento da Amazônia, Manaus, 1991, p. 7.

6 Idem, *ibid.*

A “esdrúxula coalizão”, como assinalou Becker, confunde, aproxima e opõe militantes, intelectuais e empresários na polêmica em torno da questão ecológica na Amazônia. As divergências saem do âmbito acadêmico para fundar as razões que sustentam os interesses. Articulam a questão ecológica com a questão social e assim ampliam o debate político para o seio da sociedade civil. Só que, apesar de seus marcos ainda serem a Nação, já estão inscritas nas agendas globais do colóquio internacional, assinalando-se, além disso, que o debate inclui projetos de poder que ainda não se realizaram como programa nacional de Governo.⁷ “Enquanto os governantes permanecerem fixados na ideia de que as potencialidades e os problemas da Amazônia brasileira são genéricos e extensivos para um território de ordem de 4 a 5 milhões de quilômetros quadrados, todas as propostas de uma política amazônica envolverão meras palavras de intenções. Não devendo ultrapassar o terreno das panaceias e, certamente, destinando-se a serem triturados pelo tempo e estigmatizados pela história. Independentemente de quem esteja no comando do Estado. Mesmo porque é impossível planejar para o atendimento de remotas regiões interiores de qualquer parte do mundo tropical, pretendendo atingir a áreas superiores a um milhão de quilômetros quadrados.”

“Os diagnósticos seriam incompletos, para não dizer falsos. E as propostas seriam corporativistas, quando não filtradas pelos interesses das oligarquias dominantes, ou de investidores inacessíveis aos interesses sociais e culturais das comunidades residentes”.⁸

“Para evitar generalidades inócuas e abordagem de ocasião, tão ao gosto da tecnocracia brasileira, temos propostas como prévia, uma primeira divisão do espaço total da Amazônia brasileira em células especiais da ordem de 100.000 a 200.000 quilômetros quadrados, para diagnóstico das especialidades regionais, balanço das infraestruturas funcionantes da

7 Faço alusão ao posicionamento de Deputados Federais do PT ao promoverem o Seminário de Desenvolvimento de Meio Ambiente da Amazônia, Manaus, 1991.

8 Ab Saber, Aziz, em palestra proferida no Seminário sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Amazônia, Manaus, 1991.

região, reavaliação das potencialidades em recursos naturais inteligentemente aproveitáveis e, sobretudo, as aspirações das comunidades residentes. Sabemos de antemão que, mesmo reduzidas as proporções territoriais que vimos propor, tais cédulas espaciais delimitáveis poderiam ser consideradas por demais extensas para fins de um planejamento regional centrado numa economicidade progressiva e num tipo de desenvolvimento social e cultural afetivo. Não vemos outro caminho, porém, do que o de regionalizar a Amazônia em ordens de grandeza progressivamente mais detalháveis, assegurando de partida uma política desenvolvimentista que garanta modelos de exploração econômica menos predatórios, capazes de garantir a preservação da biodiversidade e atender ao nível de vida socioeconômico e cultural da população”.⁹

São múltiplos e complexos os sentidos em que a questão ecológica se conecta com problemas a temas da globalização na Amazônia. É só lembrarmos que a organização dos Povos da Floresta para a ampliação da territorialidade das populações e etnias da Amazônia que se articulam, por oposição de interesses, aos rearranjos do poder do Estado para a ocupação da Amazônia brasileira e Continental, implicam desvendamentos novos do processo de globalização em curso neste espaço.

3 O “continente” amazônico em meio à questão ecológica

Os processos de globalização na Amazônia, a rigor, incidem hoje em todas as esferas da produção e da reprodução da vida social. As características dessa evidência podem ser vislumbradas nas alterações que se processam nas manifestações de interesses locais, regionais e internacionais, que constituem, na dinâmica da realidade regional, forças bem características de tendências que se delineiam na transfiguração da região.

As evidências da transformação de manifestações particulares e localistas em suas feições regionais reabrem, sobremaneira, uma avaliação dos

9 Berta Becker (1990).

percalços de realização da sociedade nacional na ocupação da Amazônia, de um lado, e, de outro lado, também por conta disso, uma visível abertura para a compatibilização entre os interesses ditos nacionais, regionais e transnacionais, como elementos de composição de uma estrutura global em curso. A “esdrúxula coalizão” vislumbrada por Berta Becker indica que o espaço de convergência das transformações e inquietações produzidas pela polêmica ecológica mundial é a Amazônia brasileira, mesmo que a problemática ecológica seja comum à Amazônia sul-americana.

De fato, a análise em âmbito continental dos “interesses pan-amazônicos”, desde os manifestos pelas perspectivas do Estado até os complexos e contraditórios movimentos das sociedades civis respectivas, indica que a formação de um bloco econômico e político capaz de expressar com certa desenvoltura os países amazônicos esbarra nas dificuldades de compatibilização dos interesses do Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. No plano da abstração, todos esses países têm a perspectiva de concretizar a autonomia regional no plano continental. Todos, igualmente, têm preocupações especiais com a sua porção amazônica do território. No entanto, se a preocupação comum de ocupar e desenvolver a Amazônia é evidente, a adversidade e a desigualdade, de interesses e de tratamento, traduzem intensidades distintas nas formas concretas de realizar essa expectativa. Dito de outra forma, se a diversidade pode gerar, por outro lado, traços de particularidade, as formulações relativas às Amazônias sul-americanas podem, por outro lado, na medida em que se articulam com maior ou menor intensidade com estruturas e mecanismos transnacionais desigualmente combinados, gerar versões de expectativas tão contraditórias que podem diluir as articulações regionais, os esforços de autonomia e, ao mesmo tempo, recrudesce-los em surto de fragmentação e de integração, eles próprios passíveis de determinações globais.

A problemática continental comum da Amazônia sul-americana constitui-se no desafio de transformar a sua condição virtual e vulnerável, que traduz desafios de humanizá-la e mantê-la sob o controle dos respectivos arranjos nacionais historicamente produzidos. “Vista a partir do cosmos, a Amazônia sul-americana com sua massa florestal corresponde a 1/20 da superfície terrestre, 2/5 da América do Sul e 3/5 do Brasil; contém 1/5 da

disponibilidade mundial de água doce e 1/3 das reservas mundiais de florestas latifoliadas, mas somente 3,5 milésimos da população mundial. Espaço e posição tornam a Amazônia sul-americana extremamente atraente e ao mesmo tempo inacessível. Seu valor econômico e estratégico é patente na tese de sua internacionalização que surge ciclicamente com diferentes projetos, nas condições históricas e naturais que garantam a sua permanência como patrimônio das sociedades sul-americanas. Por seu valor econômico e estratégico tornou-se central sob a ótica mundial e nacional local, mas é geograficamente periférica do ponto de vista nacional” (Becker, 1991).

Na verdade, as limitações de ordem física e política têm sido superáveis historicamente na Amazônia desde que a cartografia colonial delimitou a condição virtual da região pela dominação ibérica. Do mesmo modo, o Estado Nacional brasileiro superou inúmeras limitações dessa mesma ordem quando fez realizar a expansão capitalista na Amazônia. Trata-se agora de mensurar em que medida a existência de uma problemática comum nos países amazônicos pode integrar-se aos movimentos de constituição da globalização, pode fazer recrudescer os localismos e regionalismos ou pode revigorar os nacionalismos latino-americanos contraditoriamente ajustados nos processos de crise das soberanias nacionais. Os interesses manifestos em âmbito continental tomados de *per si*, caso a caso, orquestram posições assemelhadas relativas ao desenvolvimento regional, uma visão protecionista que relaciona desenvolvimento com segurança (com tendências de restaurar os mecanismos de militarização do controle de fronteiras), o discurso oficial do permanente domínio dos “vazios demográficos, a legitimação das iniciativas nacionais e continentais de proteção e desenvolvimento através de articulações com o capital externo à região, e problemas de soberania decorrentes, de um lado, da produção de confrontos internos e externos relacionados aos modelos de ocupação e, de outro lado, pela articulação crescente de empresas e organismos internacionais que envolvem as presenças internacionais, a emergência de novos movimentos sociais locais e o narcotráfico.

Há, no entanto, necessidade de marcar diferenças entre questões que se realizam nas Amazônia sul-americanas, porque esta heterogeneidade limita a cooperação intercontinental “pelo alto, e pelo baixo”. Marcantes diferen-

ças são constatadas (hoje mais do que nos anos 70 e 80) no dinamismo e na diversificação do desenvolvimento econômico e social, no variado grau de organização, de complexidade cultural e de pressão política dos povos indígenas, o grau e a eficácia da intervenção governamental e das empresas estrangeiras (Becker, *op. cit.*, 1991).

Ainda tomados de *per si*, há diferenças nas estratégias oficiais de ocupação em relação às vocações econômicas “e ao papel do Estado”: enquanto a Venezuela e o Brasil têm movimentos assemelhados de proteção às fronteiras pela delimitação de áreas de controle, a estratégia do Equador, por exemplo, desde a década de 50 e mesmo sem fronteiras físicas com o Brasil, “produziu um tratado de cooperação bilateral amazônica destinada a implementar uma ‘via interoceânica, projeto que nunca se concretizou’ (Becker, *op. cit.*, 1991).

A apreensão dos interesses locais, regionais e internacionais de modo dinâmico e articulado induz a outras condições quando a questão ecológica é posta como uma questão global, para os países amazônicos. Os 28 artigos do Tratado de Cooperação Amazônico assinado como um dos desdobramentos da Conferência de Estocolmo incluem entre os princípios básicos de cooperação regional, o “desenvolvimento dos territórios amazônicos aliado à necessidade de manter o crescimento econômico com a preservação do meio ambiente”. Incluem, além do mais, a necessidade de intercâmbio de informação, promoção da pesquisa científica e tecnológica e a parceria de planejamento de uso dos recursos e de infraestrutura circunscritos à competência exclusiva de cada Estado, por direito, de realizá-los. No entanto, se analisarmos as diferenças de tempo e de estratégia do conteúdo do Tratado (1978) com os documentos da Declaração do Rio, a declaração de princípios sobre florestas e a Agenda 21 produzidos na Eco 92, o conceito de responsabilidade diferenciada para conservar, proteger e restaurar o meio ambiente dilui a força do direito e das competências nacionais sob o princípio soberano.

Através do levantamento do problema da extensão da degradação ecológica produzida em um país, mas extensiva a outros, a Amazônia sul-americana está em flagrante vulnerabilidade política diante dos interesses planetários. Estes mesmos interesses produzem, por outro lado, um en-

volvimento sem precedentes na questão social amazônica, no caminho da realização “da morfologia, da sociedade global” (Ianni, 1992). “Aos poucos a sociedade global envolve direitos humanos, narcotráfico, proteção ao meio ambiente, dívida externa, saúde, educação, meios de comunicação de massa, satélite e de outros itens. Assuntos sociais, econômicos, políticos e culturais que sempre pareceram nacionais, internos, logo se revelam internacionais, externos, relativos à harmonia da sociedade global. E assim criam-se organizações e políticas, expressando aspectos mais ou menos importantes da sociedade mundial em formação. Debilita-se o Estado-Nação” (Ianni, 1992). (...) “As sociedades contemporâneas a despeito de suas diversidades e tensões internas e externas estão articuladas numa sociedade global. Uma sociedade global no sentido em que compreende relações, processos e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, ainda que operando de modo desigual e contraditório. Nesse contexto, as formas regionais e nacionais evidentemente continuam a subsistir e a atuar. Os nacionalismos e os regionalismos sociais, econômicos, políticos, culturais, étnicos, linguísticos, religiosos, e outros, podem até ressurgir, recrudescer. Mas o que começa a predominar, a apresentar-se como uma determinação básica, constitutiva, é a sociedade global, a totalidade na qual pouco a pouco tudo o mais começa a parecer parte, segmento, elo, momento. São singularidades, ou particularidades, cuja fisionomia possui ao menos um traço fundamental conferido pelo todo, pelos movimentos da sociedade global” (Ianni, 1992).

Os localismos, os regionalismos fundem-se nos movimentos emergentes da globalização. Os povos da floresta, as reservas extrativistas, as terras indígenas, as populações urbanas e rurais são reatualizadas nas questões planetárias do meio ambiente. Paraíso experimental técnico-científico contemporâneo, frente transnacional da engenharia genética, modo de realização do capital no século XXI aproximam e opõem a Amazônia “aos legítimos interesses de seringueiros, índios, povos de floresta, ambientalistas nacionais e mundiais, governos estrangeiros e firmas detentoras da tecnologia moderna” (Becker, 1991).

“O embate entre as forças de fragmentação *versus* integração aos processos de globalização da Amazônia emerge da análise das oposições e das solidariedades que estão sendo construídas pelas estruturas do Estado e

da sociedade civil em relação com as estruturas mundiais. Esse processo permite a aglutinação de interesses de grupos sociais diferenciados em diferentes momentos, movimentos e formas de realização das estruturas novas. Permite, outrossim, avaliar a ‘esdrúxula coalizão’, como uma experiência humana trágica e promissora, que ultrapassa fronteiras, fatores étnico-raciais e religiosos, reservas, ressentimentos, desconfianças e competições” (Almeida, 1994).

Ou permite limitá-las em outro âmbito do mundo transformado em aldeia.

4 A integração da Amazônia ao mundo ocidental

Os desafios de desenvolver a Amazônia, posto aos grupos sociais que mantiveram o domínio sobre o espaço e sobre as suas populações, exacerbaram as oposições históricas construídas para apreender e codificar o real. Natureza e cultura, atraso e progresso, barbárie e civilização assentaram-se sobre o imaginário, síntese do contato e da experiência progressiva com outros povos não ocidentais. É possível dizer que a ocidentalização da Amazônia tem antecedentes longínquos e que se realizou, em vários momentos e especialmente nos primórdios dos contatos com o Novo Mundo, a partir de uma invenção do imaginário europeu sobre o Oriente mitificado. (...) “A invenção da Amazônia se dá a partir da construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato dos peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes”.

“A primeira viagem ao Novo Mundo fez-se acompanhar por esse imaginário e influenciou a visão do europeu sobre aquelas terras vistas” (Gondim, 1994).

Este “ciclo” de ocidentalização originário desdobrou-se em várias elaborações fundadoras de visões da Amazônia que passaram a constituir as suas produções culturais. A composição da região recebe mais variadas contribuições do conhecimento comum, do pensamento científico e filosófico, do pensamento político e religioso e da produção ficcional europeia combinadas e opostas com as contribuições das culturas originárias. Os

limites da transculturação, por outro lado, opuseram o desconhecido ao novo, as diversidades ao homogêneo, a pluralidade ao unívoco. Entre esses limites também se inclui uma ciência em formação, esboçando suas primeiras experimentações, tentando aplicá-la no laboratório criado pelo processo de expansão europeia. Em suma, a projeção das oposições e dualismos da ficção e do pensamento científico elegeram “a temática racial, as maravilhas e monstrosidades índicas, a natureza e o progresso, a guerra, a inclusão da Amazônia, enquanto fornecedora de produtos regionais” (Gondim, 1994) como constituintes da obra de pensadores e ficcionistas que estavam inventando o Novo Mundo e destruindo velhas formulações. Na Amazônia, a parte mais fantástica do continente americano, essas elaborações tiveram o contexto apropriado para o desenvolvimento do mercantilismo e, posteriormente, das articulações capitalistas no plano econômico; da dominação colonial ibérica e da unidade nacional brasileira no plano político e cultural. Isso implica que esse processo de ocidentalização constantemente recriado nas tensões próprias da cultura europeia e nas contradições geradas entre o confronto de cultura na América deixa sinais de realização da globalização na Amazônia que podem ser apreendidos em tempos e movimentos contínuos e descontínuos que dão dimensões novas ao exame do desenvolvimento da região. A preeminência de alguns temas e situações sobre outros relacionam-se em medidas e em intensidades diferentes às próprias formulações dos tipos de estratégias postas para desenvolver modos de organização econômica e política, sobrepostos aos já existentes, e aos que se recriaram por conta dessa sobreposição. A região, seus povos, suas populações não esgotam as “potencialidades imaginárias” dos seus inventores. É desta potencialidade que emerge a tensão que transborda épocas entre a natureza e a cultura, entre os impulsos de desenvolver e preservar a Amazônia ou de render-se à impossibilidade de transformá-la.

As “possibilidades imaginárias dos ficcionistas da Amazônia” soldaram o processo civilizatório do colonialismo, ultrapassaram seus marcos e estenderam-se, através da “arquitetura missionária”, da empreitada capitalista e da belicosidade militar, até aos momentos de configuração, consolidação e crise da sociedade nacional brasileira. O século XX irrompe na Amazônia com um surto civilizatório que se autoavaliava como definitivo e investiu forte na

aculturação pela educação. Se a posse e a conquista colonial produziram as estruturas de subalternidade pela exploração econômica, a produção ficcional etnocêntrica influiu nos processos de dominação, pelas composições inventadas, para dar conta de um conflituoso encontro de culturas. Todos os processos de institucionalização na Amazônia foram influenciados por essas composições. Processa-se, ao longo dos séculos XVI ao XX, uma exuberante narrativa de interface entre magia e religião, ficção e realidade, ciência e ideologia, mito e política, que criaram e recriaram as versões localistas, regionalistas, nacionais e cosmopolitas que envolveram as preocupações e práticas do desenvolvimento da Amazônia.

A oposição entre natureza e cultura também emerge da análise da produção nas criações do mundo urbano e as suas oposições entre a economia de sobrevivência e a da larga escala, do simples ao complexo. Índios e invasores, os atores iniciais dessa tensão, foram substituídos por grupos sociais e estruturas mais complexas que fazem parte do processo de ocupação da Amazônia e de suas articulações pretéritas e presentes.

Durante os anos 40 e mesmo até o final dos anos 50, grandes extensões de terras rurais na Amazônia gozavam ainda da condição de serem relativamente “livres” do ponto de vista de estarem passíveis de ser trabalhadas sem disputas, por pequenos posseiros “moradores sem título de propriedade de terra”, em geral naturais da região. Seja porque grande parte delas constituía-se de terra devoluta do Estado ou da União; seja porque não estava titulada como propriedade privada. Os naturais da região consideravam a terra como parte indissociável de suas existências, tendo habitado nela por gerações seguidas, sem jamais se terem perguntado pela existência de donos mais legítimos do que eles próprios. (...) A tranquila relação homem versus natureza amazônica escondia desde muito antes, portanto, o germe de futuros conflitos pela posse do uso da terra. (...) A integração da Amazônia ao mercado nacional e internacional provocou uma valorização das terras a qual se sucedeu o processo de expulsão das populações naturais. A rigor, este processo somente se acelerou a partir da extensão dos Incentivos Fiscais aos projetos agropecuários, portanto em 1966 (Loreiro, 1992).

É possível supor várias gradações da natureza na realidade regional. Relacionam-se mais diretamente com o repouso, com a trégua nos processos de nacionalização e de internacionalização, relacionam-se com as utopias do equilíbrio, resgatando a perspectiva cultural edênica da invenção amazônica. É a natureza com suas múltiplas concepções que vai ser instrumento de medida dos impactos, da desorganização social, da destruição do meio natural, dos *déficits* sociais, das políticas de valorização da Amazônia. É a natureza que, sobremaneira, vai contrastar com o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. É também na natureza que a realidade ressoa como peça de ficção na recriação do mundo amazônico e no processo de desencantamento desse mundo pelo homem. E nesses movimentos ambos, homem e natureza perdem a inocência e transfiguram-se no encontro com a história (Ianni, 1992).

O exame dos processos econômicos na Amazônia indica surtos de riqueza e miséria resultantes dos ciclos das drogas do sertão, da agricultura, da borracha, do cacau, da pecuária, da colonização agrícola, da urbanização, da extração mineral e da indústria de enclave articulados ao mercantilismo, à revolução industrial, ao imperialismo capitalista e à transnacionalização da economia mundial. Cada um desses surtos e ciclos contribuíram para a geração das marcas da globalização na Amazônia. Contribuíram, além do mais, para exacerbação do papel do Estado que, desde o absolutismo ilustrado até o Estado tecnoburocrático-militar, tem se convertido em um dos principais agenciadores e executores do desenvolvimento desigual e combinado. Hoje estes papéis centralizadores e empreendedores estão “satanizados” pelas classes dominantes, pelas classes subalternas, pela produção intelectual, pelas instituições religiosas e científicas, pelos atores sociais emergentes, aqui exemplificados nas etnias, nas categorias sociais, nas populações de migrantes, nos ambientalistas, em todos os grupos sociais que descobriram certa unidade de ação política no enfrentamento com o Estado (Almeida, 1993).

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Mauro W. B. (1994). As reservas extrativistas e o valor da biodiversidade. In: **O Destino da Floresta**. Rio de Janeiro/Curitiba: Relume-Dumará/Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais/ Fundação Konrad Adenauer, pp. 259-275.
- BECKER, Berta Ketal (1989). **A Geopolítica da Questão Técnico(ECO)lógica**, p. 53.
- _____. (1991). **Amazônia**. 2. ed. São Paulo: Ática. (Série Princípios).
- BECKER, Berta Ketal; EGLER, Claudio A. G. (1994). **Brasil: uma nova potência na economia-mundo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BECKER, Berta Ketal *et al.* (1990) **Fronteira Amazônica**. Brasília: UNB/UFRJ.
- GASPARETO, Ovídio – Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Pará e Presidente do Sindima (Sindicato Patronal de Madeiros). **Palestra proferida no Seminário sobre Ambiente e Desenvolvimento**, promovido pelo PT em Manaus em setembro de 1991.
- GONDIM, Neide (1994). **A Invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero.
- IANNI, Octavio (1992). **Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LOUREIRO, Violeta Refkalesfsky (1992). **Amazônia: Estado-Homem-Natureza**. Belém: CEJUP.
- Relatório sobre o desenvolvimento mundial**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas para o Banco Mundial, 1994, 1995, 1996.
- Relatório Brudtland (1988). **Nosso Futuro Comum**. Fundação Getúlio Vargas.

Capítulo 2

As Ciências Sociais e a Globalização: objeto e problemática



A globalização como objeto das ciências sociais é uma construção recente. Na sua tessitura apreendem-se fatos, relações e estruturas cujos constituintes não se acomodam nas produções intelectuais pretéritas. A necessidade de codificar as realidades novas, de compreender a composição interna, de apreender suas articulações e movimentos impôs-se às Ciências Sociais como um conjunto de problemas epistemológicos, teóricos, metodológicos. É uma necessidade que implica a crítica dos modelos interpretativos, dos marcos ontológicos do social, das tipologias clássicas e de formulações recentes.

A atitude intelectual diante das realidades globais põe em causa os marcos lógicos e cronológicos dos processos e estruturas desenvolvidos em outros momentos históricos. Os recursos, a técnica, a filosofia, a ciência, as relações entre os povos, o poder, a Nação e a imaginação estão libertas dos limites construídos pelo Estado, pelo território, pela classe. No mínimo estão sendo movimentados pela historicidade da globalização – o que lhes dá outra especificidade, distinta de dinâmicas sociais anteriores.

A emergência, a acentuação ou a reiteração de sinais da globalização podem ser pensados em termos de estruturas e relações globais que se constituíram sobrepondo-se às sociedades existentes. As articulações e realizações transcenderam culturas, geografia, soberania, extrapolaram os limites físicos, políticos e diplomáticos para fundar processos supranacionais, em reagrupamentos de interesses e forças desnacionalizadas. A composição desse novo ente, que é a sociedade mundial, apresenta-se ora como conjunto autônomo, ora como sistema, ora como força contraditória e avassaladora ou com todos esses ingredientes reunidos. O perfil da realidade global, no entanto, tem características de autonomia diante do local e do

regional, estes últimos em permanentes movimentos de fusão e distinção das esferas globais. Até por isso tais movimentos entre o global e o local são confundidos com as estruturas globais. A ênfase dada à singularidade, à particularidade, à diferença, com fortes influências nos localismos, nos tribalismos, na etnicidade, na fragmentação do poder, surge também da constatação de fenômenos dessa natureza, influenciados ou atingidos pelas contradições de âmbito mundial.

A pesquisa sociológica tem avançado na caracterização das realidades globais; destaca-se nesta sua natureza mundial, inconfundível com os marcos da nação, que prescinde de território e de Estado para realizar-se. Os movimentos aparentes e a lógica interna dessas realidades, em exame por inúmeras abordagens, permitem configurá-la como algo insólito, fora e além do espaço e do tempo das sociedades nacionais. Projetam-se, por conta dessas investigações, cenários futuros, rearranjos imaginários do funcionamento das relações globalizadas. Planejam-se possibilidades de lidar com essas realidades novas. Exercitam-se prioridades e temas de investigação. O pensamento supera a si próprio, até como maneira de isolar as abordagens convencionais.

A globalização vista como um problema teórico e prático irrompe em todas as dimensões da vida social. Não se trata, agora, de ideologizá-la, mas de desvendá-la, classificá-la e configurá-la. O exercício de identificação de suas características principais é traduzido nas reflexões sobre o perfil da realidade mundial emergente. Países, continentes, recursos, tendências econômicas, relações internacionais, sobrevivência do planeta, cultura mundial, entre outras dimensões pelas quais a globalização vem sendo examinada, sugerem uma atitude intelectual nova, que se debruce sobre a realidade global com um conjunto de expectativas. Tal procedimento, em princípio, exige que o pensamento científico se liberte das formulações convencionais para que a imaginação fomentadora da acuidade possa fluir prospectivamente na apreensão dos fatos e processos da globalização. “Pensar o futuro como história” (Furtado, 1993, 3) sintetiza a disposição intelectual de responder ao desafio de um paradigma novo para as ciências sociais e às implicações decorrentes dos limites “empíricos, metodológicos, históricos e teóricos que exigem outras categorias, diferentes interpretações” (Ianni, 1994, 6).

1 Enfoques da globalização

A apreensão científica dos processos de globalização tem se realizado sob vários enfoques e diferentes abordagens. O levantamento e a análise dos elementos estruturantes dessa realidade se movimentam no âmbito das relações internacionais, da economia mundial, do universo cultural, do declínio do Estado, da desterritorialização, do mundo como sistema, entre outros. Noções de integração, fragmentação, tempo, espaço, autonomia, dependência, são revisitadas com outro ritmo, mas sinalizam um denominador comum que é a mudança de significado provocada pelos desafios teóricos da globalização.

Assim, pensar a globalização como paradigma das Ciências Sociais implica abrir-se para ver o mundo e a humanidade como constituintes de “múltiplos processos interconectados” (Wolf, 1987, 15). Os acontecimentos do mundo que provocaram a fantástica transformação da globalização precisam estar articulados na reflexão científica “como um todo coerente e não como uma montagem de tópicos isolados: a história de diferentes Estados, da política, da economia, da cultura ou outros” (Hobsbawn, 1992, 11). Por outro lado, a constituição da morfologia da sociedade global pelo pensamento científico não prescinde de dados empíricos. Aliás, as evidências e consequências das transformações globais instigam, suscitam o levantamento e as classificações de fatos, fenômenos, mesmo quando a globalização é vista como um conjunto de mudanças mundiais paradoxais. A identificação de “oposições” entre a integração e a fragmentação, o individual e o universal, o mais forte e o mais fraco, por exemplo, recebem a ilustração de fatos e processos em curso em todas as sociedades de hoje, em relações de tensão ou de cooperação para as exigências de configuração de uma nova ordem mundial que se desdobra em incontáveis paradoxos: independência e autogoverno x formação de alianças; crescimento da economia global x diminuição dos agentes econômicos; existência global x ação tribal (“que também significa partes menores em maior número, ou uma pulverização de nações”) – no mundo global (Naisbitt, 1994, 94).

Um dos exemplos mais emblemáticos de como a sociedade global impregna-se de prospecção, ainda quando os seus elementos de composição

estão sendo inventariados, é o enfoque das relações internacionais sob a ótica dos conflitos entre civilizações. A ordem cultural é fonte, cenário e conteúdo dos conflitos globais (Huntington, 1994, 120-124). A abrangência de civilizações é tomada como unidade de análise dos conflitos e evoca o privilegiamento das diferenças e, ao mesmo tempo, reconhece que a intensidade e a velocidade da integração entre os povos dão destaque às identidades transnacionais ao invés das identidades locais e territoriais. Tais “identidades civilizacionais”, de consciência crescente, coexistem com a cultura ocidental comum, a mais abrangente e a mais vulnerável às tendências de “desocidentalização”, provocada pela “renativização” de grupos e regiões de importância crescente na ordem política mundial.

Em perspectiva oposta, o “choque de civilizações” é feito e refeito pelo Ocidente (Ajami, 1994, 154-165). O poder da modernidade envolve “as coisas e os caminhos que o Ocidente levou ao resto” [...]. A ideia secular, o sistema de Estado e o equilíbrio de poder, a cultura pop que salta muros e barreiras tarifárias, o Estado como instrumento de bem-estar social, tudo isso foi internalizado nos lugares mais remotos. Nós mesmos provocamos as tempestades que enfrentamos. As civilizações em luta não estarão em conflito pelas fidelidades e laços de tradições, mas pela competição acirrada da economia mundial. A economia, não a política, está no comando do mundo (Ajami, 1994, 164).

Liberta das tensões e dos limites ideológicos que envolvem a análise das relações internacionais, a imaginação sociológica dá à reflexão científica a medida aproximada de “como o poder da modernidade opera em âmbito mundial através de uma disjunção entre a sua base material e um certo tipo de cultura que é o germe de uma nova ordem planetária” (Ortiz, 1992, 267). A modernidade não conhece fronteiras ou nacionalidades. “A hora universal nasce da preocupação relativa à pertinência de alguns países desenvolvidos, mas também exprime a cadência de uma sociedade que se mundializa. Neste sentido não se pode pensar os desequilíbrios apenas em termos de imperialismo, ou de ‘colonialismo’. Não se pretende negar a importância desses fenômenos de opressão e de dominação, mas tais categorias, na medida em que são unilaterais, são insuficientes para se pensar um quadro emergente; elas desvendam somente um lado da moeda. Na verdade, se as

sociedades periféricas são apanhadas na malha inexorável do espaço e de um tempo global, elas também partilham assimetricamente claro, dessa cultura mundial. (...) A modernidade é uma imposição dos tempos, mas sutilmente ela não deixa de diferenciar entre aqueles que são e os que apenas existem” (Ortiz, 1991, 267). Diferença, aliás, que envolve a desigualdade de povos e grupos de nações na realidade globalizada.

À assimetria de participação de povos na cultura mundial corresponde um elenco de problemas que se articulam com a globalização, entre os quais a marginalização de países na economia mundial, as crescentes dificuldades de muitos países em estabelecer transações internacionais, a possibilidade de os países endividados recuperarem suas economias com novos fluxos de capitais por parte dos credores (Gall, 1989), que repõem, de um lado, as formulações que recuperam teses que envolvem o desenvolvimento desigual e combinado e, de outro lado, uma produção intelectual (com feição de articulação institucional) que dá ênfase “ao poder de mercado como fator de desenvolvimento humano” (Gall, 1989, 3). A caracterização da “nova era da economia mundial” avança na anatomia do globalismo. O fim da idade do ouro movimenta o mundo rumo a uma fragmentação de blocos monetários e comerciais, reforçada pelo desequilíbrio financeiro com crescimento dos ativos nos países ricos, pela lentidão no crescimento econômico, pelas rupturas institucionais, pela polarização entre ricos e pobres (Gall, 1989, 1-4).

A ótica do poder do mercado apresenta a polarização da economia mundial de várias maneiras. A redução da importância dos exportadores de mercadorias, que tiveram um papel fundamental no comércio mundial, traz impasses aos países em desenvolvimento, “tendendo a eliminar a faixa média dessas nações” (Gall, 1989, 6-7) ou condicionar-lhes a “um período de recuo econômico doméstico” (Boltho, 1989, 8) que pode tornar-se mais ou menos permanente. A polarização tecnológica, financeira e institucional, por seu lado, indica a deficiência nos investimentos em recursos humanos e físicos com implicações na absorção de novas tecnologias, em uma diminuição da quota dos bens ativos e líquidos dos países pobres no mercado financeiro internacional e na incapacidade de Estados nacionais mobilizarem recursos com consequências na deterioração da infraestrutura e das condições de vida das sociedades em desenvolvimento (Boltho, 1989, 6-8).

As diferenças entre aqueles que são e os que apenas existem exacerbam-se na globalização. Uma nova dimensão da economia capitalista configura-se no globalismo pela ruptura da economia internacional rumo à economia mundial. Essa transição apresenta problemas novos para a análise econômica que não pode limitar-se à esfera da circulação de mercadorias. A problemática “centro-periferia” superou a teoria do subdesenvolvimento e explicou a integração da periferia na economia mundial através do desenvolvimento desigual (Amin, 1984, 105-109). Expôs a determinação das estruturas das formações periféricas a partir de sua integração no sistema econômico mundial, mas ainda indicando o mercado mundial como lugar teórico dessa integração, mantendo, deste modo, a separação entre o centro industrial e a periferia exportadora de produtos primários. Ao considerar a ligação centro-periferia pelo mercado mundial através do modelo de acumulação primitiva, a divisão internacional do trabalho é mantida ainda nos marcos da economia internacional. Ao contrário, a nova divisão internacional do trabalho que integra um complexo de interações do sistema econômico mundial realiza, através da multinacionalização, o deslocamento de certos setores industriais, inovando os limites da divisão do trabalho entre o centro e a periferia. Assim, “a difusão da relação social de produção fornece uma base teórica mais pertinente à ideia de economia mundial capitalista do que a consideração exclusiva da circulação de mercadorias por intermédio do mercado mundial. Este último enfoque conserva, entretanto, uma validade indiscutível para o entendimento da gênese da integração da periferia em função das necessidades das economias centrais” (Michalet, 1989, 109-110). O que não é razão suficiente para, diante de fenômenos novos produzidos pela globalização, deixar de suscitar questões e oposições que apontam hiatos, fragilidades teóricas e até, numa visão mais apaixonada, negar-lhe a possibilidade de apreender as mudanças qualitativas que vêm atestando mais o colapso do que o vigor do sistema mundial produtor de mercadorias, este último a expressão mais ampla da economia capitalista.

O enfoque que caracteriza o “colapso da modernização” se inscreve na leitura das transformações mundiais como um momento de agonia e morte da sociedade do trabalho, da hegemonia do Ocidente, das utopias liberais e socialistas, estas próprias um subproduto da crise mundial do capitalismo,

que atingiu gradual e/ou simultaneamente o Terceiro Mundo, as “economias de comando do Leste Europeu” e o Primeiro Mundo (Kurz, 1993, 16-19). É o fundamento da sociedade do trabalho que se apresenta esgotado, limitado, e está em dissolução para configurar o fim de toda uma época. O socialismo real com as suas economias de comando não rompeu esse fundamento, e integrou-se, como outra fase, à lógica do desenvolvimento do sistema mundial de mercadorias. Não há, desse modo, qualquer possibilidade recuperadora do “mercado planejado” do Leste que ruiu, nem uma vitória do mundo Ocidental. “Se a esquerda chorosa do Ocidente se limita a comentar de forma negativa os gritos de triunfo oficiais, estranhamente abafados, dos partidários da economia de mercado, deplorando as absurdas gerontocracias de uma economia estatal ‘potemkiana’ como vítimas da ‘prepotência e agressão permanente do imperialismo’, ela poderia com isso ficar tão distante da realidade quanto aqueles heróis da guerra fria, também já decrépitos e caducos, que, de repente acreditam sentir em seus ossos uma segunda primavera, sem saber o que fazer com a noiva que lhes foi dada de presente. O aspecto fantasmagórico das formas em que reage a ideologia tanto de proveniência da esquerda quanto da direita ao colapso do Leste indica não apenas que essas formas fazem ainda, elas mesmas, parte da era em declínio, mas também, através de um véu, a estranha ausência de sujeitos nos processos sociais básicos. (...) Nunca houve tanto fim. Com o colapso do socialismo real toda uma época desaparece e vira história” (Kurz, 1993, 16-17).

As possibilidades recuperadoras não existem neste quadro. Nem o Leste, nem o Terceiro Mundo, e nem mesmo o Primeiro Mundo pode ressuscitar um fundamento lógico e historicamente esgotado. Assim, formulações instigantes, mas fecundadas em princípios pretéritos, ficam envelhecidas precocemente. Os paradigmas liberais e socialistas comprometem a imaginação de seus teóricos. Se, de um lado, “os especialistas e ideólogos ocidentais” insistem em ignorar “que apenas a exploração em empresas da força de trabalho humano, realizado em nível mundial de produtividade”, é capaz de gerar capacidade aquisitiva produtiva e criar novos mercados, por outro lado, a também a reiteração do paradigma esquerdista da “exploração neocolonialista” e da “acumulação primitiva permanente” no sistema global

condena seus difusores a viverem ideologicamente no passado e não os “deixa ver os potenciais entrementes nascidos da penetração das ciências no sistema produtivo nem o nível daí resultante da produtividade” (Kurz, 1993, 165-166). “A ideia, atualmente criada e alimentada (...) de uma acumulação primitiva que continua acontecendo no Terceiro Mundo e se manifesta na exploração capitalista de mão de obra barata, permanece, em geral, tão cega à realidade quanto o correspondente teorema acadêmico da ‘nova divisão internacional do trabalho’. (...) Todas essas teses não se fundamentam numa análise do processo geral de produção global de mercadorias, mas sim na generalização dos exames de alguns casos e áreas particulares. (...) De fato, os fenômenos empíricos nos quais se apoiava a tese da nova divisão internacional do trabalho estão em retirada, além de não terem tido, jamais, o significado que lhes foi atribuído” (Kurz, 1993, 167-168). O desemprego em massa no Ocidente, o empobrecimento do Terceiro Mundo pela tecnologia, a fuga dos investimentos dos países em desenvolvimento e o aumento da intensidade do capital com penetração da ciência reforçou a estratificação da pirâmide do mercado mundial e da produção de mercadorias, aumentou o contingente de miseráveis e de desemprego no mundo, desvalorizou a oferta de mão de obra barata, expondo, assim, o dilema dessa lógica de produção, que é, ao mesmo tempo, componente dos paradoxos do sistema produtor de mercadorias. “Quanto mais alto é o nível mundial da produtividade, tanto mais alto e impagável para a maioria dos países pobres é o custo dos investimentos gigantescos no sistema de logística e infraestrutura social global, nas ciências e na educação, na administração e nos serviços, necessidade à qual os países atrasados não podem atender nem de longe” (Kurz, 1993, 170-172).

O colapso da modernização consuma o sacrifício do Terceiro Mundo no sistema econômico mundial. Com ele morrem problemas e soluções locais, específicas, ou postas à margem dos processos de globalização do ponto de vista lógico e histórico. A globalização do processo de exploração do trabalho humano mundializa a crise e a questão social. No entanto, o enfoque do “colapso” não elide da abordagem da nova divisão internacional do trabalho a capacidade de dar conta de transformações fundamentais provocadas pela globalização. Mesmo quando as teorias decorrentes dessa

abordagem ainda são desenvolvidas no quadro do imperialismo, a relevância dos temas investigados na ótica da nova divisão internacional do trabalho está muito além da “caduquice ideológica” de um “paradigma esquerdista”. Pelo contrário, durante os anos 70 e 80 essas teorias vêm levantando à exaustão, como as relações capitalistas internacionalizadas e mundializadas expõem, sobremaneira, novas formas de organização da economia mundial, das relações internacionais entre países ricos e pobres e como os processos globais interferem e subsomem essas relações. Na verdade, a análise da nova divisão internacional do trabalho incide, entre outros pontos, no nexo entre realidades globais e locais no processo de mundialização, tão importante para apreender a contemporaneidade de questões de âmbito mundial, quanto fundamentais para a análise de formas de realização da globalização do mundo. Hoje não há centro de gravidade da economia mundial que não seja deslocado constantemente para onde as forças ativas do globalismo tenderem. Tais forças transcendem as questões do capitalismo e do socialismo, embora se manifestem agudamente na esfera econômica e sociocultural (Alger, 1988). Trata-se, portanto, de um enfoque da divisão do trabalho também descentralizado do paradigma da Guerra Fria, do colapso da modernização recuperadora do Leste, do imperialismo norte-americano, da hegemonia do Ocidente, mas que persegue as alterações visíveis e subjacentes provocadas pelas economias-mundo ou pelo mundo como sistema nas províncias, nas metrópoles, nas aldeias, nas regiões, no urbano, no rural, nas relações de gênero, no encontro e no confronto de culturas.

“A nova divisão internacional do trabalho [NIDL] reflete inúmeras transformações nas economias-mundo. Primeiro é uma expansão manufatureira internacional. Segundo, é a expansão internacional da “corporate-related service”, incluindo bancos multinacionais, firmas jurídicas, formas publicitárias, contratações, etc. Terceiro, é o desenvolvimento de um sistema de financiamento internacional, mercado menos sujeito a regulação junto aos bancos de base nacional, mas amarrado às necessidades internacionais de melhores e maiores bancos multinacionais. A nova divisão internacional do trabalho não expande meramente do desejo das firmas para utilizar menos recursos do trabalho e situações vantajosas da produção, mas também para a obtenção de maior flexibilidade de controle sobre operações, para iluminar

incertezas geopolíticas, para responder ao crescente poder de barganha de alguns países desenvolvidos e coibir a competição internacional e escapar dos constrangimentos de organizações trabalhistas e de regulamentos governamentais” (Alger, 1988, 117). A nova divisão internacional do trabalho transcende fronteiras e soberanias. É através dos dados produzidos por esse processo que a nova ordem mundial deixa de ser uma realidade imaginária. A universalização da produção, das finanças, das relações de trabalho, da cultura, põe em causa os modos de ordenação social estruturados em torno dos Estados nacionais e tem influência forte “na configuração futura da estrutura de poder mundial” (Furtado, 1993, 4).

As operações transnacionais dos negócios e interesses se beneficiam da regionalização dos mercados ao mesmo tempo que os recriam e os sustentam. A nova revolução técnica na base da produção e das comunicações prescinde de “sociedades industrializadas” para continuar sua reprodução, como também prescinde de sistemas econômicos nacionais para a realização de operações produtivas e financeiras mundiais. Do mesmo modo, o equilíbrio entre nações rompido com o fim da Guerra Fria supõe que as forças do globalismo também prescindam de grandes potências nacionais e de relações imperialistas na nova ordem mundial em curso. E, no entanto, a nova divisão internacional do trabalho que articula os interesses e os agentes econômicos constitui-se num fenômeno concreto da mundialização do capitalismo e, no extremo, um dos processos constituintes da ordem econômica da sociedade mundial. O nexu global-local evidencia essa característica.

As categorias e os conceitos, na verdade, dificilmente conseguem explicar os fatos e as relações da realidade mundial em sua integralidade. Neste quadro de transição, a multiplicidade de enfoques mais ou menos soltos dos pontos de referência da análise clássica defrontam-se com um fenômeno novo, ainda em classificação, que é a sociedade global, como um paradigma emergente nas ciências sociais (Ianni, 1994, 6-7). “As realidades são outras e os sistemas de relações que elas presidem são nitidamente novos. O próprio processo de internacionalização tem direito a outro nome. Trata-se, de fato, de uma globalização que deixa de ser uma simples palavra para se tornar um paradigma do conhecimento sistemático da economia, da política, da ciência, da cultura, da informação e do espaço. Para além das metáforas, a globali-

zação produz conceitos novos para explicar e compreender os rearranjos, as revoluções e também a imaginação codificada da fantástica “aceleração contemporânea do tempo e do espaço do mundo” (Santos, 1993).

2 Realismo e utopias da globalização

As realidades geradas pela globalização suscitam o exame de teorias, conceitos, noções e modelos que possibilitem identificar, compreender e explicar a morfologia e as mudanças que este processo impõe aos povos, nações, continentes. A ideia de “sistema-mundo”, que alcança, simultaneamente, o sistema econômico mundial e a mundialização da cultura, não tem definição “a priori”, até porque os modelos teóricos desenvolvidos a partir do conceito de sistema incluem inúmeras dificuldades de equacionamento das relações entre estrutura e função, todo e parte, equilíbrio e mudança, que se organizam nos modelos de interpretação funcionalistas e estruturais-funcionalistas. Não se trata somente de assegurar a validade desses modelos, mas de situar o problema do estudo dos sistemas e das teorias gerais de ação social no quadro de ocorrência de fatos e processos mundiais que evocam mecanismos de interação em relações de interdependência e interinfluência e que, de alguma maneira, já tinham sido formulados por essas abordagens.

As metáforas fecundadas no organicismo ganharam preeminência na investigação sociológica e antropológica clássica e contemporânea. Da contribuição de Durkheim e Spencer, a Malinowski e Radcliffe-Brown, as noções de funcionamento integrado entre as partes e o todo de um sistema coerente ampliaram-se para uma nova análise funcional em Merton que põe a sociedade global em causa “como única escala de referência para uma aproximação funcional” (Birbaum e Chazel, 1977, 38). O alcance médio desta teoria está assentado num paradigma formal “que deve ser apreciado em função do seu poder heurístico, de sua aptidão para fazer descobrir fatos significativos em relação a determinadas questões”. (Birbaum e Chazel, 1977, 138). Em Parsons, por outro lado, a retomada da ideia de um sistema social no quadro de uma teoria geral da ação e de seus imperativos funcionais de manutenção, de integração, de realização dos fins e de adaptação não ultra-

passa a imutabilidade dos valores dominantes, caracterizando a mudança social nos limites evolutivos, não dando, deste modo, a devida importância aos fatores “de revolução” (Gouldner, 1971, 361).

Residem, portanto, na dificuldade de apreender e explicar a mudança estrutural os impasses teóricos-metodológicos das teorias sistêmicas. Ao pretenderem explicar o mundo como uma totalidade funcional, cujas partes têm importância iguais, essas abordagens opõem-se às teses críticas, históricas e dialéticas. Mesmo assim compreendem importantes noções que são instrumentos de explicação da realidade mundial. “O modo de gestão mundial é sistêmico. Pode dizer-se que as teorias sistêmicas descrevem a lógica do funcionamento da administração mundial. Supõe-se, em última instância, que os indivíduos, os grupos e as instituições tendam a agir racionalmente, como atores individuais e coletivos, para alcançar determinados fins. Envolvem, portanto, a ideia de *escolha*. Aqui está presente a ideia de *individualismo metodológico*” (Ianni, 1994, 5).

Frequentemente são os processos históricos que destravam a análise científica do circuito dos paradigmas clássicos. A utilização do conceito de sistema social para descrever o capitalismo histórico em sua expansão e imposição sobre outras formas de produção material é um bom exemplo em Emmanuel Wallerstein. A totalidade capitalista, a integração à lógica capitalista e o funcionamento da economia capitalista são abordadas como sistema, sem fixação de fidelidade ao paradigma funcional ou ao paradigma dialético-marxista. “Minha visão pessoal é que a gênese desse tipo de sistema histórico situa-se na Europa do século XV, que o sistema se expandiu no espaço até abarcar o globo no final do século XIX, e que ainda recobre o mundo inteiro” (Wallerstein, 1985, 15). As dúvidas autoimpostas pelo autor ao tratamento do tema capitalismo histórico como um sistema-mundo são empíricas e teóricas. A primeira é de ordem da prática, da precisão analítica dos fatos históricos; a segunda é de ordem metodológica e se refere à indução que classificou o capitalismo “como algo além de uma forma específica de relação social no local de trabalho”, ou como um processo superado pelos Estados fiéis à doutrina socialista para reafirmar a convicção que ampara sua análise de focar o capitalismo como um sistema mundial (Wallerstein, 1985, 14-15). Sem cair na armadilha das ideologias, Wallerstein enfrenta

a discussão fora de confronto de crenças opostas. “Respondê-las-emos heurísticamente, argumentando que nossa classificação indutiva é mais útil que as outras, porque abrange mais fácil e elegantemente aquilo que hoje conhecemos coletivamente sobre a realidade histórica, e *porque permite uma interpretação dessa realidade* que nos habilita a agir mais eficazmente no presente” (Wallerstein, 1985, 15-16).

Admitir incertezas nos enfoques sobre a globalização faz parte de uma atitude científica da tradição ocidental. O abandono de convicções é uma das maneiras mais perspicazes de reelaborar, romper com teorias antigas e ensaiar abordagens novas, mesmo quando envoltas pelas utopias do presente e do futuro.

As utopias da globalização contêm de um lado, fortes componentes descritivos dos fatos e do funcionamento das sociedades de hoje, das suas instâncias de gestão e de decisão, com seus componentes hierárquicos da ordem internacional e, ainda, de seus códigos e normas de relacionamento. Contêm, por outro lado, fortes componentes subjetivos de negação da realidade aparente por outra perspectiva mais intimista e até impressionista de reagir à ordem funcional, de apreender o fundamento desagregador, de desvendar a fúria das forças irrompidas com a globalização. Ou então, mesmo sem subsumir-se à objetividade cientificista, as utopias erguem-se sobre construções históricas de época, movimentam-se nos limites e protótipos da civilização ocidental, nos marcos da arte, da ciência e da filosofia modernas, até mesmo as que se delimitam numa pós-modernidade. Produz-se, de certa forma, uma necessidade imperiosa de conhecimento da realidade nova pela conceituação ou pela imaginação, num trânsito de grande intensidade entre o realismo e a utopia.

A característica mais violenta das contradições que envolvem a nova ordem mundial em curso é que ela prescinde de um fundamento ético. Sua realização não necessita de qualquer perspectiva moralista para implantar-se ou ausentar-se nas regiões, nos continentes, como aquelas características que efetivaram a ordem internacional até a queda do Leste Europeu. O mundo que se forma dessas relações articula-se pela competitividade, pela racionalidade do mercado, pela fluidez da produção e da circulação. O alinhamento dos circuitos do mundo, seja dos contatos, seja das parcerias

entre os agentes, dá-se também pelo poder da agressividade da competição. “É um sistema de relações hierárquico, construído para perpetuar um subsistema de dominação sobre outros subsistemas, em benefício de alguns. (...) Nesses espaços de racionalidade o mercado torna-se dinâmico e o Estado impotente. (...) A dimensão mundial são as organizações ditas mundiais: instituições supranacionais, organizações internacionais, universidades mundiais, igrejas dissolventes, *o mundo como fábrica de engano*. (...) Quando o mundo assim feito está em toda parte, o embate ancestral entre a necessidade e a liberdade dá-se pela luta entre uma organização coercitiva e o exercício da espontaneidade. O resultado é a *fragmentação*” (Santos, 1993, 17-19, grifos meus).

A dinâmica dessa “fábrica de engano” é a de um presente fugidio, efêmero, produzido pela engenharia das comunicações e apresentado pelo “império da imagem” num arranjo que impede “a ideia de duração e a lógica de sucessão” (Santos, 1993, 16). “Seu ritmo é de um tempo despótico, global, em cuja ação pessoas e lugares são globalizados” (Santos, 1993, 15). Sua força é de uma concentração explosiva, acelerada, que amedronta e fascina. Sua presença é fugaz porque produto da época dos signos, onde “os símbolos tomam o lugar das coisas verdadeiras” numa vertigem que faz tudo morrer prematuramente. O espaço produzido por esse mundo há muito deixou de ser natural e técnico-científico para subsumir-se à medida padronizada da racionalidade funcional acionada pelos atores. O espaço e a vida social são matematizados conforme os interesses de lucro de uns e da alienação de muitos. (...) “Através do espaço a mundialização, em sua forma perversa, empobrece e aleija” (Santos, 1993, 16-19).

No alcance da fábrica de engano somente o lugar pode contrariar a globalização. A tribo, a “dimensão fragmentada”, sobrepõe-se “a união dos homens pela cooperação na diferença”. O lugar é o receptáculo da revolta, da mudança, da divergência; é também o esconderijo da esperança e da veracidade, opõe-se à falsidade e ao engodo do global. *Se o lugar nos engana é por conta do mundo* (Santos, 1993, 20).

A definição geográfica do sistema mundo é recoberta de elementos desigualmente estruturados e estruturantes dos espaços interligados por redes, “polaridades e centralidades”. Compõe, enquanto um sistema mundo, o

ambiente que inclui todos os sistemas geográficos, ordenando-os segundo uma “hierarquia emaranhada” que marca a sua dinâmica auto-organizada, “a irreversibilidade de sua história, assim como sua crescente complexificação” (Dolfus, 1993, 21). A economia mundial é uma das faces desse sistema-mundo que se constitui, de um lado, por divisões e fechamentos de espaços geográficos e, por outro, pelos fluxos que se estabelecem nos campos internacional e transnacional. O campo internacional é percorrido por fluxos normalizados e regulados pelas decisões dos Estados depois de negociações e entendimentos. É codificado por direitos e regulamentações. (...) O campo transnacional desdenha as fronteiras. Seus fluxos as atravessam sem ser verificados ou contabilizados. É o espaço das grandes empresas onde circulam informações ocultas às empresas rivais. Grande parte das informações que sulcam e estruturam o mundo são transnacionais, das emissões de televisão captadas por antenas parabólicas via satélite às informações bolsistas da Agência Reuter. (...) “No espaço mundial há, com frequência, imbricação dos fluxos dos dois campos” (Dolfus, 1993, 25-26). É, portanto, produzido pelo que se conhece da ordem internacional e pelo que ainda é desconhecido, que se configura na sociedade mundial.

Este metassistema mundo movimenta-se num darwinismo geopolítico onde os lugares de poder, as ilhas de decisão do “arquipélago metropolitano mundial”, são limitados e concentrados. As estratégias desse poder agudizam as diferenças entre os polos e suas periferias, arrastam as últimas para as consequências de suas imposições. As desigualdades são difíceis de superar, as resistências a essa tendência resvalam no retorno a valores “tradicionais, religiosos, culturais, étnicos”. É a emergência dos fundamentalismos, do islamismo ou do hinduísmo e das seitas, assim como o ressurgimento das paixões étnicas (Dolfus, *op. cit.*, 34-42).

Mesmo singularmente fechado, o sistema-mundo constrói as suas leis de funcionamento desconstruindo as criações da ordem internacional e descrevendo novas estruturas globais como unidades autônomas. Essa desconstrução implica mecanismos de descentralização e de reconstituição das organizações sob a forma de redes empreendedoras, em unidades menores, mais fortes e velozes. A economia mundial global cresce, mas suas partes diminuem para compor os pontos de poder subsidiário, o poder que

pertence à menor unidade. O sistema-mundo é o mundo da integração e da diferença. A ampliação dos processos de globalização corresponde à fragmentação dos componentes; a desregulamentação e globalização dos mercados correspondem à autonomia e à independência do menor protagonista que, armado pelos computadores e pelas telecomunicações interligados em redes, subverte a racionalidade burocrática pela racionalidade eletrônica. Constitui-se um equilíbrio global, distinto da ordem internacional, que harmoniza a tribo e o universo. Forma-se assim um tribalismo de outro patamar, oposto aos nacionalismos que se fundaram em crenças do Estado-Nação. A fragmentação organizada constitui-se de tribos virtuais e tribos eletrônicas (Nashiff, 1994). “O correio eletrônico é um gerador de tribos. A eletrônica nos torna mais tribais e ao mesmo tempo, nos globaliza. (...) Com a ênfase no tribal em um mundo cada vez mais global, o mantra da Nova Era ‘pense globalmente, aja localmente’ vira de ponta-cabeça. Ele é agora: pense localmente, aja globalmente. (...) Também à medida que globalizamos as economias do mundo, muitas coisas se tornarão universais. O que permanecer tribal se tornará mais importante e poderoso – outro paradoxo que revela um aspecto importante do paradoxo global [:]. Quanto mais universais nos tornamos, mais tribalmente agimos. O que, no paradoxo global, também significa partes menores e em maior número” (Naisbitt, 1994, 4, 18, 20-21).

As utopias da globalização resvalam frequentemente na ficção de pouca força poética. A linguagem instrumental de algumas corrói a força narrativa, dando-lhes forma de manual, de almanaque. É mesmo assim, muito forte na linha do que parece explorar uma certa forma de institucionalizar os processos de globalização numa ordem funcional. Aproxima-se e opõe-se das utopias do mercado imperialista que idealizavam um patamar monetário de uma taxa de câmbio num sistema de moeda único que articulasse as diferenças do dólar, do marco e do iene (Volquer e Gyohten, 1993, 318).

O subversivo na “ficção” do paradoxo é que ele condena a regionalização imperialista pela fragmentação do globalismo e cria outro patamar de articulação que é mais constitutivo da ordem mundial do que os acordos políticos e comerciais de ordem internacional. A tese que ilustra o insucesso ao qual o Tratado de Maastricht está fadado é a de que o mundo não precisa de uma moeda única; pelo contrário, com a multiplicação de países, tende

a ter mais, e não menos moedas. “Ademais uma moeda comum já existe: a eletrônica. Não há necessidade de outra” (Naisbitt, 1994, p. 2). Tanto o sistema-mundo “geográfico” como o “sistema-mundo dos protagonistas menores” carecem de fundamento ético.

A visão da globalização como uma das dimensões da modernidade está a meio caminho do realismo e da utopia. Modernidade e globalização são inerentes, constituem-se reciprocamente, tem a ver com discussões mais amplas do que as que se limitam à consideração da sociedade como um sistema. A análise concentra-se na “problemática tempo-espaço”, nas relações entre os envolvimento locais e interação através de distância (Giddens, 1991). Quanto maior é o distanciamento tempo-espaço na era moderna, maior é o “alongamento” entre as formas sociais e os acontecimentos locais e distantes. A essência da globalização é, portanto, este processo de alongamento. A intensificação das relações sociais numa escala planetária e o modelamento à distância dos acontecimentos locais definem a globalização como um processo dialético; as consequências e resultados dessas relações “podem se deslocar numa direção anversa às relações muito distanciadas que os modelam. A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo-espaço” (Giddens, 1991, p. 69-70).

As dimensões da globalização são as que constituem as instituições fundamentais da modernidade: a economia capitalista mundial, o sistema de estados-nação, a divisão internacional do trabalho e a ordem militar. Elas contêm, em si mesmas e em relação umas às outras, as condições de encaixe, desencaixe e reflexividade das instituições modernas. Tais condições tornam o lugar fantasmagórico, pré-moderno, e os sentimentos que a ele se ligam e identificam são desencaixados e atingidos por influências à distância. A segurança do indivíduo não advém mais do lugar, mas da permanência das relações desencaixadas. Do mesmo modo, a religião e a tradição são solapadas pela reflexividade da vida social moderna que a elas se opõe. Cria-se assim uma segurança ontológica produtora de sistemas de confiança que fazem parte da cultura moderna. Estes reconhecem no risco e nas situações de risco uma possibilidade onipresente, extensiva e intensiva a todos os indivíduos (Giddens, 1993, p. 70-113).

O realismo da globalização tem, na intensidade do risco, “o elemento básico das circunstâncias em que vivemos hoje. A possibilidade de guerra nuclear, calamidade ecológica, explosão populacional incontrollável, colapso do câmbio econômico global e outras características globais potenciais, fornecem um horizonte inquietante de perigo para todos. Os riscos globalizados não respeitam divisões entre ricos e pobres ou entre regiões do mundo” (Giddens, 1993, p. 126-127). O risco contém, nas suas consequências, os elementos reveladores do caráter de descontrole da modernidade. “Estamos todos sob as rodas do carro de Jagrená” (Giddens, 1993, p. 133). A expectativa da globalização tem a dimensão de um apocalipse permanente (Sontag, 1993, p. 136).

As reações diante da composição de uma ação social dos indivíduos globalizante têm possibilidades diversas. A aceitação pragmática do risco envolve essencialmente um reconhecimento da impotência do indivíduo sobre as ações sistêmicas. O otimismo sustentado consiste na convicção do pensamento livre, na crença da ciência e, ainda, na permanência de ideais religiosos; e, em que pese todos os riscos, constitui uma “razão providencial” de influência iluminista. O pessimismo cínico alia sentimentos depressivos, imobilizantes, a um modo irônico de reagir aos “perigos de alta consequência”. O engajamento radical diz respeito às formas de agir contra as causas e consequências dos riscos, numa ação contestatória mobilizadora que se viabiliza pelo movimento social. Diante de condições e expectativas da modernidade e dos agentes, as relações dialéticas espaço-tempo produzem uma vivência cujos fenômenos se organizam em estruturas constituidoras da situação moderna. Tais estruturas tornam possíveis as tentativas de condução do carro de Jagrená, não só através do conhecimento dos “defeitos do projeto” da modernidade, das “falhas do operador”, mas principalmente pelo fato de a reflexividade ou a circularidade do pensamento social afetar, em “primeira instância”, o mundo social ao invés do mundo natural (Giddens, 1993, p. 150-153). Esta reflexividade e circularidade, e não o conhecimento empírico, podem permitir a escolha de uma decisão.

As ambições da “utopia realista” propõem-se a dar conta dos modos desiguais de realização dos processos de globalização nos indivíduos e nas articulações entre o global e o local. Mesmo onde o impacto da modernidade

permanecer fraco, este critério, melhor, um princípio, deve ser aplicado. A criação do modelo de realismo utópico se constitui numa teoria crítica, que implica o delineamento da mudança social desejada com as condições de realização dessa mudança. Por isso deve ser uma teoria “sensível sociológica e geopoliticamente tática”; deve criar modelos de sociedade boa e reconhecer que a política emancipatória tem de estar vinculada a uma “política da vida”, ou a uma “política de autorrealização”. Os movimentos sociais, diversos em formas de engajamento e de importância difusa na vida social, têm, neste modelo, lugar de destaque: eles fornecem a pauta para as transformações futuras possíveis, embora não sejam os únicos com possibilidade de realizá-las. O uso coordenado do poder é inevitável e, na situação de globalização acelerada não é apenas nocivo (Giddens, 1993, p. 136-161).

Os contornos de uma sociedade, além da modernidade, também estão identificados num sistema complexo de realização da desmilitarização, da humanização da tecnologia, na coordenação mundial de um sistema de pós-escassez, e na participação democrática de várias camadas que agiriam em face dos riscos reais de crescimento do poder totalitário, do colapso dos mecanismos de crescimento econômico, do conflito nuclear ou guerra de grande escala e da deterioração ou desastre ecológico. A complexidade desse sistema além da modernidade é de âmbito mundial, envolveria alterações radicais na vida social, com transformações profundas na expectativa de crescimento econômico e até uma redistribuição global de riqueza (Giddens, 1993, p. 163-170).

O limite do realismo utópico é a modernidade ocidental. O movimento dos processos de globalização resolve-se, assim, numa modernidade sem fim, pós, além ou alta modernidade. Visto dessa forma ainda condiciona a emergência da sociedade mundial nos marcos das organizações institucionalizadas pela racionalidade do Ocidente, omitindo, de sua constituição, outras racionalidades, que se desenvolveram do confronto, da resistência, da negação ou simplesmente da reelaboração da racionalidade da conquista, da expansão comercial, da ética, da dominação de classes, do imaginário ficcional de tradição grega, do Estado-Nação e da ordem burocrática. “A tese da racionalidade do mundo revela pluralidades de formas e não um projeto único. A globalização radicaliza essa pluralidade ao invés de eliminá-la.

Também radicaliza a desigualdade cuja evidência mais drástica é o cenário da violência, destruição e pobreza de povos e continentes. O colapso da modernização, as consequências da modernidade podem ser lidas como avaliações negativas de uma ocidentalização que não deu certo expressa nas produções científicas, filosóficas e artísticas (Ianni, 1993, p. 69-88 e p. 115-120).

Na realidade global os processos subvertem os conceitos e as manifestações específicas das culturas ressurgem com outros significados e horizontes. “Em outras palavras, as ressurgências não são apenas de tradições, de configurações pretéritas, mas também a revelação de um todo novo, no qual as formações singulares adquirem outros significados. Com o declínio da sociedade nacional e a emergência da sociedade global, modificam-se as articulações e mediações nas quais se inserem as partes e o todo, as singularidades, particularidades e universalidades” (Ianni, 1992, p. 75-76).

Os caminhos da ocidentalização não são lineares quando as realidades são percorridas pelo processo civilizatório moderno na Ásia, Oceania, América Latina e Antilhas. “A realidade parece não confirmar-se com as ideias, noções, conceitos. Não se conforma às coordenadas cartesianas aos critérios do positivismo, pragmatismo, utilitarismo. As dimensões da sociedade global são dramáticas e épicas, com múltiplas possibilidades de expressão, realização, desenvolvimento e florescimento (Ianni, 1992, p. 121-182).

Atreladas à máquina do mundo, as realidades e utopias compõem essas dimensões.

Os processos de globalização que configuram a sociedade mundial são reais e virtuais. Sua aparência é de fragmentação, mas articula-se em termos de interdependência, sobreposição e/ou multilateralização de relações econômicas, políticas, culturais. Estes processos apresentam-se de várias formas, em partes distintas de mundos fechados em si próprios, ou em funcionamento sistemático, articulado. A desordem aparente da emergência desses processos provoca, na verdade, a desestabilização de fundamentos e realidades desenvolvidos em outra historicidade. Essa última feição da globalização apresenta confusão de interpretações, mas seus processos específicos de organização material são claros, objetivos, e as estruturas em desenvolvimento são distintivas das anteriores ou das que ainda são

articuladas por elas na contemporaneidade. Evidencia-se uma nova ordem mundial em curso. O reajustamento de poder que coordena as relações internacionais provoca revisões, atritos, constrangimentos, recuos estratégicos na diplomacia dos países envolvidos. Mesmo nos países à margem, ou atrelados às forças do globalismo, há esforços para alcançar ou mesmo testemunhar as mudanças em curso.

O crescimento da economia capitalista mundial é uma outra evidência. Se esse fenômeno é uma manifestação de crise, tem demonstrado mais vitalidade do que na ausência de força. As tendências de agravamento das contradições nas sociedades e nas relações internacionais que organizam na lógica do capital estão acentuadas. A desigualdade mundial expôs uma questão social mundial sem estratégia de saída aparente em escala semelhante, mas com sinais possíveis de realizar-se numa cidadania do mundo que vislumbra uma ação política supranacional, num contrato social global. No entanto, deve-se assinalar que a hegemonia imperialista selecionou os agentes e as articulações predominantes das relações que se desenvolvem na sociedade mundial. São, entretanto, estruturas montadas na lógica de expropriação e de dominação. Espelham interesses particulares que tentam se impor como planetário. Ainda não são evidentes os esforços trabalhados em consenso para uma mudança dirigida nas relações entre os povos, continentes, nações que deem conta dos desafios da concentração de capitais e tecnologias, da desvalorização da força de trabalho nos países pobres, do desenvolvimento econômico predatório, da exaustão dos recursos naturais. As estratégias que se esboçam rumo à nova ordem mundial são, em grande medida, contingenciais.

A fragmentação aparente da ordem mundial em curso também tem relação com a organização do pensamento especializado, em detalhes, em incontáveis formulações microcósmicas com fortes componentes de uma naturalização das realidades da globalização. Algumas análises pós-modernas têm essa conotação desconstrutivista, niilista, ou, então, têm inclinações para a redução do real à imagem, ao simulacro, à simplificação, “como negação da complexidade” (Harvey, 1993, p. 115). Por outro lado, os desafios postos pela globalização das estruturas econômicas e culturais instigam a produção de teorias de longo alcance que se propõem a investigar a forma

e o funcionamento das realidades novas, e que as articulam num todo dinâmico. As formulações macro estão, gradativamente, abrindo caminho da explicação e da classificação da realidade social emergente. Mesmo quando ainda são situadas nos paradigmas clássicos das Ciências Sociais, inúmeras implicações e relações dessas realidades analisadas neste prisma expõem elementos de configuração de uma sociedade mundial. De certo modo, o debate originado da crise dos paradigmas nas Ciências Sociais acelerou uma produção intelectual de longo alcance em abordagens originais. Mais uma vez, a realidade estimulou e o pensamento respondeu à configuração de um novo objeto das Ciências Sociais.

Referências bibliográficas

- AJAMI, Fouad (1994). **A Convocação Política Externa**. São Paulo: Paz e Terra / USP, v. 2, nº 4.
- ALGER, Chadwik, F. (1988). Perceiving Analysing and Coping with the local-global nexus. **Internacional Social Science Journal**, p. 117.
- AMIN, Samir (1984). In: Michelet Charles Albert. **O Capitalismo Mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Economia.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga (1993). Globalização e Soberania. **Revista Isto é**. 26/05/93.
- BIMBAUM, P., CHAZEL, F. (1977). **Teoria Sociológica**. São Paulo: Hucitec/Edusp.
- BOTHO, Andrea (1989). Perspectivas da Economia Mundial: Crescimento Renovado ou Crise Prolongada. In: **Nova Era da Economia Mundial**. São Paulo: Pioneira/Novos Ubrais.
- BOUDON, R., BOURRICAUD, F. (1993). **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo: Editora Ática.
- BRAUDEL, Fernand (1989). **A Dinâmica do Capitalismo**. 3. ed. Lisboa: Teorema.
- DEUTSCH, Karl (1982). **Análise das Relações Internacionais**. Editora Universidade de Brasília.

- DOLFUS, Oliver (1993). Geopolítica do Sistema Mundo. In: **Fim de Século e Globalização**. São Paulo: Hucitec-ANPUR.
- FURTADO, Celso (1993). A Globalização das Estruturas Econômicas. **Política Externa**, São Paulo, Paz e Terra/USP, v. 1, nº 04.
- ____ (1987). **Transformação e Crise na Economia Mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GALL, Norman (1989). A Nova Era da Economia Mundial. In: **Nova Era da Economia Mundial**. São Paulo: Pioneira/Novos Ubrais.
- GIDDENS, Anthony (1991). **As Consequências da Modernidade**. 2. ed. São Paulo: Unesp.
- GOULDNER, Alvin (1971). **The Coming Crisis of Western Sociology**. Londres: Heinemann.
- HARVEY, David (1993). **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola.
- HOBSBAWN, Eric J. (1992). **A Era dos Impérios**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HUNTINGTON, Samuel, P. (1994). Choque de civilizações? **Política Externa**, São Paulo, Paz e Terra, v. 2, nº 4.
- IANNI, Octavio (1994). **Globalização: Novo Paradigma das Ciências Sociais**. São Paulo [mimeografado].
- ____ (1992). **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- ____ (1993). **Labirinto Latino-Americano**. Petrópolis: Vozes.
- KURZ, Robert (1993). **O Colapso da Modernização**. São Paulo: UNESP.
- MICHALET, Charles Albert (1984). **O Capitalismo Mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Economia.
- NAISBITT, John (1994). **Paradoxo Global**. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- ORTIZ, Renato (1992). **Cultura e Modernidade**. São Paulo: Editora Brasiliense.
- PANKKAR, K. M. (1977). **A Dominação Ocidental na Ásia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SANTOS, Milton (1993). Aceleração Contemporânea Tempo-Mundo e Espaço-Mundo. In: **Fim de Século e Globalização**. São Paulo: Hucitec/ANPUR.
- SONTAG, Susan (1991). In: Giddens, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP.
- THUROW, Lester (1993). **Cabeça a Cabeça**. Rio de Janeiro: Editora Rocco.

- VOLKER, Paul, GYOHTEN, Toyoo (1993). **A Nova Ordem Mundial**. Porto Alegre: Editora Ortiz.
- VIZENTINI, Paulo G. F. (ORG.) (1992). **A Grande Crise**: a nova (des)ordem internacional. Rio de Janeiro: Ed. Vozes.
- WALLERSTEIM, Imanuel (1993). **O Capitalismo Histórico**. São Paulo: Brasiliense.
- WOLF, Eric (1987). **Europa y la Gente sin Historia**. Mexico: Fondo de Cultura Económica.

Capítulo 3

Os Fundamentos Explicativos e Compreensivos da Amazônia na Era da Globalização



1 Fundamentos explicativos e compreensivos

O mundo e o local são, ao mesmo tempo, realizações de processos sociais e categorias de análise de articulações contraditórias, desiguais, emergentes. A hipótese de estudar as metamorfoses da Amazônia respaldada nas teorias de globalização da sociedade e de mundialização da cultura supõe que a Amazônia criada pelo mundo e o mundo que a Amazônia cria dentro, fora, e acima do seu espaço físico é uma realidade e uma virtualidade tão forte que as ideias de nação, de região, de etnias, de nacionalidades, território, etnicidades só aparentemente ganham força no contexto próximo-remoto que a Amazônia representa.

A Amazônia é, ao mesmo tempo, uma das primeiras e últimas utopias do planeta Terra. Antes mesmo de o Novo Mundo ser descoberto, a Amazônia era um lugar perdido no imaginário de repouso e de inquietação de gentes, temas e de episódios fantásticos. Pode ser dito, ainda, que as fabulações e expressões que a tomam como problema para tematizá-la em linguagens artísticas, filosóficas, científicas e políticas podem configurar um lugar de encontro, confronto, acomodações, sínteses, produzidas pela cultura e pela ciência do Ocidente e do Oriente, pela historicidade do capitalismo, pelo “choque de civilizações”, pelas expectativas do começo (como criação) e do fim (como extinção) de uma época.

Ao supor a Amazônia como um lugar globalizado, tem-se a expectativa de enfocar modos de realização da Amazônia como parte do planeta, e como nos processos históricos de sua configuração ela sofreu influências ininterruptas dos universais construídos para a articulação de povos, regiões, continentes, economias que traziam em seu bojo uma mundialidade sob os



signos da modernidade, dos Estados-Nação, das formas sociais do trabalho, da economia internacional, da integração das comunicações, dos regionalismos, dos nacionalismos; e que traziam, também, uma antimodernidade, as ruínas precoces, a fragmentação de etnias e nações, as contramudanças, como manifestações de descontinuidades históricas aparentemente excluídas das tendências universais.

A modernidade-mundo e a globalização da sociedade como conceitos-síntese e emblemas do pensamento social podem conduzir essa proposta de análise para a hipótese de que a Amazônia também é um não lugar, uma configuração desterritorializada, uma ficção da imaginação e da liberdade poética que a distância de uma Natureza, também inventada, historicizada, recriada ciclicamente pelas forças sociais, pelos interesses locais, internacionais e mundiais que constroem as expectativas de começo, desenvolvimento e fim; um antimundo, ou um lugar acima deste, como metáforas de vozes plurais, desiguais, homogêneas, que exacerbam os extremos ou relativizam as formulações antitéticas. A Amazônia pode conter, num suposto desse nível, todos os problemas que envolvem os dilemas da ordem global em curso: a debilitação de vivências locais, o fim das etnias enquanto agrupamentos autônomos, a fragmentação física e cultural em unidades de comando mais ágeis para a economia política mundial, a debilitação da cultura nacional, o fim da soberania do Estado-Nação sobre os territórios nacionais, a construção de níveis e patamares de poder político e cultural para a institucionalização de padrões civilizatórios mundiais e, ao mesmo tempo, para reduzir a importância das nacionalidades, dos localismos, dos regionalismos. Tanto do ponto de vista heurístico como da imaginação sociológica, a proposição de estudar a Amazônia na ótica da mundialização da cultura e da sociedade global constitui-se em um desafio teórico-metodológico que imbrica em algumas escolhas, aqui delineadas topicamente, como referências para um programa de investigação, tais sejam:

Realidades e virtualidades em construção nos processos de globalização da Amazônia. A geopolítica imperialista posta em causa ou submetida pela estratégia de transnacionalização da economia política mundial. A Zona Franca de Manaus como expressão da divisão técnica e social do trabalho

desterritorializada, promovida e/ou desativada pelas forças econômicas transnacionais.

A mundialização da Amazônia como perspectiva de construção de um patamar acima das iniciativas de sua nacionalização formal. A busca de realização da cidadania mundial pelas populações amazônicas que, de um lado, reabrem temáticas inauguradas pelo colonialismo ibérico reinventadas com a *Pax Americana* imperialista, nunca concretizadas, e, por outro lado, recrudescem a assimetria de participação em uma ordem global emergente, pela ressurgência de tribalismos e conflitos regionais.

Novos poderes reguladores das relações sociais na Amazônia. As ONGs e as questões étnico-sociais da Amazônia: o renascimento do embate entre natureza e cultura nos parâmetros da sociedade mundial. Um reencontro conflituoso das propostas de recolonização econômica, científica e religiosa da Amazônia, nas perspectivas da economia mundial, de religiões universais e da ciência global.

Formas de legitimação das estruturas e processos de institucionalização de homogeneidades e de diferenças: as ressurgências das visões do imaginário ficcional como elemento “compreensivo” e “explicativo” das suposições científicas e das ideologias ecológicas. O conjunto de “vozes” que compõem as teorias sobre a Amazônia que ultrapassam o discurso nacionalista.

Nação, Continente e Lugar: as redefinições de referências de inteligibilidade da Amazônia como sinais da constituição de uma ordem mundial com poderes transversais que repõem problemas para a Amazônia brasileira e as Amazônias continentais, como configurações desiguais e distintas da Amazônia mundial emergente.

A Amazônia mundial representada nos fatos do tempo breve e nas elaborações de longa duração do tempo histórico que o encontro entre o Velho e o Novo Mundo produziu: a ocidentalização e a reocidentalização da Amazônia “versus” a nativização e a renativização de seus grupos e relações sociais.

As escolhas não são aleatórias ou simplesmente reprodutoras do ritmo ou da intensificação das mudanças. São também opções metodológicas que se propõem a demonstrar, em diferentes ângulos, que o processo civilizatório na perspectiva de uma ordem global em curso “vê” o mundo de ponta-cabeça, e de como essa “visão” altera as leituras de mudança social postas pelo

pensamento sociológico prevalecente, adquirindo outros componentes. A reconfiguração física e cultural do mundo contemporâneo atinge unidades legítimas dessa reconfiguração e as unidades excludentes de participação nessas mudanças. A desordenação do pensamento, dos lugares, das especificidades, pelos movimentos de integração à lógica da globalização e da mundialização, implica, por exemplo, dar concretude à noção de descentramento, tanto na demonstração das articulações efetivadas pela tecnologia das comunicações que aproximam o mundo, fazendo-o funcionar como um sistema de informações, como na configuração da lógica que articula a fragmentação das unidades empíricas da divisão do trabalho, da hierarquização de polos produtivos através dos modos desiguais do desenvolvimento capitalista. Outra dimensão das escolhas selecionadas para a pesquisa pode ser vislumbrada através do domínio da previsão que o conhecimento dos fenômenos da vida social pela ciência permite manejar (Weber, 1995, p. 499). Tal domínio pode contribuir para a formulação de “métodos do pensamento, instrumentos técnicos e treinamento científico”, acrescentando a essas contribuições a clareza, pelo desvendamento dos fenômenos, pela compreensão e interpretação da historicidade, e do sentido captado das manifestações sociais. Os sentidos que definem os rumos da globalização da sociedade e da mundialização da cultura têm, provavelmente, uma lógica própria que, de um lado, caracteriza suas necessidades de mudança nas relações entre as unidades físicas e políticas do planeta, e podem se efetivar em mecanismos de intercomunicação direta, velocidade de deslocamento e de descentralização, pluralidade arbitrada numa ética de convivência própria sem intermediários, tipos de organização voláteis de fácil adaptabilidade e enquadramento, rapidez, alcance curto e médio de objetivos e atuação tópica. Por outro lado, essa lógica própria permite supor formas de institucionalização de poderes supranacionais, oriundos de setores, organizações, segmentos sociais, grupos de interesses, distintos, opostos e/ou articulados, que, na versão produzida historicamente de a Amazônia ser planetária (“patrimônio comum dos habitantes da Terra”), pode constituir-se em fonte, matéria-prima, laboratório, lugar de expectativas e de confronto de novas e velhas utopias sintetizadas em projetos comunitários de autodeterminação de povos e populações regionais e, em projetos societários, como espaço

mundial, de articulação do saber científico ou como lugar estratégico de controle da nova ordem global que se configura.

No quadro das teorias de globalização e da mundialização da cultura, as mudanças estruturais na Amazônia podem ser indicativas dos modos e das nuances em que a ordem mundial se transversaliza sobre povos, estados, continentes, soberanias, realizando o nexo global-local do mundo na Amazônia e da Amazônia no mundo, e, ainda, serem desvendadoras dos sentidos da recolonização da região pelas forças mundiais, para uma configuração histórica supranacional que a Amazônia pode vir a constituir-se.

Hegel oferece pistas para o equacionamento de questões onde a pluralidade, a diversidade, a desigualdade e a diferenciação estão contidas na composição de um universal que, no plano filosófico, não se expressam na aparente representação dos fins e resultados da coisa mesma. A captação de uma nova época, de sua gestação e transição, tal qual no exemplo da criança que após um período de nutrição gradativo, silencioso e quantitativo rompe esse período acumulativo e nasce, salto qualitativo que a transforma em uma figura nova, assemelha-se à maturação do espírito que se desprende, gradativamente, da estrutura do mundo anterior. Este processo, que de início não altera a fisionomia do todo, contém, no entanto, rompimentos captados como estremecimentos isolados com o novo mundo emergente. Há sinais de que algo novo se configura; o existente é tomado pelo tédio e pela frivolidade. Bruscamente, como um raio que ilumina a imagem do mundo novo, irrompe uma aurora que configura uma imagem imediata, imperfeita, inconclusa, representada no conceito do todo que ainda não é o todo mesmo, mas o início de um processo de conhecimento (Hegel, 1987, p. 12-13). Tal como é supérflua e contraproducente a anteposição de explicações sobre os propósitos, motivações e relações que um estudo tem com outros estudos anteriores e/ou simultâneos, do mesmo modo, a preocupação com a determinação de relações com outras iniciativas não deve se sobrepor ao processo de investigação propriamente dito. A constituição de um todo natural ou social não é consequência do desenvolvimento progressivo da verdade nem da redução dos fatos aos seus fins e resultados, mas da dinâmica que se opera na diversidade da contradição de processos que dão desenvolvimentos novos a outros que emergem ao eliminarem-

-se e distinguem-se uns dos outros. Ao mesmo tempo, essa dinâmica de constituição, negação e oposição de processos físicos e sociais compõe uma unidade orgânica necessária e constituinte da vida do todo. (...) *“Lo mais fácil es enunciar lo que tiene contenido y consistência; es mas difícil captarlo, y lo más difícil de todo la combinación de lo uno y lo otro: el lograr su exposición”* (Hegel, 1987, p. 7-9).

Redimensionada do âmbito filosófico para o sociológico e o histórico, a pista hegeliana põe questões de como o pensamento científico trabalha a dialética do singular e do universal nos planos lógicos e concretos, exemplificados nesta hipótese pela análise de constituição da sociedade mundial, de processos transnacionais e globais que se articulam sobre as formações nacionais, sobre os lugares, sobre povos, culturas e continentes, existentes em diferentes tempos e movimentos da realidade e do pensamento.

Fernand Braudel contribui para esta questão introduzindo duas chaves de interpretação para as Ciências Sociais em geral, e para as relações entre a Sociologia e a História em particular, tematizadas, respectivamente, pelas noções de tempo e estrutura, traduzidas em conceitos e/ou categorias de apreensão da dialética da duração social, das regularidades sociais e das rupturas e metamorfoses configuradoras de ciclos, interciclos, processos e conjunturas que, do mesmo modo em que articulam passado e presente, articulam “uma metodologia comum para as ciências do homem” (Braudel, 1990, p. 7-39). Os tempos múltiplos e contraditórios são substância e matéria do passado e da atualidade da vida dos homens. A existência de um tempo breve e de um tempo longo dá à multiplicidade do tempo noções mais precisas que valorizam o tempo longo, “os vários semblantes” da história e que fazem emergir a tendência secular, “para além dos ciclos e interciclos” (Braudel, p. 9-14). Braudel distingue o tempo dos acontecimentos e o das tendências seculares; o primeiro “é explosivo, ruidoso, enche a consciência dos contemporâneos; mas dura um momento apenas. A ciência social tem quase horror do acontecimento. Não sem razão: o tempo breve é a mais caprichosa, a mais enganadora das durações”, é o tempo da vida cotidiana, das nossas ilusões, das nossas rápidas tomadas de consciência, o tempo por excelência do cronista, do jornalista. Este é o problema da história dos

últimos cem anos centrada, no seu conjunto, sobre os grandes acontecimentos, no e sobre o tempo breve (Braudel, p. 11-16).

Tempo e estrutura imbricam-se, pois, à diacronia e à sincronia, às rupturas e continuidades das historicidades desiguais do pensamento e dos fatos. Entre continuidades e rupturas, as primeiras mais ou menos imutáveis, “milhares de rupturas abalaram a face do mundo”, fato que sugere pensar totalidades históricas constituídas de camadas, níveis, patamares, onde todos os milhares de fragmentações do tempo da história compreendem-se a partir dessa profundidade (Braudel, p. 16-17).

Essa digressão nos permite supor que a sociedade global e a cultura mundial, abordadas como processos históricos, são emblemas emergentes nas Ciências Sociais que podem articular, lógica e historicamente, o todo e a parte na dialética da duração que inclui os acontecimentos do tempo breve do século XX, e a sensibilidade prospectiva das grandes formulações dos séculos XVIII e XIX. O tempo longo e a tendência secular aparecem, por exemplo, nas formulações de história universal (Kant), espírito universal, totalidade ética (Hegel), necessidade, trabalho, modo de produção e mercado mundial (Marx), ética econômica e racionalização do mundo (Weber) e outros conjuntos teóricos que apontam, simultaneamente, uma configuração intelectual e histórica e que permitem vislumbrar e transpor ideias e processos sociais de épocas caracterizadoras da modernidade e de ciclos econômicos, tais quais o mercantilismo, o imperialismo, o globalismo, como ciclos, eventos ou estruturas promotoras de mudanças radicais na sociabilidade humana, agora, envolvida pela emergência de uma sociedade global.

2 Sociologia e globalização: um pretexto para a imaginação sociológica

Uma atitude muito evidente no comportamento intelectual contemporâneo é a mudança operada no olhar científico sobre a realidade do mundo. Aspectos físico-naturais, socioculturais, político-econômicos, ideológicos, artísticos têm sido apresentados, sob ângulos distintos, em forma de mega, macro e microabordagens que formulam questões sobre um mundo concreto

e virtual, mais do que nunca aproximado da figura poética que representava a terra como um planeta, suas gentes, continentes, diversidades, diferenças, aproximações, desigualdades. Cada vez mais exigente, o olhar científico amplia seus ângulos, busca minúcias, abala alicerces conceituais consagrados, articula determinações e convergências; nuança, resultados, hipóteses e leis traduzindo uma exigência de intensa necessidade de apreender as transformações naturais e sociais.

Tais manifestações de enfoques do olhar científico, assim posto, nutriram-se de um trabalho intelectual sem precedentes nas proporções da grandiosidade de produção e circulação do conhecimento, o que faz supor uma alteração qualitativa na atitude intelectual do fim do século: a aceitação da historicidade da ciência como um pré-requisito revigorado, válido para todos os campos e áreas do saber e perseguido pela comunicabilidade científica contemporânea sob a forma de agilidade de apreensão dos fatos, velocidade de comunicação de descobertas, inquietações e intuições, sínteses e antíteses. O conhecimento científico que se legitima hoje traz a marca da temporalidade do mundo articulado, histórica, lógica e até virtualmente. A imaginação científica alimentada por um olhar novo e acelerada pela atitude intelectual disposta a propor e desenvolver desafios de uma nova era respeita o passado da ciência, mas não se deixa aprisionar pelos dilemas desta. Assim, vislumbra o futuro com uma disposição traduzida pela elaboração de parâmetros novos, de enfoques audazes, de releituras dos processos e meios de investigação e ainda por rupturas com tradições intelectuais muito caras, mas que hoje podem se constituir em um aspecto do passado que, ao invés de iluminar o trabalho intelectual, tende a torná-lo obscuro, pouco vigoroso.

Esse trabalho situa as Ciências Sociais em geral e a Sociologia em particular como uma peça indispensável para o entendimento do mundo pelo pensamento social que dá organicidade à complexidade de fenômenos, relações e estruturas que aborda, classifica, desvenda, explica, inventa e reinventa a si mesma e aos objetos que delimita. Do mesmo modo, investiga a elaboração de uma pauta de discussões composta de preocupações amplas, polêmicas, fértil de problemas e de ensaios que articulam as necessidades de as Ciências Sociais superarem crises de conhecimento pela eleição de

novos temas representativos das transformações em curso. Muito mais do que um suposto, essa assertiva respalda-se na pluralidade de formulações, e na ampliação do espectro de influência do pensamento sociológico no interior do debate científico, filosófico, artístico, e na constituição mesma das metamorfoses e estruturações das realidades histórico-sociais. Essa amplitude deixa espaço para a inclusão de temas síntese, em emblemas do pensamento social atual, representados nessa hipótese pelos problemas e questões das teorias da globalização e da mundialização da sociedade e da cultura que dão preeminência às transformações operadas em todas as dimensões da vida social. Essas teorias supõem e indicam a emergência de uma nova lógica, de uma nova ordem, de novos nexos, sentidos e articulações que configuram uma sociedade global, uma cultura mundial, uma complexa rede de relações planetárias.

Suposição e indicação desse porte envolvem preocupações ontológicas, epistemológicas e teóricas que se desdobram em concepções e modos de interpretação e apreensão das novas realidades, com certo grau de objetividade lógica que, sem destituir por omissão ou ausência de perspectiva a dramaticidade da realidade emergente, promove o impulso necessário para, ao mesmo tempo que dê conta das transformações em curso, registre e critique em que medida a análise sociológica, os conceitos e categorias até então produzidos pelas Ciências Sociais estão comprometidos e/ou limitados pelas novas exigências de inteligibilidade do mundo. Dito de outra forma, ao identificar rupturas, transformações, processos e relações sociais novas, com olhar e atitude mental que se dispõe a desbloquear a imaginação científica, as Ciências Sociais desafiam a si próprias a romper, criar, recriar fronteiras intelectuais, demonstrar a vitalidade de seu arcabouço conceitual, tornar claras as historicidades que articulam diferenças, desigualdades, conceitos e categorias, pontos de vista teórico-metodológicos, alternativas institucionais iluminadas pelo pensamento social hegemônico estão postos em causa nas hipóteses das teorias da globalização da sociedade e da mundialização da cultura que fascinam e aterrorizam novas e velhas convicções. É exatamente nesse plano que a hipótese de que essas teorias possam expressar um comportamento intelectual fecundo e aberto para uma visão menos fragmentada de ciência, como um produto mais geral do

próprio grau de desenvolvimento e articulação do conhecimento e dos intelectuais, possam, ainda, produzir releituras, reciclagens, preencher hiatos compreensivos, explicativos e demonstrativos, complementar interpretações de fatos, conceitos, categorias, métodos. É também nesse nível em que a suposição da fecundidade de apreensão de processos sociais emergentes possibilita reconfigurar noções e realidades históricas delineadas pelo pensamento social na sua tradição mais ampla das ciências humanas e na especificidade das Ciências Sociais propriamente ditas, representadas na Sociologia, na Antropologia, na Ciência Política, na História, sem prejuízo das diferenças de enfoque e peculiaridades de cada uma. A possibilidade de repensar nações, nacionalidades, lugares, continentes, civilizações, regionalizações, estados, soberanias, etnias, hegemonia, sociedade civil, ação social, organização social, anomia social, conflitos sociais mudam em alcance e intensidade quando o emblema que preside os argumentos, ferramentas da explicação, tem como parâmetro a sociedade mundial tematizada como complexidade de relações interativas, contraditórias, encaixadas, desconectadas, desiguais, mas dinamizadas por uma ordem mundial que se define também como um novo campo de força em escala planetária dando novo sentido social e histórico às dimensões locais, regionais e nacionais. O emblema que preside os argumentos, ferramentas da explicação, tem como parâmetro a sociedade mundial, o globo tematizado como complexidade de relações interativas, contraditórias, encaixadas, desconectadas, desiguais, mas dinamizadas por uma ordem mundial que se define também como um novo campo de força em escala planetária, e dando novo sentido às dimensões locais, regionais, nacionais, da sociabilidade e historicidade humanas. Como articular essa humanidade global que se delineia por sobre fronteiras e tempos particulares e relacionais enquanto questão, que supõe respostas variadas nas análises das teorias da globalização e da mundialização, na medida em que é uma hipótese que se revigora em cada processo social eleito para exame? As “respostas imperfeitas”, tais quais o conceito que apreende o todo em partes ou em aspectos de ruptura com o pretérito, têm o mérito de delinear momentos, mapear experiências históricas, interpretar a falência e a exaustão de modos de domínio e de apropriação; ou de identificar conexões em que esses modos ganham vitalidade e força

para galvanizar-se noutras configurações. O exemplo do revigoreamento da economia capitalista, agora globalmente definida no seu caráter mundial, que parece contraditar com as estruturas de sustentação para e pela sua expansão, é emblemático das contradições em curso. O imperialismo da política de blocos não conseguiu, após a 2ª Guerra Mundial, manter as relações internacionais nos marcos da Pax Americana; a Guerra Fria perdeu o sentido com a queda do Bloco Soviético; a Guerra do Golfo reacendeu o embate econômico-estratégico pelos recursos e pelo estranhamento de culturas e civilizações virtualmente antagonizadas, reinventando distâncias entre formas de poder “orientais e ocidentais”, que, de certa forma, substituem o confronto entre os Estados-Nações. Os conjuntos compreensivos e explicativos que articulam as realidades sociais contemporâneas podem ser resumidos nos aspectos essenciais.

O significado do abalo mundial provocado pela *débâcle* da URSS e da Guerra do Golfo: as modificações emblemáticas para a reorientação da economia mundial, para a redefinição de prioridades políticas externas nos planos comerciais e diplomáticos; a nova regionalização aglutinadora das forças econômicas e políticas supranacionais, como parâmetros formais das relações internacionais e como indicativos da organização da sociedade global em formação; a redefinição das funções internacionais de organismos mundiais, com transferência de responsabilidades sobre a tomada de decisões e execução de atividades de confronto político e até de extermínio de povos e continentes, tais quais os de independência política conquistada com o auxílio desses próprios organismos, sob o controle da hegemonia norte-americana e no contexto da Guerra Fria; a reconfiguração de fronteiras de expansão econômico-estratégica qualitativamente diferente do perfil traçado pela política de blocos.

A importância que assumem as articulações científicas e tecnológicas como força política nas estratégias transnacionais de abordagem e asseguramento de interesses mundiais da ordem global. A definição de agendas globais que orientam as prioridades da intervenção científica e da produção e transferência de tecnologias de alcance mundial.

Princípios delineadores de uma ética de convivência mundial: a civilização da sociedade global e suas formas de expressão pela cultura mundial.

Problemas decorrentes dessa nova sociabilidade: a aquisição da cultura mundial legítima e a produção da “ilegitimidade” das culturas excluídas das articulações globais. Como justificar os confrontos e os conflitos entre sociabilidades de patamares diferentes e politicamente diversas, efetivadas por meio de processos sociais desterritorializados?

As lutas de classes e o Estado como fantasmagorias da sociedade mundial. As referências para a transfiguração dos conflitos entre o nós e o outro no âmbito da ordem global, por meio da maioria inserida na moderna economia mundial, incluída na “cultura do contentamento” e do bem-estar, contra os excluídos política e economicamente do processo sociocultural do conforto, da estabilidade e da riqueza.

As possibilidades extraeconômicas de inclusão no processo civilizatório mundial. As escolhas de zonas estratégicas para a manutenção de padrões econômico-políticos da ética global: o crivo das preocupações de interesse planetário, como “substitutivos” dos interesses hegemônicos do convívio entre nações.

As “imperfeições das respostas”, em momento algum, devem ser impeditivas da experimentação de equacionamentos, apesar de obstáculos teórico-práticos de toda pesquisa sociológica. A flexibilidade de alteração dessa proposta pode ser uma imposição dos obstáculos ou uma necessidade de redefinição de parâmetros e, de nenhum modo, é estranha aos procedimentos das Ciências Sociais mais rigorosas.

A articulação lógico-empírica terá natureza ilustrativa/demonstrativa das hipóteses formuladas e das referências escolhidas. Não se constituirão, portanto, em dados reafirmadores ou negadores de perspectivas ideológicas que atravessam o debate interno acerca das teorias da globalização e da mundialização da sociedade e da cultura.

Referências bibliográficas

ADAMS, Ian (1993). **Political Ideology today**. Manchester, New York: Manchester University Press.

- ALGER, Chadwick F. (1988). Perceiving, Analysing and Coping with the Local-Global Nexus. **International Social Science Journal**, aug., nº 117.
- APPADURAI, Arjun (1996). Disjunção e Diferença na Economia Cultural Global. In: Featherstone, Mike (org.). **Cultura Global, Nacionalismo, Globalização e Modernidade**. Petrópolis: Vozes.
- AUGÈ, Marc (1994). **Não-Lugares**: Uma Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade. Campinas: Papirus.
- AVATER, Elmar (1992). **Ecological Disorder National Sovereignty**: The Case of the Amazon. Belém: UNAMAZ/UFPA.
- BAILEY, Ronald (1995). **The True State of the Planet**. New York: The Free Press.
- BANKS, Marcus (1996). **Ethnicity**: Anthropological Constructions. London, New York: Routledge.
- BASS, Thomas A. (1994). **Reinventing the Future**: conversations with the world's leading scientists. New York: Addison-Wesley Publishing Company.
- BRAUDEL, Fernand (1989). **A Dinâmica do Capitalismo**. Trad. Carlos Veiga Ferreira. 3ª ed. Lisboa: Teorema.
- _____. (1992). **Reflexões sobre a História**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1990). **História e Ciências Sociais**. Trad. Rui Nazaré. 6ª ed. Lisboa: Editorial Presença.
- _____. (1989). **A Identidade da França**: Espaço e História. Trad. Lygia Watanabe, v. 1. Rio de Janeiro: Globo.
- _____. (1989). **A Identidade da França**: O homem e as coisas. Trad. Lygia Araújo Watanabe, v. II e III. Rio de Janeiro: Globo.
- BROCKWAY, Thomas, P. Basic Documents (1957) In: **United States Foreign Policy**. Princeton: D. Van Nostrand Company.
- BROWDER, J. (1988). Public Policy and Deforestation in the Brazilian Amazon. In: R. Repetto and M. Gillis (orgs.). **Public Policies and the Misuse of Forest Resources**. New York: University Press; Cambridge: World Resources Institute.
- BROWN, Lester R. et al. (1996). **State of the World 1996**. London: Worldwatch Institute.

- CARFANTAN, Jean-Yves (1996). **L'épreuve de la mondialization, pour une ambition européenne**. Paris: Éditions du Seuil.
- CERNELA, Janet (1982). **Indigenous Forest and Fish Management in the Vaupes Basin of Brazil**. Cultural Survival Quarterly, v. 6, nº 2.
- CHESNAIS, François (1996). **A Mundialização do Capital**. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã.
- CHESNEAUX, Jean (1995). **Modernidade-mundo**. Trad. João da Cruz. Petrópolis: Vozes.
- CHOMSKY, Noam (1985). Armas Estratégicas, Guerra Fria e Terceiro Mundo. In: **Extremismo e Guerra Fria**. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1996). **Novas e velhas ordens mundiais**. Trad. Paulo Roberto Coutinho. São Paulo: Scritta (Coleção Clássica).
- Concise Experimental Plan – The Large Scale Biosphere – Atmosphere Experiment in Amazonia, LBA**. São José dos Campos, Scientific meeting, Brazil, 27-29 june, 1996.
- CORRÊA DA SILVA, Marilene (1989). **A Questão Nacional e o Marxismo**. São Paulo: Cortez, nº 30, 80 p. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).
- _____. (1996). **O Paiz do Amazonas**. Manaus: EDUA, 227 p.
- _____. (1981). Ideologia do poder como condicionamento das relações sociais. **Revista Serviço Social e Sociedade**, v. 6.
- _____. (1990). O que são as Ciências Sociais. **Revista da Universidade do Amazonas: Série Ciências Humanas**.
- CORRÊA DA SILVA, Marilene et al. (s. d.) A visão das eleições de 1990, pelos partidos políticos do Estado do Amazonas. In: **Publicações do I Congresso de Iniciação Científica da Universidade do Amazonas**.
- _____. (1992). Questões Metodológicas da Sociologia Clássica. In: **Publicações do I Congresso de Iniciação Científica da Universidade do Amazonas**.
- _____. (1992). **Delineamentos de uma política acadêmica rumo ao ano 2000**. (Monografia de Especialização em Administração Universitária, CRUB/OUI, Brasil/Canadá, Manaus) 52 p.
- _____. (1992). **A Construção da Amazônia Lusitana**. Manaus, Amazônia em Cadernos. **Revista do Museu Amazônico da Universidade do Amazonas**, v. 1, no 1, 72 p.

- _____. (1994). Processos de Globalização da Amazônia. Caderno Criação: **Jornal A Crítica**, Manaus, 5/1/1994, p. 1, colunas.
- _____. (1994). A Questão Ecológica e a Questão Regional. Caderno Criação: **Jornal A Crítica**, Manaus, 12/1/1994, p. 1, 6 colunas.
- _____. (1994). O Continente Amazônico em meio à Questão Ecológica. Caderno Criação: **Jornal A Crítica**, Manaus, 19/1/1994, p. 1, 6 colunas.
- _____. (1994). Cultura e Economia: o embate entre Natureza e Cultura e a Reivenção da Natureza. Caderno Criação: **Jornal A Crítica**, Manaus, 27/1/1994, p. 1, 5 colunas.
- _____. (1994). Autocrítica do Estado Atualiza a Amazônia. Caderno Criação: **Jornal A Crítica**, Manaus, 2/2/1994, p. 1, 6 colunas.
- _____. (1994). Processos de Globalização na Amazônia. **Boletim da ANPEGE** (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia) Lugar: Formação Sócio-Espacial do Mundo – USP, FFLCH Departamento de Geografia, 9/1994.
- _____. (1994). A Amazônia Colonial. **Revista da Biblioteca do Museu Nacional**. Rio de Janeiro, 2º semestre de 1994, 53 p.
- _____. (1994). **As Três Amazônias**. Instituto de Estudos Avançados da USP – Série Ciências Ambientais. São Paulo, nº 19, Coleção Documentos.
- _____. (1995). Globalização: Realismo e Utopias. **Revista da Universidade do Amazonas**. Série: Ciências Humanas, v. 4, nº 1-2, p. 27-50, jan./dez.
- _____. (1997). **Metamorfoses da Amazônia**. (Tese de doutorado em Ciências Sociais defendida em 20/5/1997 na Universidade Estadual de Campinas).
- _____. (1997). Globalização e Amazônia. **Revista São Paulo em Perspectiva** [artigo encaminhado para publicação em maio/97].
- _____. (1997). Região, nação e globalização: metamorfoses da Amazônia e os processos mundiais. **Jornal A Crítica**, Manaus, 10/8/1997.
- DAMASCOS, M. A., Gazia, N. M., Gallopín, G. C. (1995) Consecuencias de la transformación de los ecosistemas de la América Latina/Estudios de Caso. In: **El Futuro Ecológico de un Continente**: Una visión prospectiva de la América Latina. Tokio/Nueva York/Paris: Editorial de la Universidad de las Naciones Unidas; Mexico: Fondo de Cultura Económica, v. 2, nº 79, p. 19-73.
- DAVIS, Horace B. (1978). **Toward a Marxist Theory of Nationalism**. New York, London: Montly Rewiew Press.

- DAVIS, Mike (1985). O Imperialismo Nuclear e Dissuasão Extensiva. In: **Extremismo e Guerra Fria**. São Paulo: Brasiliense.
- DENSLOW, J., Padoch, C. (orgs.) (1988). **People of the Rain Forests**. Berkeley: Univ. of California Press/Smithsonian.
- DONALD, James, Ratansi, Ali (1992). **'Race', Culture & Difference**. Sage: The Open University.
- FEATHERSTONE, Mike. (1996). A globalização da complexidade: Pós-modernismo e cultura de consumo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: ANPOCS, ano 11, nº 32, out. 1996, p. 105-124.
- _____. (1994). **Cultura global, nacionalismo, globalização e modernidade**. Trad. Atílio Brunetta. Petrópolis: Vozes.
- Friends of the Earth/NOVIB (1994) **Políticas Coerentes para a Região Amazônica**. São Paulo.
- Funatura, Secretaria de Ciência e Tecnologia - PR, PNDU. (1991). **Custo de Implantação de Unidade de Conservação na Amazônia Legal**. Brasília.
- GAMA KURY, Mário da (1994). **Dicionário da Mitologia Grega e Romana**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GARNER, Roberta (1996). **Contemporary movements and ideologies**. New York: McGraw Hill.
- GELLNER, Ernest (1991). **Naciones y nacionalismo**. Mexico: Alianza Editorial.
- GIDDENS, Anthony (1991). **As Consequências da Modernidade**. 2. ed. São Paulo: UNESP.
- _____. (1995). **Politics, Sociology and Social Theory**. Cambridge: Polity Press; Oxford Blackwell Publishers.
- GOODLAND, R. (1991). Avaliação do Meio Ambiente: a nova política ambiental do Banco Mundial. In: Aragón, Luis E. (org). **A Desordem Ecológica da Amazônia**. Belém: UNAMAZ.
- GOULDING, Michael; Smith, Nigel; Mahar, Dennis. (1996). **Floods of Fortune-Ecology and Economy along the Amazon**. New York: Columbia University Press.
- GOULDNER, Alvin (1971). **The coming crisis of western Sociology**. Londres: Heinemann.
- HARVEY, David (1982). **Los limites del capitalismo y la teoria marxista**. Mexico: Fondo de Cultura Económica.

- _____. (1993). **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola.
- HAYWARD, Tim (1995). **Ecological Thought (an introduction)**. Cambridge: Polity Press; Oxford: Blackwell Publishers.
- HEGEL, G. W. F. (1967). **Fenomenologia del Espiritu**. Trad. Wenceslau Roces, Ricardo Guerra. Mexico: Fondo de Cultura Económica.
- HOBSBAWM, Eric J. (1992). **A era dos impérios**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1995). **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOMMA OYAMA, Alfredo Kingo *et al.* (1991). **A Questão Agrícola na Amazônia: aptidão de terras**. Belém: EMBRAPA/CPATU.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1994). **Choque de civilizações?** Rio de Janeiro: Política Externa / Paz e Terra, v. 2, nº 4.
- IANNI, Octavio (1977). **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (1978). **A luta pela terra**. Petrópolis: Vozes (Coleção Sociologia Brasileira).
- _____. (1979). **Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1979-1986). **Ditadura e Agricultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (1992). **Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (1995). **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (1996). **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (1996). **A Racialização do Mundo**. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, São Paulo.
- KAPLAN, W. A. *et al.* (1988). Emission of NO and deposition of O₃ in a tropical forest system. **Journal of Geophysical Research**, v. 93, nº D2, 20/2/1988, p 1.389-1.395.
- KASAHARA, Akira; Dias, Pedro L. da Silva. (1986). Response of planetary waves to stationary tropical heating in a global atmosphere with meridional and vertical shear. **Journal Atmospheric Science**, v. 18, p. 301-307.
- KURZ, Robert (1993). **O colapso da modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- _____. (1996). A estupidez dos vencedores. **Folha de S. Paulo**, São Paulo 8/9/1996, p. 5-8.
- _____. (1996). A biologização do social – o mundo sofre novo ‘desencantamento’. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7/7/1996 (Caderno Mais), p. 7.
- LANDIM, Leilah (1988). **Sem fins lucrativos**: as organizações não governamentais no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião.
- _____. (1993). **A Invenção das ONGs, do serviço invisível à profissão sem nome**. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional (Tese de Doutorado).
- LIDSTONE, John (1995). **Global issues of our time**. Cambridge: Cambridge University Press.
- LIMA, Mário José (1994). **Capitalismo e Extrativismo**: a formação da região acreana. Campinas: UNICAMP (Tese de Doutorado).
- LOGAN, J. A. (1983). Nitrogen oxides in the troposphere: global and regional budgets. **Journal of Geophysical Research**, v. 88, nº C15, p. 10.785-10.807.
- NAIPAUL, V. S. (1994). **Um Caminho no Mundo**. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras.
- OHMAE, Keniche (1996). **O Fim do Estado-Nação, a Ascensão das Economias Regionais**. Rio de Janeiro: Campus.
- ORTIZ, Renato (1994). **Mundialização da Cultura**. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1996). **Otro territorio**. Chile: Universidad Nacional de Qilmes.
- Our Common Future** (1987). New York: CMMAD/Oxford Press.
- SANTOS, Milton (1996). **A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec.
- _____. (1997). O Brasil é um país que renunciou a ter um projeto nacional. **O Estado de S. Paulo**, agenda 97, 19/2/1997, p. D-4.
- SANTOS FILHO, Milton (1995). **Grandes Projetos e Sistema Financeiro Internacional**. Belém: UFPA.
- SCHUBART, Herbet Otto (1994-1995). **O Zoneamento Ecológico-Econômico como Instrumento para o Desenvolvimento Sustentável**. Belém: Museu Goeldi; Manaus: UTAM, CNPq.
- SMITH, Anthony D. (1996). Para uma cultura global? In: Featherstone, Mike (org). **Cultura global**. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1995). **Nations and Nationalism in a Global Era**. Cambridge/Oxford: Polity Press.

- SPYBERY, Tony (1996). **Globalization and World Society**. Cambridge: Polity Press; Oxford: Blackwell Publishers.
- TARSITANO NETO, Francisco (1988). **National and Global Dimensions of Regional Development Planning. A case study of Brazilian Amazonia**. London: Universidade de Londres (Tese de PhD).
- _____. (1995). **Divisão Internacional do Trabalho e a Nova Indústria do Alumínio na Amazônia**. Belém: NAEA/UFGA.
- THE WORLD IN 1996 (1996). **The Economist Publications**. London. p. 13-23.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1985). **O capitalismo histórico**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Brasiliense.
- WEINWER MYRON (1995). **The global migration crisis: challenge to states and to Human Rights**. New York: Harpen Collins College Publishers.
- WHITESELL, Edward Albert (1993). **Changing Courses: the Juruá River, its people and Amazonian extractive reserves**. University of California at Berkeley (Tese de Doutorado).
- WIIN-NIELSEN, Aksel (ed.) (1973). **Compendium of meteorology**. World Meteorological Organization, nº 364, p. 301-307.
- WINOGRAD, M. (1995). Comportamiento de los grandes ecosistemas latinoamericanos, ensayo de elaboración de modelos cualitativos. In: Gallopín, G. C. (ORG.). **El Futuro ecológico de un continente: una visión prospectiva de la América Latina**. Japão: Editorial de la Universidad de las Naciones Unidas; Mexico: Fondo de Cultura Económica, p. 291-406.
- WOLF, Eric (1987). **Europa y la gente sin historia**. Mexico: Fondo de Cultura Económica.
- ZINNI, Álvaro (1996). **As disparidades regionais diminuem. O Estado de S. Paulo**, 21/10/1996.



Parte 2



Capítulo 4

Estruturas e Processos de Mudanças Sociais na Amazônia na Era da Globalização



Introdução

A Amazônia se constitui como parte do planeta ao mesmo tempo que sofre todos os processos de globalização modernos. Mesmo ainda quando não era parte do território colonial, a geopolítica mercantil e a diplomacia europeia já haviam arbitrado o itinerário da expansão dos interesses do capital comercial nos territórios ainda desconhecidos. As formas econômicas e culturais que esses processos assumiram não foram idênticas às da incorporação de outros lugares na trajetória da conquista: a Amazônia não era só terra e gentes, era o longínquo, o ilógico, o absurdo, o belo, o horrível, o “outro” exacerbado em “Inferno e Paraíso”. Essa composição entre os objetivos concretos, imediatos e o desejo de moldar a “ocidentalização do Novo Mundo” numa reorientação fantasticamente controlada, à imagem e à semelhança do invasor, produziram a região, as sociedades caboclas, os conflitos interétnicos, as representações e as invenções racionais e fantásticas, de um remoto Paiz das Amazonas, de um Paiz do Amazonas plurinacional e plurirracial e das Amazônias brasileira e continentais organizadas nos Estados Nacionais. Essas, numa visão síntese, são situações e circunstâncias que marcam as metamorfoses da Amazônia do século XVI ao XX. Há outras, não menos importantes, combinadas com as estruturas globalizadas ou relativamente autônomas destas, que em movimentos de interação e/ou de exclusão e, apesar da distinção de perfis, foram conectadas, justapostas, arroladas, no mesmo drama de uma época comum.

Há, portanto, dois níveis de compreensão da globalização neste trabalho. No primeiro, identificam-se, na Amazônia, “instituições e indicações” de processos e estruturas que, cunhadas pelo mercantilismo, pelo capitalismo



industrial e pelo imperialismo, inventaram e reinventaram a região (Ianni, 1994). No segundo nível, ainda como exercício hipotético, identificam-se, nas metamorfoses da Amazônia, contornos e sinais da globalização propriamente dita, como fatos ou como tendências, sob a forma de relações, instituições, processos econômicos, programas de governo, expectativas científicas, articulações políticas, qualitativamente distintas da primeira, como reciclagens de leituras que a “ordem mundial” em curso obriga, ou como transversalidades da sociedade global.

1 O começo do sem-fim

Configurar o espaço físico da Amazônia correspondeu a um esforço gigantesco dos povos ibéricos para impor a supremacia da conquista na Europa e no Novo Continente e para dominar o homem americano. Massacres, povoamentos, colonização e reforma colonial estavam impregnados da visão de um *outro* inventado pela prática frequente do domínio de continentes, de espaços e gentes de outras quadraturas. Os processos de posse, conquista e colonização já estavam tecnicamente refinados. Não havia, porém, na visão ocidental dos europeus dos *outros* já vencidos, uma contemporaneidade entre o nascimento da ciência moderna e a expansão do Ocidente, entre a ascensão e a predominância do pensamento racional sobre o raciocínio teológico, um conjunto de condições materiais favorecedoras de um poder de criar, de dominar e de assegurar a “criação”. Essas combinações e articulações marcam as formas de “ocidentalização” da Amazônia e delineiam sua inserção no mundo em transformação, de tal modo que, antes de a sociedade nacional constituir-se como unidade territorial e política, já estavam postos os fundamentos da chamada “questão amazônica”. As implicações e desdobramentos que se desenvolvem a partir dessa conjunção de fatores têm feito com que a Amazônia seja um foco, um tema, um problema, uma invenção, uma representação, um “emblema de algum lugar onde se esconde uma utopia do Planeta Terra” (Octavio Ianni, 1994). O conquistador travestido de Deus foi além da cruz e da espada. Espelhou no processo civilizatório ocidental suas idealizações do embate entre natureza e cultura,

atraso e progresso, mito e ciência em tentativas de homogeneizar e conformar a região e seus povos à emergência e às necessidades das mudanças mundiais. A Amazônia do estado de natureza perdeu muito cedo essa condição, apesar de estar sempre sendo reinventada como paraíso perdido pela poesia ou pela ecologia, tanto faz. Os processos de globalização originários retiraram-lhe a inocência e lançaram-lhe no jogo das forças internacionais do mercantilismo, do absolutismo monárquico, do absolutismo ilustrado, da acumulação originária, da razão, que se resumiam nas oposições terra “versus” ouro, reforma e revolução, monarquia e república, escravidão e racismo, exclusivo metropolitano e mercado livre. Debaixo da floresta e no silêncio dos rios escondem-se vários sinais da história dos homens modernos em confronto com povos de antigas tradições. Quando os “fios” dessa história são tecidos com o auxílio da ciência, os hiatos, as regressões, as acelerações, os desvios, as contradições vão apontando as determinações do meio físico e as configurações das sociedades regionais, que passam a compor o “roteiro do labirinto”, com os limites e as armadilhas de um lugar na terra, onde, nem sempre, enfrentar a Natureza é produzir “o espaço dos homens no mundo das águas” (Sampaio, 1993).

Viagens, paisagens, sertões, guerras, vozes, sombras, ruínas e iniciativas de civilizar e desenvolver a Amazônia, sob qualquer enfoque, também indicam que os processos de globalização que a envolveram produziram, de forma exacerbada, evidências de crises de nascimento e desenvolvimento da modernização, “a antimodernidade”, ou a “modernidade precoce”, que fracassa e constrói o novo decrépito e antecipa paisagens arruinadas (Hardman, 1994). Mesmo assim, por metáfora ou por ensaio, há um constante impulso para classificá-la, ignorá-la, escandalizá-la. Velhos e novos viajantes, por mais que tentem, nem sempre podem apreendê-la em seus ciclos naturais – são completamente diferentes em cada uma de suas partes –, e em seus processos econômicos e socioculturais, sempre passíveis de tentativas de generalização ou de excessiva particularização. Vê-la como um “espaço-tempo” de metamorfose constante e articulada aos processos de globalização é mais uma proposta metodológica de dar clareza às surpresas que a mata encobre, como ilusões visuais e auditivas.

2 Sinais dos tempos e das metamorfoses da Amazônia

O cartógrafo colonial, o demarcador de limites da fronteira, os religiosos de todos os credos e tempos, o diretor de uma multinacional, os cientistas de todas as áreas e procedências, inclusive os brasileiros, têm em comum as “convicções” de que a sua atuação específica é, no linguajar contemporâneo, a “politicamente correta” ou a “cientificamente confiável”, ou as duas coisas ao mesmo tempo, quando se trata da Amazônia. Tais convicções firmam-se num campo comum de problemas que essas pessoas enfrentam no desvendamento da Amazônia. Se tomarmos por exemplo as ações dos religiosos na região, essa suposição torna-se muito forte: o papel político de colaboradora ou opositora do Estado não é uma exclusividade da igreja colonial (mesmo que “universal”); o papel pedagógico de transmitir a fé e organizar as “comunidades” de crentes, também; a importância das igrejas nas estruturas de manutenção ou de enfraquecimento do poder mantêm-se, até com maior ênfase militante; e, a seu modo, cada uma carrega uma utopia autonomista de ser a primeira a cunhar um traço, um sinal de civilização na Amazônia, de ter estabelecido um “código” para compreendê-la ou, ainda, de ser a principal interlocução com suas populações. A ambiguidade da atividade apostólica e desbravadora é uma qualidade do passado e do presente. O que não se discute é o importantíssimo papel dessa categoria de religiosos na composição de organizações e relações que, ao mesmo tempo que influem na formação e na transformação das realidades regionais, articulam-se com estruturas e relações mundiais.

Os cartógrafos coloniais, outro exemplo de “conquistador esclarecido”, não eram apenas os treinados representantes do Estado português. “Eram doutores, literatos, astrônomos, geógrafos, filósofos, matemáticos, naturalistas, que emprestaram seu profissionalismo e o saber de seu tempo ao espírito da política do Estado colonial”.¹⁰ Auxiliaram por outro lado a tipificação física e cultural do meio ambiente amazônico, cujas ações e registros são elucidativos das motivações científicas, estratégicas, políticas e

10 SILVA, Marilene Corrêa da; *O Paiz do Amazonas*; EDUA, 1996.

econômicas, que, a exemplo dos religiosos e de suas organizações, não são exclusividades do período colonial. Apesar de, nesses períodos, esses intelectuais terem fixado as primeiras apreciações científicas e/ou ficcionais do mundo na Amazônia e da Amazônia no mundo. A “definição” e a “redefinição” das fronteiras nacionais hoje ressurgem com muita força nas tentativas de zoneamento ecológico, na demarcação das terras indígenas, por exemplo, como procedimentos técnicos de implicações que transcendem os limites físicos e políticos, tais quais os que transcenderam a cartografia colonial (Monteiro, 1984, p. 145-148). Ou, ainda, a corrida classificatória da biodiversidade amazônica de hoje guarda similitude com as expedições científicas de classificação de produtos naturais da região nos séculos XVIII e XIX. Os interesses do mercado, do prestígio científico, das articulações políticas e da salvação do planeta não conseguem “neutralizar” o mais puro estudioso do reino vegetal, mineral e animal, na Amazônia. Fazendo-a região, nação ou província do mundo, as estruturas de globalização em curso na história da Amazônia transfiguram seus conquistadores e estudiosos, num tipo de militante cosmopolita que antecipou, nas terras e águas do sem-fim, alguns traços do perfil da cidadania mundial, da sociedade global, e alguns dos dilemas que a ciência enfrenta no desenvolvimento, no manejo dos recursos e na proteção ecológica da Amazônia e de suas populações. Ou, do lado oposto, na fronteira da utopia com o delírio produzem os salvadores de almas, da natureza, das riquezas fantásticas, dos mistérios sagrados e profanos, românticos de todos os matizes, e outros tipos de atores movimentados pelas especialidades que se isolam do mundo, sem ver que esse já circunscreve os processos mais importantes das transformações regionais.

Há, por outro lado, uma “invenção” da Amazônia pelo imaginário ficcional que inclui conteúdos pré-coloniais, da mitologia indiana, da historiografia greco-romana e do confronto da mentalidade medieval com o século das Luzes (Neide Gondim, 1994). Ao ser inserida nesse imaginário como tema de romances, “a Amazônia entra no circuito internacional” da cultura mundial por meio de autores como Jules Verne (*A jangada*), Conan Doyle (*O mundo perdido*) e Viki Baum (*A árvore que chora*, 1944). “Nesse sentido, está presente na tensão oriunda do confronto entre o homem e a natureza, cujos resultados imprevisíveis encaminham questionamentos inquietantes

por não resolverem a incompatibilidade da fusão. Um ou outro terá que se fragilizar se for imiscuído nesse conjunto um elemento não autóctone, que pode se revestir de nomeações múltiplas, com o progresso, por exemplo acompanhado de seu elemento inerente que é o ‘lucro monetário’, ou, ainda, a cultura, e aí o missionário desordenaria a harmonia primordial. Resta a tendência quase genérica de permanência do mistério, do quimérico, do onírico, do devaneio” (Gondim, 1994).

Na poesia de Poratin, a tensão entre o homem e a natureza não se resolve, persiste entre submeter-se ou dominar as forças naturais, recriando e revivendo o começo da história sem fim (Ianni, 1991, Paes Loureiro, 1977). “No princípio só havia natureza. Depois aparece o homem. O homem e a natureza lutam, impõem-se um ao outro, iguais, desiguais, desconformes. Em seguida o homem aparece como senhor da natureza. Mas essa natureza não é mais a mesma do primeiro instante. Está modificada. Ao ser apropriada pelo homem, a natureza modifica-se, transfigura-se. Também o homem não é o mesmo. (...) Ambos perderam a inocência e entraram para a história. As marcas estão em todos; cotidianas” (Ianni, 1991).

As maravilhas e as monstruosidades índicas, incorporadas pelos relatos dos viajantes, cronistas e naturalistas, medievais e modernos, transformaram-se e deram vida ao mundo do “curupira”, transpuseram séculos e chegaram ao tempo da borracha – “A árvore que chora”, ressurgem em novas invenções sob a forma de um oriente recriado (Hatoun, 1989), de um *majinum* desiludido, que se despoja da riqueza material e, ao ser rejeitado por Layla, a mulher, à noite prefere viver entre os animais selvagens (Beça, 1994), ou, ainda, na visão da decadência dos personagens e do ambiente amazônico, mutilados pelas forças mundiais e registrados na “Caligrafia de Deus” (Souza, 1994).

As “vozes” da ficção são mais impiedosas do que o discurso científico. O embate entre natureza e cultura recrudescer num “estranhamento radical”, com o insulamento a impor-se entre as demais necessidades de sobrevivência num meio hostil. Ou ora é o exílio, o degredo, “cruzando histórias pessoais com histórias da coletividade” (Hardman, 1994, Hatoun, 1992). Se as novas cidades já nascem arruinadas com a predação capitalista, tais quais as “cidades emergentes”, há “cidades errantes” que se mudaram pela força

da natureza, como “Remate de Males”, que Mário de Andrade viu, e o rio Amazonas engoliu. Até ela ressurgiu, não mais como ficção, mas como uma unidade de Estado, um município que tenta redistribuir as gentes que não afundaram junto com Remate de Males. E o começo parece não ter fim. Este também pode ser um dos motivos do fiasco da nação, na região amazônica.

3 Condições das metamorfoses da Amazônia

As adaptações do mercantilismo na Amazônia pelo absolutismo lusitano concretizaram, no século XVIII, as medidas de apropriação do território amazônico, de desenvolvimento econômico e administrativo da região, por meio de atividades extrativistas e agrícolas, e a subordinação das populações indígenas, política, cultural e juridicamente ao Estado português. A ilustração europeia chega à Amazônia pelo “assalto experimental” do Marquês de Pombal (Souza, 1978, Silva, 1989). Essa fase de Pombal, que termina na Europa e na Amazônia em 1777, consegue transcender as questões internas e o reformismo português prossegue na Amazônia, sob os reinados de D. Maria I e D. João. (Silva, 1989). O estado do Grão-Pará e do Rio Negro, mediante outro governante ilustrado, Souza Coutinho (1790-1803), deveria ser elevado à categoria de vice-reino. Desse modo a Revolução Burguesa poderia ser lesada, dando sobrevida ao antigo regime. Assim, o período de reformismo consolida a ocupação, regula o povoamento, incentiva a produção agrícola, ensaia a industrialização, investiga as potencialidades da área e sintetiza a experiência do domínio colonial sobre o espaço, a organização e a vida das populações amazônicas, convertendo o eldorado econômico do trabalho compulsório do indígena em eldorado político do reacionarismo europeu, disfarçado de absolutismo ilustrado. Na avaliação de Moreira Neto, o período realizou a laicização da opressão e operou uma alteração fundamental na lógica comunitária e livre dos indígenas: a imposição de “valores abstratos quase sempre incompreensíveis como as posturas e normas legais, a autoridade (pouco convincente e de duvidosa legitimidade) de índios e mestiços convertidos em juízes e vereadores – funções vedadas, via de regra, às lideranças tradicionais do grupo. Acima de tudo a nova ordem

representava a desistência da autonomia relativa, que é um dos traços mais característicos das comunidades de índios e tapuios que coexistiram ou sobreviveram, ao regime das missões, representava, também, a integração inexorável a ordem colonial, onde como colonizados eram necessariamente subordinados aos colonizadores e nunca iguais em direitos, a despeito das normas legais. (...) Considerando-se, no entanto, a quase total ausência de colonizadores brancos e mestiços na Amazônia, explica-se a integração dos índios tribais e tapuios – única matéria humana disponível – no projeto de colonização pombalino” (Moreira Neto, 1984).

“A política colonial que integrou a Amazônia no circuito do comércio internacional e utilizou-a como recurso diplomático com a Inglaterra para enfraquecer a França, alterou profundamente a dinâmica das populações regionais. Entre os séculos XVIII e XIX reduziu a diversidade de Nações indígenas às etnias sobreviventes, transformadas da condição de povos em população regional, fragmentou o ser índio retirando-lhe a identidade originária, criou no súdito amazônico uma casta inferior – matriz da cidadania subalterna. Os índios considerados como segmento social, divididos em etnias e ‘assimilados’, inseridos ou não na sociedade colonial escravista e racista, sob a violência física, política, econômica e cultural, não conseguem criar, unitariamente, uma força política capaz de romper com a dominação colonial. As resistências dispersas do século XVII, as resistências mais organizadas do século XVIII foram gradativamente submergindo na desarticulação tribal, na expropriação espacial, na desigualdade econômica que passa, política e demograficamente, a ser representada pela população regional. Indiferenciadas, miscigenadas, transformaram-se em tapuias, caboclos, camponeses sem terra, trabalhadores urbanos e trabalhadores agrícolas, ou isolados, com limitadas possibilidades de expansão e sobrevivência. As nações resistentes – agora simplesmente etnias arredias – debatem-se no século XIX, contra os sucessivos atraimentos, descimentos, catequeses, guerras ofensivas, criando e reiterando práticas e estereótipos de ‘primitivos’, dados à época da conquista europeia e recriados como nocivos e hostis às populações regionais. Este fluxo, de aproximação/isolamento dos índios à sociedade regional, será decisivo na continuidade da exploração das populações indígenas pelo governo imperial. Mas, se a homogeneização

parcial e/ou aparente das diversidades étnicas pela violência colonial representou a morte de grande parte das nações indígenas, foi, por outro lado, um patamar de inserção das populações amazônicas nas divergências, nos conflitos da crise e do acaso do domínio colonial na Amazônia. Os súditos inferiores da colônia, transformados em cidadãos subalternos da ordem nacional, ainda fariam a sua própria história. Ou, pelo menos, da História seriam, também, atores”.¹¹

4 O fiasco da nação e a “Ilusão do Fausto” produzindo a *belle époque*

Quando a sociedade nacional alcançou a Amazônia, em 1823, a região já estava articulada, pelo menos há dois anos, em mais um momento do processo de globalização econômica, política e cultural. O mercado capitalista em expansão, sob a supremacia inglesa, já criara laços comerciais entre os produtores da Amazônia e a burguesia capitalista, subvertendo o exclusivo metropolitano, que, na prática, ainda era exercido (apesar da extinção da Companhia de Comércio do Grão-Pará, da isenção de impostos por seis anos como incentivo à produção, da total liberdade de comércio do anil, do melhoramento dos produtos exportáveis na busca de novos mercados, da ausência da cobrança dos direitos sobre a exportação dos escravos de Angola para o Pará, com a finalidade de fomentar mais braços para as fazendas de açúcar, de cacau, de café e da mineração). “A era dos impérios” não distingue, na Amazônia, se os produtores são reinóis portugueses ou facções de produtores agrícolas ou extrativistas regionais. Os “ciclos” de cacau, de algodão e de outros produtos que tiveram uma expansão significativa entre os fins do século XVIII e no início do século XIX, e que permitiram a emergência de grupos sociais de interesses autônomos dos interesses do poder colonial, promoveram os impulsos da demanda externa pelas matérias-primas regionais e um fluxo permanente com a economia de mercado. Enquanto novos grupos econômicos integravam-se ao comércio capitalista,

11 SILVA, Marilene Corrêa da; *O Paiz do Amazonas*; Manaus, EDUA, 1996.

Belém, a capital do estado do Grão-Pará e do Rio Negro, estava em plena efervescência política devido aos efeitos da Revolução Liberal do Porto (1820). Agora os dilemas do Antigo Regime e da Revolução Burguesa postos para a metrópole e “resolvidos” no Império do Brasil desdobravam-se, no Grão-Pará, entre absolutismo “versus” república, federação “versus” Império, entre as secessões reacionárias e revolucionárias “versus” as unidades nacionalistas reformistas e conservadoras. Esse período é simultâneo à intensificação de articulações com a economia mundial, é composto de grandes movimentos políticos locais que opuseram a elite colonial e a elite regional emergente. Nessa conjuntura encontram-se os nexos entre a Amazônia e os movimentos nacionais pela independência do Brasil que produziram ações e organizações de confronto e lutas políticas, cuja expressão máxima realiza-se na Cabanagem. A Amazônia brasileira que acabara de nascer com a independência do Brasil já estava fraturada pelos movimentos de continuidade e de ruptura com a Amazônia portuguesa. E quase submerge, na revolução cabana, com a proposta revolucionária do “Paiz do Amazonas”, dos interesses caboclos, de nações indígenas, de negros, de cidadãos livres, que tentavam equacionar a questão social – que também era racial, como republicanos e não como súditos do Império. Vários sinais evidenciam que as marcas das contradições econômicas e políticas do mundo em conflito na Amazônia combinaram-se às ações internas e fundaram inúmeras questões: o confronto entre região e nação, a questão indígena e a agrária, e a questão do modelo de desenvolvimento econômico e de organização política criadas nesse período ecoam, hoje, como vozes do passado, nas questões de ser ou não a Amazônia um patrimônio do planeta, na autodeterminação dos povos indígenas, nos debates do desenvolvimento autossustentável e das reservas extrativistas, da redivisão sociocultural da Amazônia brasileira. Nenhuma dessas questões, as de ontem (século XIX) e as de hoje (século XX) estão isentas dos processos de globalização econômica e política. A fragilidade do estado nacional na Amazônia só diminuiu com o estado autoritário da ditadura militar; e nem mesmo este conseguiu impedir a expansão de estruturas e relações supranacionais na Amazônia. Aliás, o Estado sob o controle do militarismo foi o principal instrumento de realização dessas condições de internacionalização na região.

Quando os espaços das relações globais se constituíram na Amazônia de modo irreversível com a economia da borracha, a recente imposição do Estado nacional sobre a região – pela supremacia militar do Império brasileiro, que deixou cerca de 40 mil mortos nas lutas da Cabanagem – já indicava que este não daria conta das relações e estruturas estabelecidas em períodos anteriores e posteriores. As formas de sobrevivência e de organização da sociedade regional estavam fortemente marcadas pela herança colonial mercantil, racista, escravista que, mesmo sob a “nova ordem” nacional, reiteravam (e presente) a desigualdade entre os grupos sociais, com mecanismos de reprodução do poder e de controle social sobre a dinâmica da produção da riqueza. Os exemplos levantados nos inventários “post mortem” das fortunas dos ricos de Manaus, entre 1840-1880, dão concretude à uma estrutura de elites rigidamente hierarquizada, estrangeira com predominância portuguesa, minoritária com forte concentração da riqueza e monopolizadoras dos negócios internos à região, controladora da maioria dos endividamentos em que “os elos desta cadeia são as dívidas progressivas que ligam os agentes econômicos, definindo-lhes o lugar a ser ocupado dentro do circuito mercantil. (...) Um controle que se traduzia na sua presença nos mecanismos da justiça, na administração pública, no fornecimento de créditos e mercadorias, no controle da mão de obra, possuindo escravos [com ingerência] na administração das diretorias de índios [o trabalho compulsório foi formalmente extinto em 1866]; enfim, elaborando e gerenciando uma extensa cadeia de controle social cuja reiteração não se restringia a questões de natureza puramente econômica mas encontrava seus mecanismos e formas de reprodução de uma ordem social diferenciadora e hierarquizadora. (...) Demonstra também que mesmo uma área marginal do Império Brasileiro como é definida a Amazônia possuía articulações internas ainda marcadas pelo caráter do escravismo colonial” (Sampaio, *op. cit.* 1993).

Haverá exemplo mais veemente do significado do “fiasco da Nação”? Haverá exemplo mais fecundo para estabelecer as conexões entre a súbita explosão de riqueza da “1ª. Borracha” e os elos da cadeia entre a sociedade regional e as relações capitalistas internacionais? Pode-se dizer, afinal, que o desenvolvimento desigual instituído na região pelas forças da transição

feudal-capitalista europeias entre os séculos XVI e XIX realiza-se plenamente com o modo de produção capitalista que articula a exploração da borracha nativa, o sistema de aviação e o desenvolvimento da industrialização?

Esse novo surto de globalização na Amazônia remete ao exame, mesmo que abreviado, das relações entre o capitalismo e o extrativismo da borracha, para destacar, entre muitos pontos fundamentais, que esse só foi possível mediante o desenvolvimento da ciência, já incluído entre os mecanismos de expansão econômica da segunda metade do século XIX, e que tal mecanismo, que orientava a expansão capitalista, já se processava “nucleada pela tecnologia científica [quando] abrem-se os espaços para uma rápida expansão do uso de materiais de origem vegetal oriundos das regiões tropicais, como é o caso da borracha amazônica. Articulado a esse processo, que genericamente corresponde à ampliação do mundo das mercadorias, desenvolve-se o movimento paralelo de transformações que levarão à introdução do progresso técnico na produção de matérias-primas” (Mário Lima, 1994). Afinal, todos os levantamentos dos recursos naturais da Amazônia realizados por cientistas de academias europeias encontraram uma utilidade prática e lucrativa, segundo os interesses do mercado e da produção capitalista. A região, maior depósito de borracha nativa, passa rapidamente à condição de “um subsetor produtivo, formado sob o império das indústrias dos países centrais” (Lima; *op. cit.* 1994).

Reinventam-se a Amazônia, redefinem-se as relações de troca e de mando, reinventam-se até umas tais relações “semifeudais”, nas relações que brotam da seiva da “Árvore que chora”. Relações, agora, formal e realmente subsumidas ao capital internacional.

A ilusão da inesgotabilidade da riqueza deu base material à “Ilusão do Fausto”, como “falácia” ou como cidade, esta criação urbana mundial para substituir a aldeia. É a própria elite quem inventa essa ilusão e a materializa com o capital e a engenharia inglesa (transportes, abastecimento, infraestrutura, saneamento básico, pontes e portos), com a reprodução, em cópias, de edificações francesas (*boulevards*, pontes de ferro, mercados, calçamentos). A cidade é a galeria da exposição dos novos materiais: “a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pela avenida, a carroça por bondes elétricos, a iluminação a gás pela luz elétrica” (Dias, 1988). A

modificação da paisagem natural não é suficiente. Os costumes da ordem urbana também foram rigidamente implantados. O desenvolvimento de um processo migratório de trabalhadores estrangeiros familiarizados com os serviços urbanos aceleraria a mudança nos indígenas e caboclos, cujo lugar na cidade já estava definido na segregação e no isolamento, longe da imponência. A administração pública também deveria ser ágil, moderna, “pensar grande” para realizar as obras da “Paris dos Trópicos”. Um centro de circulação da produção de matérias-primas também deve concentrar a circulação de mercadorias na dinâmica importação-exportação. As últimas novidades da Inglaterra, Alemanha, França, Portugal e Nova York estavam no consumo e na exibição de galerias e magazines da cidade. Bancos, teatros, cinemas, jornais em várias línguas (*Eldorado das Ilusões*, Selda Vale da Costa, 1997). A cidade na Amazônia, rápida e eficazmente, combinou a “arte demolidora” de Haussman (Bermam, 1986) com o “delírio das folias do látex” (Souza, 1983) da elite extrativista, que não se dava conta da oposição entre as cidades “emergentes” e as cidades “errantes”. No fundo, a cultura moderna que destruiu as aldeias (Porto de Lenha e a Cidade Velha) para transformar Manaus e Belém em símbolos do progresso, “imagem que se transformou em obsessão coletiva da nova burguesia” (Sevcenko, 1983), estava medindo forças com a natureza do Rio Amazonas, que destruiu Remate de Males e outros lugares incógnitos, para obrigar os homens a fundar outros sítios.

“O processo de urbanização experimentado [pelas cidades de Belém e Manaus] a partir da segunda metade do século XIX, não está intimamente ligado à intensificação da vida industrial em sentido restrito, como ocorre nas cidades europeias e americanas, mas pela função comercial, financeira, política e cultural que desempenhará durante a fase áurea da borracha. (...) *A Belle Époque* imprimia a redefinição do espaço urbano, a redistribuição dos locais destinados aos serviços sanitários e o emprego de mecanismos de controle dos hábitos da população, o que tornava bastante visível a distribuição entre a área central da cidade, destinada aos ricos burgueses ‘desodorizados’ e ‘higienizados’ e as áreas ‘periféricas’ destinadas à população trabalhadora pobre” (Sarges, 1990).

É que, ao contrário da imitação, na cidade original a *belle époque* traduzia a expressão democrática do povo republicano. Sua adaptação à Amazônia

faz-se como mais uma imposição das forças globais regionalmente articuladas, no contexto de uma República recém-criada e de matriz conservadora.

Os sinais da modernidade na Amazônia foram estendidos pelas forças da globalização também na sua dimensão dos “requintados gostos artístico-culturais”, assinalados por Selda Valle da Costa. A elite do “ouro negro” vivia o sonho do esplendor das companhias de ópera e de *ballets* clássicos, franceses e italianos. (...) A aldeia decadente de 1850 desabrochava na efervescente metrópole dos trópicos. Essas imagens desapontavam e confundiam aqueles que, sob a influência dos relatos dos viajantes e ficcionistas, acreditaram que nada poderia existir sob o sol tropical que não fosse diferente do resto do mundo. Quando o cinematógrafo chegou em Manaus em 1897, “quase despercebido” pelas camadas populares e “encapado” de “arte nobre” para a diversão das elites no teatro Amazonas, por um triz não se efetiva um desencontro definitivo com as camadas populares, “seu público predileto”. Finalmente, [em 1900], quando o cinema conquista o povo, os sinais de modernidade também atingem a diversão da população fazendo-se urbana. Agora as elites divertiam-se com o TURF, com o ciclismo, com as disputas de regatas e com “o elegante *foot-ball*” (Selda Valle da Costa, 1988, 1996). O cinema e o “bonde”, porém, tinham conquistado o povão. “Lenta, mas firmemente as teorias anarco-sindicalistas e as ideias socialistas vão despontando e se implantando no Amazonas e na Amazônia. Greves, partidos operários, manifestações públicas, passeatas, surgimento de associações e sindicatos de trabalhadores, jornais operários, foram proliferando nas duas primeiras décadas do século XX, organizando lutas pela jornada de 8 horas de trabalho, por melhores salários e condições de vida, contra o abuso das companhias estrangeiras, contra a exploração do trabalho feminino, a até por questões políticas e atos de solidariedade a trabalhadores dispensados de seus empregos” (Selda Valle da Costa, 1988, 1996).

Finalmente o mundo entra na Amazônia pelas condições e contradições internacionais de classe.

A crise da borracha já era evidente na queda da exportação da produção e na transferência, pelo capital internacional, “do desenvolvimento dos polos de produção dos seringais de cultivo para a Malásia” (Piccollio, 1985). No entanto, o cinema e a fotografia de pioneiros (Silvino dos Santos, em Manaus,

e Emílio Falcão no Acre) produziram as primeiras imagens publicitárias sob a forma de documentação visual, destinadas a, de um lado, reafirmar a modernidade de Manaus e suas condições de igualdade com as outras capitais do Brasil, para superar a crise; e, de outro, as que se referem ao Acre, reafirmar a imagem dos revolucionários que lutaram pela anexação do território e registrar, “através de fotografias dos seringais”, a vida interna da região em sua movimentação de terras, gentes, transportes, mercadorias, estilos de vida, a ocupação humana do interior (Picollío, 1985), enfim, descobrir a Amazônia para o Brasil nas comemorações do centenário da Independência (Costa, *op. cit.* 1988) e conquistar, pelo “modismo dos álbuns” (Tocantins, 1985), importadores brasileiros e estrangeiros de matérias-primas, “para todas as inteligências. Paisagem, a objetiva não mente” (Falcão, 1907). Mas as forças hegemônicas que, a partir de então, decidiram o destino da região, por cima ou mediante a aquiescência do Estado brasileiro, não acreditaram. A “ligação cada vez mais estreita e contínua entre indústrias, tecnologistas, cientistas profissionais e instituições científicas” (Warren Dean, 1989) abre novas possibilidades ao processo técnico da exploração da borracha, possibilita a adoção de processos de trabalho novos que, por sua vez, implicam a obsolescência e desvalorização da base produtiva preexistente e, conseqüentemente, a possibilidade de fixação de lucros por meio de níveis de produtividade novos. “Ou seja, ocorrerá a redução dos valores do produto obtido pela nova base que pode se reverter em queda nos preços do mercado”. “Tais condições iriam transformar radicalmente a estrutura econômica regional ou deveriam resignar-se à sua extinção. Transformar radicalmente a economia da região significaria, no mínimo, arcar com o prejuízo da estrutura mercantil dominante” (Alves Pinto, *apud* Lima, 1994).

As forças econômicas e culturais mundiais produziram, portanto, a *débâcle amazônica* “da borracha” e a reconfiguração da região nos anos 40-45, agora acoplados ao Estado brasileiro. A “reocupação da região” por essas forças materializou-se nos Acordos de Washington (*Foreign Relations of the United States, Diplomatic Papers*, 1942), nos preparativos e avaliação do potencial amazônico em vista da batalha da borracha (Martinello, 1985). Agora são os americanos e brasileiros unidos por interesses próprios. “Os americanos, acoissados por uma situação crítica e emergencial, tinham seus interes-

ses marcados pela urgência e pressurosidade dos prazos. Já os brasileiros, se nos ativermos ao tom aparente dos discursos oficiais dos propósitos dos homens de governo, tinham para a Amazônia um projeto de desenvolvimento de longo prazo” (Martinello, *op. cit.* Getúlio Vargas, 1944). A guerra imperialista na Amazônia realizou-se com os levantamentos das potencialidades da região pelos técnicos e especialistas americanos, especialmente de dados sobre o terreno, vegetação, vida dos indígenas, instituições comerciais, desenvolvimento agrícola, condições de saúde, costumes políticos, cultivo da terra, transporte fluvial, capacidade e localização das zonas produtoras de borracha (Martinello, Reconstruction Finance Co. 1945-1944). A articulação entre ciência, diplomacia e economia reconstruíram as necessidades do mundo em guerra na Amazônia e, ao mesmo tempo, emprestaram ao Estado brasileiro a capacidade de se fazer presente na região para “viabilizar o surgimento da indústria da borracha, (...) reativar todo o aparelho produtivo com a reabertura dos seringais, abrir novas zonas de produção, realizar nova transumância de mão de obra do Nordeste, renovar e potencializar o absoleto e desgastado sistema de transporte, propiciar condições sanitárias (...) e prover as zonas produtoras de suprimentos necessários. Para isto seria necessário um montante de recursos e de capital de grande envergadura” (Martinello, 1985). Inúmeras medidas de revivescência da Amazônia foram concretizadas em proporções bem mais modestas que as do planejamento imperialista “nacionalista”. Uma vez alcançados os objetivos, nova “falência” da vida econômica regional, aqui significando que o rompimento do elo com a economia internacional estava suspenso até segunda ordem, mas com os liames modernos mantidos, especialmente a aviação, o mais importante instrumento de combate da condição insular. A dependência das flutuações do desenvolvimento capitalista reacendeu contradições antigas e criou novas. O despovoamento da região, a necessidade de novas frentes econômicas para a internalização do Estado-Nação, a política de ocupação de fronteiras com os países limítrofes, a redivisão territorial estavam no mesmo sentido de ocupar seus vazios demográficos, promover o seu desenvolvimento, e integrá-la, definitivamente, aos interesses do Estado brasileiro, mesmo que esses interesses promovessem, com novo vigor, as forças do processo de globalização parcialmente interrompidas com o desmonte do extrativismo

da borracha. O Estado brasileiro sempre tinha sido na Amazônia, até os anos 60, uma “assombração desmoralizada”, metaforizada pelo imaginário popular na estória do “chupa-chupa”, uma aparição que vai e volta de tempos em tempos, assombrando as populações regionais. A partir dos anos 90, novos atores e processos sociais entraram em cena para dividir as parcerias dos processos mundiais, antes apenas realizadas com as elites.

5 **A mundialização da Amazônia: processos, expressões e fabulações da realidade e da reinvenção da natureza**

As metamorfoses da Amazônia são reais e imaginárias. Os processos sociais produzem alterações tão surpreendentes quanto as sínteses literárias e científicas. Às vezes, as metáforas, mesmo como “relato figurado”, conseguem expressar as “condições objetivas da história” exatamente porque podem apreender as “tensões, interesses e disputas das relações” reais (Ortiz, 1994). São taquigrafias da globalização, como diz Octavio Ianni, que também traduzem as implicações da problemática da globalização. “Povoam textos científicos, filosóficos e artísticos” (Ianni, 1994).

No entanto, o entendimento da mundialização como processo e totalidade, na contribuição de Renato Ortiz, permite que a entrada do mundo na Amazônia não fique reduzida ao que ele chama, de um lado, de “razão preguiçosa”, “uniformização” e “homogeneização” e, de outro lado, não se confunda apenas com a evolução do capitalismo e com a internacionalização da economia, mesmo admitindo que os enfoques da globalização e da mundialização envolvem uma escala ampla e qualitativamente diferenciada de compreensão e explicação dos processos econômicos e socioculturais “transversais”. O mercado, a cultura, a economia e a sociedade mundiais são entidades-síntese transformadas, que transbordam os limites físicos e conceituais de nação e de região (Ianni, 1993; Ortiz, 1994). “Pensar a mundialização como totalidade nos permite aproximá-la à noção de ‘civilização’, tal como a entendia Marcel Mauss: conjunto extranacional de fenômenos sociais específicos e comuns a várias sociedades. Mas é necessário ressaltar uma peculiaridade dos tempos atuais. Historicamente uma civilização

se estendia para além dos limites dos povos, mas se confinava a uma área geograficamente determinada. Uma cultura mundializada corresponde a uma civilização, cuja territorialidade se globalizou. Isso não significa, porém, que o traço comum seja sinônimo de homogeneidade. (...) Retornar o conceito de civilização recoloca o debate de outra forma. Não há uma oposição conceitual entre o comum e o diverso” (Ortiz, *op. cit.*, p. 30-33). A existência de uma modernidade-mundo não é excludente das diversidades nem da emergência de “uma nova maneira de ‘estar no mundo’, estabelecendo novos valores e legitimações” (Idem, *ibid.*).

O exame das transformações da Amazônia aponta que as relações globais da sociedade mundial impregnaram várias dimensões da realidade local e produziram profundas alterações na economia, na sociedade e na cultura da região, o que possibilitou a emergência de outros problemas redefinidos pelo globalismo. De certa forma, a internacionalização da economia concretizada na Amazônia pelos polos de desenvolvimento para a região, agora posta na escala planetária da questão ecológica, do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. E obviamente, o confronto, as contradições, a mobilização de esforços intelectuais referiram-se, predominantemente, aos efeitos perversos do desenvolvimento do capitalismo imperialista, à imposição da internacionalização da Amazônia pela ditadura militar, à economia de enclave da Zona Franca de Manaus contra a indústria nacional brasileira, ao extermínio físico, político e cultural dos povos da Amazônia, à emergência da questão urbana e ao recrudescimento da violência no campo, fermentados com a poluição mercurial dos rios, com a destruição progressiva das florestas tropicais, com a redução da biodiversidade e da pluralidade étnica e outros problemas da relação entre a ciência, a política e a economia, por meio da ecologia. A emergência de estruturas e relações transnacionais ou extranacionais na Amazônia não são hoje exclusivas das classes dominantes. Indígenas, movimentos sociais, empresas, ONGs, mídia também são atores das novas relações globais que se articulam ou não com as estruturas e relações preexistentes. A função planetária da Amazônia reabre as controvérsias entre as novas e velhas contradições. Mesmo com o discurso dividido entre o “pensamento local” e a “ação global” e vice-versa, há ressurgência de identidades e uma leitura da realidade que reinventa as

culturas e a natureza amazônica, predominantemente como oposição entre as criações do mundo rural e urbano, da economia de sobrevivência e a de larga escala, do simples ao complexo. Indígenas e invasores, os atores iniciais dessa “oposição” e da tensão que articula o passado e o presente, foram substituídos por grupos sociais, instituições e estruturas mais complexas que fazem parte do processo de ocupação da Amazônia e da sua reocupação do ponto de vista ecológico.

Durante os anos 40 e mesmo no final dos anos 50, grandes extensões de terras rurais na Amazônia gozavam ainda da condição de serem relativamente “livres” do ponto de vista de estarem passíveis de ser trabalhadas sem disputas, por pequenos posseiros (moradores sem título de propriedade de terra), em geral naturais da região. Seja porque grande parte delas constituía-se de terra devoluta do Estado ou da União; seja porque não estava titulada como propriedade privada. Os naturais da região consideravam a terra como parte indissociável de suas existências, tendo habitado nela por gerações seguidas, sem jamais se terem perguntado pela existência de donos mais legítimos do que eles próprios. (...) A tranquila relação homem versus natureza amazônica escondia desde muito antes, portanto, o gérmen de futuros conflitos pela posse do uso da terra. (...) A integração da Amazônia ao mercado nacional e internacional provocou uma valorização das terras, à qual se sucedem o processo de expulsão das populações naturais. A rigor, este processo somente se acelerou a partir da extensão dos Incentivos Fiscais aos projetos agropecuários, portanto em 1966 (Refkalesfski Loureiro, 1992).

A crítica acadêmica da sociedade regional está predominantemente relacionada ao fracasso dos grandes projetos e no quadro teórico da “crise da modernização”. As propostas formuladas em debates dos movimentos sociais e das comunidades científicas apontam o caráter autoritário e exógeno do modelo de desenvolvimento e a indiferença à sociedade local como os responsáveis pelo fracasso da modernização defendida (Pedro Barbosa, 1994). Do mesmo modo, a temática do desenvolvimento da região, que foi tão cara ao período colonial e às tentativas do Estado nacional, também está na pauta das preocupações dos atores sociais que dialogam, hoje, com a

ciência e com a sociedade civil, por meio de conceitos-símbolos “da necessidade de uma nova percepção de desenvolvimento regional: biodiversidade, zoneamento ecológico-econômico e manejo sustentável. É sobre essa base que se desenha um novo futuro para a região” (Pedro Barbosa, *op. cit.*). Ou seja, mesmo se movimentando entre estruturas e relações globais, a utopia de um projeto nacional para desenvolver a Amazônia persiste, assim como as noções de região como parte do território brasileiro. Mas, pelo menos, não é mais um único discurso.

6 Contrastes da “morfologia da sociedade global” na Amazônia

A primeira televisão de Manaus, a TV Ajuricaba, começou sua programação experimental em 1965. O canal UHF, que funcionava com pequenas estações com antenas parabólicas, permitia que, tão logo a programação saísse do ar, os televisores ligados em Manaus, uns poucos, transmitissem programas de outras TVs do mundo. Inaugurada em 1969, entre 1970-72, a Rede Ajuricaba de Televisão, hoje Rede Amazônica de Televisão, instalou 34 estações de TV nos principais municípios da Amazônia. A TV, via satélite, ligava Benjamim Constant, fronteira do Brasil com a Colômbia e o Peru, por exemplo, com os programas do Brasil e outras partes do mundo. Hoje, essa rede opera em VHF e foi comprada pela Assembleia de Deus! (Cf. depoimentos da Sra. Sadie Hauache, ex-proprietária da TV Ajuricaba, 1994.) Mas as parabólicas que continuam em todo interior amazônico, como fonte da rede amazônica ou simplesmente como equipamento particular, fazem parte da paisagem dos vilarejos, pequenas e médias cidades “aparentemente” isoladas pelos rios e pela floresta. O discurso e as “imagens” da integração nacional da ditadura militar e a doutrinação evangélica nunca foram os únicos, na Amazônia. Ao lado desses, há outras preferências advindas de programas mais democráticos, mais profanos, mais globais, das TVs “americanas”, “italianas”, “suecas”, “francesas”, “espanholas”...

A Zona Franca de Manaus, criada em 1967, manteve-se na Constituinte de 1988, mas abriu, à época, uma importante discussão (hoje sem sentido) entre a sua permanência, sua extinção, a sua progressiva nacionalização

ou a sua progressiva diluição por meio da implantação das Zonas Especiais de livre comércio, em outros estados do Brasil. Entre 1990-1993, a Zona Franca de Manaus atravessou sua pior crise. Desempregou cerca de 100 mil trabalhadores, transferiu várias unidades empresariais para outros países, “congelou” o polo de informática e o polo automobilístico, não aguentou a pressão do Centro-Sul brasileiro.

Em 31 de dezembro de 1993, o governador Gilberto Mestrinho sintetizou a “recuperação” da ZFM na frase: “a tempestade acabou” (entrevista concedida ao jornal *A Crítica*, 1994). “Dependemos mais dos pés de Romário que dos pacotes econômicos do ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso” (Idem). É que, na sutileza de Mestrinho, a recuperação da Zona Franca não foi maior porque os preços dos seus produtos foram os únicos da indústria brasileira que foram rebaixados, como no exemplo do televisor de 90 polegadas, que caiu, no preço do varejo anterior à crise, de US\$ 500 para US\$ 275. Apesar das restrições do Governo Federal à ZFM, a avaliação de Mestrinho é entusiástica. A queda dos preços em todos os segmentos da indústria, imposta pela concorrência e pelas “indústrias nacionais”, não impediu que um “recorde de produção fosse batido. Produzimos 3 milhões e 100 mil televisores este ano (o recorde anterior era de 2,6 milhões). Produzimos 500 mil bicicletas contra 135 mil do ano passado. Produzimos 600 mil videocassetes, com preço de mercado, concorrendo com produtos importados em qualidade, em preço, em tudo. O faturamento da Zona Franca, que havia caído de US\$ 8,4 bilhões em 1990 para US\$ 4,7 bilhões em 1992, neste ano (1994) foi de US\$ 7,1 bilhões, apesar de os preços terem sido reduzidos pela metade. (...) Estamos chegando lá [aos níveis anteriores]. (...) Estamos exportando produtos acabados. Estamos conseguindo exportar peças plásticas injetadas aqui para os Estados Unidos. Isso é uma vitória extraordinária. Estamos exportando porque temos preços para concorrer com a Coreia” (G. Mestrinho, *op. cit.*). “Dentro de quatro ou cinco anos a ZFM ganhará autossuficiência e não precisará mais dos incentivos fiscais do Governo Federal para manter seu parque industrial” (cf. Mestrinho, *A Crítica*, 31/12/93). Aliás, as forças globais não precisam, quase sempre, do Estado-Nação, para realizarem seus ajustamentos.

“Em 1994, a ZFM, seguindo a tendência do ano anterior, cresceu, em média, 30% da produção do Distrito Industrial no 1º semestre do ano em curso; as importações da Suframa, em relação ao ano passado, cresceram 40% e 20 milhões de dólares foram incorporados pelo DI em máquinas e equipamentos. A estimativa é a de que a ZFM deverá fechar 94 com importações globais de US\$ 1,7 a 1,9 bilhão, contra US\$ 1,4 bilhão [de 1993], o que representará um crescimento de aproximadamente 30%” (Manuel Rodrigues, *A Crítica*, 1994). “Os polos eletroeletrônicos, duas rodas, brinquedos e relógios de pulso exibiram os melhores resultados do período (...). A política cambial do governo, promovendo o deságio do dólar, na média de 10%, acabou contribuindo para o barateamento dos insumos e equipamentos importados, mas o nível da modernização conquistado pelas empresas da DI também é apontado como fator decisivo nessa operação. A indústria vive uma fase saudável de pós-ajuste, define Rodrigues. A oferta de mão de obra, explicou o superintendente, não crescerá de forma linear, ou seja, não acompanhará o ritmo da produção. Ele acredita que, até o final do ano, as contratações serão ‘mais rápidas e crescentes’. Estima, ainda, que haja uma média de 800 contratações/mês. ‘É uma cadeia produtiva que está diretamente ligada ao aumento da demanda’, destacou Rodrigues” (*A Crítica*, 21/8/94).

Em 5 de setembro de 1994, data em que se comemora a elevação do Amazonas à categoria de província, o ministro do Planejamento lançou, em Manaus, o Programa Amazônia Integrada, financiado pelo BNDS, que destinará R\$ 1 bilhão para apoiar os investimentos da iniciativa privada na região, em novos empreendimentos. Em entrevista à *Folha de São Paulo*, disse Pêrsio Arida que o programa promoverá a integração da região. “Hoje, vivemos uma situação de mercado extremamente competitiva [sic]. Precisamos criar bases competitivas na Amazônia” (Pêrsio Arida, 1994). A tradução política desse discurso tecnocrático, pelo ministro Beni Veras, foi mais direta. “Essa história de que o Estado liberal não precisa interferir na economia só é verdade para regiões ricas. Regiões pobres como essa (a Amazônia) precisam do governo federal.” O projeto financiará: bioindústrias, agroindústrias, agricultura, turismo, indústrias de beneficiamento de madeira, mineradoras metalúrgicas e empresas de construção naval (*Folha de São Paulo*, 6/9/94).

“Está em curso a montagem de um Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), um “projeto global constituído por um conjunto de radares, satélites e sistemas de sensoriamento remoto, que, pela primeira vez, permitirá que todos os órgãos administrativos federais e estaduais que atuam na região tenham acesso a um banco de dados centralizado em Brasília. A operacionalização do SIPAM será feita pelo SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia, que, ao encargo da aeronáutica, será operado com 17 radares fixos e vários radares móveis, instalados em um avião, capazes de cobrir os 5 milhões de metros quadrados da região amazônica, hoje totalmente desprovida de aparelhagem eficiente para proteção ao voo naquela parte do território brasileiro”.

O sistema de sensoriamento remoto será conectado aos três subcentros do Exército na Amazônia Legal, localizados em Belém, Manaus e Porto Velho e contará com três tipos de recursos: satélites para detectar desmatamentos, queimadas e invasões, e para identificar tipos de cultura com uma margem de erro de apenas três metros; aviões, capazes de operar mesmo em dias de céu nublado, e radares meteorológicos (*O Estado de São Paulo*, 26/7/94). O grupo norte-americano Raytheon venceu a concorrência com o pesar da França e da direção das empresas Thompson-Alcatel. O grupo “americano” representa um consórcio de 24 empresas de várias nacionalidades, inclusive a Ericsson, da área de telecomunicações (*O Estado de São Paulo*, *op. cit.*).

A Organização Mundial de Turismo, em documento de 1993, registrou que, nas próximas duas décadas, o Amazonas atenderá todos os pré-requisitos para o turismo que interessa, hoje, às relações internacionais e a indústria desse setor. Até a Guerra do Golfo, a indústria do petróleo era a mais importante do mundo em lucro, seguida da indústria bélica e da indústria turística. Hoje, depois da Guerra do Golfo, a indústria do turismo suplantou a importância da indústria bélica. É, além de um “instrumento para a paz”, um importante mecanismo para a integração dos povos e para a realização do direito de circulação do mundo sem necessidade de visto de entrada para “estrangeiros”. Mesmo com as restrições legais e tendo o Rio de Janeiro e São Paulo como portão de entrada no Brasil, a procedência de turistas de outros países para o Amazonas manteve-se entre o máximo de 186.468 ao mínimo de 146.197, no período de 1990 a 1993. O perfil dos

turistas no Amazonas é composto de profissionais liberais, professores universitários e professores de outros níveis dos EUA (1ª maior frequência), da Itália (2ª maior frequência), Espanha (3ª maior frequência), Alemanha (4ª maior frequência) e Japão (5ª maior frequência), que chegam ao Amazonas via aérea ou via cruzeiros marítimos, apesar do significativo declínio dos últimos. No biênio 91-92 aportaram em Manaus 17 navios com 14.237 turistas; em 92-93, 10 navios com 4.430 turistas; e, em 93/94 (1º semestre), 11 navios com 4.327 turistas. As maiores solicitações de informações sobre os meios de turismo no Amazonas são feitas pelas universidades do “exterior”. Mesmo que em volume o número de turistas no estado ainda seja incipiente, as avaliações que consideram como pré-requisito para o turismo ecológico o contato direto com a natureza e as condições para os esportes aquáticos favorecem a intensificação dessa indústria no Amazonas (Izane Barros, entrevista realizada em 19/8/94).

Manaus é a cidade mais odiada do mundo. (...) O terremoto do milagre econômico varreu do mapa a orgulhosa capital dos Barões do Látex. Mudou o original traçado urbano geométrico pelos labirintos medievais das ocupações e pôs, no lugar dos palacetes, o tabique, o cimento vermelho e a grade de ferro. As fachadas de ladrilho de banheiro.

O caldo dos trópicos. A alegria da agonia. Manaus é a cidade mais odiada do mundo.

Não fosse assim, não a teriam enfeado tanto, apagando com requintes de crueldade os seus traços *art nouveau*, suas linhas cartesianas, desafiando os trópicos, pensadas por homens que, se não a amavam, pelo menos sabiam o que é uma cidade, o que é conviver numa cidade.

Arte muito do século XX.

Manaus é odiada talvez por não cumprir com o que promete. Engana as gentes das barrancas, os inocentes dos rios. Engana os que chegam muito mais longe, carregados de misérias e pesadelos.

Essa gente enganada não perdoa a cidade, e castiga Manaus, cada uma delas como células fazendo crescer o tumor canceroso em que foi transformada a velha e orgulhosa capital dos barés.

(...) Cidade mal-amada. Cidade acostumada a apanhar na cara, a ser violentada, a ser roubada vergonhosamente pelos seus amantes (Souza, in *Caligrafia de Deus*, 1994).

A “superfavela” nasceu com o advento da ZFM. “Hoje, Manaus pertence à cultura da violência dos excluídos, dos jovens sem perspectiva” [...] (Souza, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, 26/6/94).

Como nos guetos negros, orientais e hispânicos, onde personagens patéticos de qualquer parte do mundo habitam, “Manaus é como Saigon, só que lá houve uma guerra” (*op. cit.*, 1994).

7 **Novos poderes, transversalidade e submissão: vozes do sem-fim no começo da sociedade global**

Desde o fim da *Pax Americana*, as estruturas de poder vigentes, antes organizadas em bloco, estão sendo minadas ou recicladas por outros núcleos, ou formas de composição de poder. Há inúmeras utopias e realidades sendo produzidas. Com a sociedade global em curso estrutura-se, com ela, uma nova ordem mundial. Vários fatores, setores, propostas, fundamentos, perfis dessa ordem já estão postos em vários níveis. Sob a forma de ideias, ações e organizações estão tornando-se nítidas, na medida do avanço das forças globais e do avanço da ciência em configurar sua morfologia. Há vários exemplos históricos de mudanças globalizadas na economia, na política, na cultura, no plano de institucionalização de novas relações. Fica claro, porém, que os processos de globalização da sociedade não eliminam diferenças, contradições e desigualdades. Ao contrário, é possível que os agentes da “nova ordem” global sejam aqueles selecionados pelas forças econômicas, políticas e culturais anteriores, por terem adquirido, por dominação ou por convencimento e outras circunstâncias históricas, condições de mobilidade, velocidade de deslocamento, superação de fronteiras físicas e políticas, uma linguagem de fácil comunicação e condições de organização que não sejam impeditivas de “flutuar” no ritmo, na intensidade e na direção das tendências das forças globais. Transnacionalidade, deslocamento dos centros de poder

e existência em transversalidade, entre outras características de fenômenos e processos mundiais, podem se constituir em importantes fontes de compreensão das relações sociais no mundo globalizado. Essas características, porém, não eliminam a assimetria da participação desses agentes, nem que as suas possibilidades reais e virtuais de atuação carreguem, de um lado, conteúdo do funcionamento social atual, com seus componentes hierárquicos, com seus códigos e normas de relacionamento; e, de outro lado, carreguem fortes componentes subjetivos de negação, dessa realidade mesma. Realismo e utopia são freneticamente cruzados em busca de novas formas até paradoxais. As ONGs e as empresas servem para exemplificar, mesmo que precariamente, as entidades potenciais de aglutinação e de articulação de relações globais, econômicas, políticas e culturais, operando em qualquer parte do planeta terra, com autonomia diante de poderes locais, nacionais e internacionais, para a realização de objetivos globais e imediatos.

O poder de proteger o planeta Terra e de torná-lo patrimônio comum de todos os povos articula e opõe as estruturas de dominação econômicas e políticas do mundo formal com as questões ecológicas do meio ambiente e desenvolvimento e a economia globalizada. São, portanto, objetivos, temas e problemas da modernidade: a posse, a dominação, a transformação da natureza em relação direta com a exaltação da racionalidade humana que será estendida para a própria gestão do poder (Vigevani, 1993). No curso da formação da ordem global, esse poder está se diluindo entre outros agentes das sociedades, de grupos de indivíduos, de minorias étnicas, de pacifistas, de instituições que não se reconhecem no Estado nacional, que não se representam nas estruturas formais ou que já atingiram um grau de articulação de relações supranacionais. A sociedade global mundializou a questão social e, nela, e além dela, a questão ecológica transpõe as fronteiras das nações e das corporações. Não são, hoje, as ONGs, por exemplo, apenas um contrapoder, mas um poder sendo constituído de modo desterritorializado, mundializado, apesar de, tal qual os conceitos, ainda padecerem do vírus da concorrência intersetorial, “nacional” e “imperialista”, seja quando estão em jogo os recursos, seja quando estão em jogo os interesses específicos de cada uma.

A vinculação entre as ONGs e os movimentos sociais conecta os problemas e os impasses de grupos, classes, etnias, regiões, com as preocupações globais estratégicas, políticas e científicas, com a singularidade de estendê-las e, ao mesmo tempo, restringi-las conforme o grau de articulação da comunidade de interesses. É possível pensá-las, em si próprias ou em relação com os movimentos sociais, como uma articulação mundial de gentes e ideias que têm visões bem diferentes das que usualmente possuem os sindicatos, os partidos, as classes, a igreja, o estado, a Nação, a região. Elas próprias se constituem e se autoconstroem em razão das demandas, do papel que representam nas mudanças pontuais e amplas em que atuam, e em torno de elementos de identificação que as aproximam. Pode dizer-se que formam “um mundo à parte” que é muito elucidativo da globalização de questões e problemas que antes eram assuntos privados do Estado, e não das gentes. Caracterizam-se por uma mobilidade ágil e por uma comunicação fácil, transparente, informal, mas sempre vinculadas, direta ou indiretamente, com o pensamento científico ou com as forças de transformação. (...) “O constante vaivém de pessoas e de ideias é transnacional, traçando as rotas Norte-Sul que colocam em relação agentes de ‘cooperação internacional’ com suas ‘contrapartes do Terceiro Mundo’, ou sobretudo tecendo novos fios que ligam, através de experiências e questões comuns, a grande quantidade de ‘gente das ONGs’ envolvida diretamente com ‘os projetos de desenvolvimento’ nas áreas mais empobrecidas do planeta” (Landim, org. 1988). Geralmente o mundo comercial é fragmentado conforme a vocação e os destinatários de atuação das ONGs. As origens dessas organizações datam dos anos 50; proliferaram nos anos 70 e, da matriz inicial vinculada à igreja católica, secularizaram-se em sua trajetória e evoluíram do trabalho assistencial “no sentido de uma política social”. (...) “Este é ao menos, o nosso mito de origem” (Landim, *op. cit.*).

A caracterização das ONGs identifica o “referencial genético” de seu pessoal como oriundo das universidades, igrejas, partidos e/ou organizações políticas de esquerda. No entanto, é no modo de fazer, de interferir no plano local de maneira distinta das interferências e ações anteriores, que delineiam, interna e externamente, o perfil do modo de ser e de agir das ONGs como uma alternativa às ações convencionais oficiais ou não,

especialmente diante de processos e relações institucionalizadas de forma antidemocrática. Uma mentalidade de certo tipo, característica de uma certa geração de intelectuais, “de gente que se conhece”, “que possuem laços mútuos de relacionamento”. No entanto a experiência passada desses laços comuns também é um traço de ambiguidade das gentes das ONGs no que diz respeito às suas instituições de origem (“universidades, partidos, igrejas”), em relações institucionais de afirmação e negação das vacas sagradas da nossa civilização. Afirma, porque elas permanecem como um referencial, ainda não crítico, fundamental. Nega, porque pretende confrontá-las como uma “alternativa” (Landim, *op. cit.*).

O mito de origem, o referencial genético e a ambiguidade já são elementos de grande importância para a compreensão das ONGs. Querem, mas nem sempre podem, flutuar e superar os próprios limites de sua constituição, sobre as estruturas e relações usuais. Conseguem transcendê-las quando se projetam no espaço-tempo de metamorfose constante, quando não se burocratizam e não se hierarquizam, o que é muito difícil, em se tratando de entidades de transição, que aliam o dilema “ser e não ser”, ao ser mais e melhor, do modo mais conveniente e competente, sem isolar-se, como no mundo acadêmico-profissional, mas mantendo os valores do saber e da legitimidade do conhecimento, descentralizando os poderes. “Bloquear o fascínio pelo que vem de cima e identificar-se com o que vem de baixo” (Landim, *op. cit.*). A secularização da ação popular é uma das contribuições mais importantes das ONGs, assim como a autonomia institucional das formas de lutas populares em relação ao Estado (Leilah Landim, *op. cit.*). Mesmo assim não se autodefinem conforme o princípio da representatividade, embora parcialmente, em conjunturas específicas, possam ser reconhecidas como porta-vozes de tal categoria social. (...) “Sua natureza, no entanto, não lhes empresta os atributos necessários para arrogar-se uma representação universal e permanente” (Idem, *ibid*). Há, entre as ONGs, competição e individualismo institucional, o que não as impede de, sob o controle sutil de uma etiqueta de convivência, evitar o acirramento e as divergências em torno de uma “causa única”, assim como publicitarem controvérsias. Tal comportamento regulado por essa “ética” é um dos focos de dúvida da

legitimidade das ONGs, mas, ao mesmo tempo, equilibra a competição e a colaboração entre elas.

O perfil traçado por Landim é elucidativo de alguns componentes da “nova ordem” mundial em formação que não são exclusivos das ONGs. A pluralidade, a particularização, a ética de convivência equilibrando a competição e a privacidade organizacional, os objetivos a curto prazo e bem delimitados, o pequeno ou médio alcance da ação empreendida, o barateamento dos custos operacionais, a concretude e a circunstancialidade de seus horizontes lembram, sem qualquer ofensa ao “referencial genético” das ONGs, os perfis traçados como expectativa da ação de indivíduos, empresas, nações – os protagonistas menores –, núcleos das relações paradoxais globais da economia mundial, expostos por Naisbitt. Ter os menores como protagonistas mais poderosos implica fragmentar o poder, econômico e político. Por isso as empresas estão se desconstruindo para criar estruturas novas, menores, empreendedoras e mais livres para sobreviver, dismantlar as burocracias. Essas entidades virtuais já estão delineadas nos paradoxos globais. “Os empreendedores individuais estão criando a grande economia global. (...) As empresas precisam dismantlar as burocracias se desejam sobreviver. A economia de escala está dando lugar à economia de escopo: encontrar a quantidade correta de sinergia, flexibilidade de mercado e, sobretudo, velocidade. (...) Redução, reengenharia ou, mais recentemente, a empresa virtual. Qualquer que seja a dominação, trata-se do mesmo fenômeno (...). A competição e a cooperação se tornaram o *yin* e o *yang* do mercado global” (Naisbitt, 1994).

Seria ridículo atribuir às ONGs em ação e às empresas virtuais a mesma identidade de propósitos. No entanto, não é impossível aproximá-las num “tipo de organização”, cuja natureza de transversalidade pode indicar pontos comuns entre ambas: um é a sociedade global, e o outro aspecto que caracteriza a mundialização da cultura, tal seja, a não existência de oposição entre o comum e o diverso (Ortiz, *op. cit.*). Essa suposição, que não é marginal à temática da globalização na Amazônia, nem aos problemas metodológicos que implicam esse enfoque, carece, no entanto, de outras discussões que não são focos do nosso objeto, agora. Mas que não nos impede de assinalar

como essas organizações transnacionais vicejam na Amazônia, influenciando, também, na reconfiguração da região.

O poder das ONGs e das empresas transnacionais na Amazônia é crescente e recente. Medem forças em relações de oposição, especialmente porque as primeiras, vinculadas ou não aos movimentos sociais locais, atribuem às segundas a materialização da predação da natureza e dos obstáculos ao manejo científico e racional dos recursos da Amazônia, além de relegarem as suas populações à miséria. Esse enfoque das ONGs na região sai do seu perfil em outras frentes do Brasil, cujo recorte voltado para as minorias negras e mulheres, por exemplo, e movimentos sociais, eram predominantes até 1988. Ao contrário das ONGs “a serviço do movimento popular”, as ONGs na Amazônia têm não só aprovado como até se originado de questões teóricas e práticas do conhecimento acadêmico, especialmente os que se relacionam à questão do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável e à questão ecológica. O Movimento de Defesa da Amazônia, MDA, é um caso típico do movimento inverso da matriz originária das ONGs no Brasil. A proteção ecológica e a proteção científica ao ambiente amazônico precederam as preocupações com a questão social propriamente dita, integração que se deu posteriormente. Hoje, o Fórum de Defesa da Amazônia, uma espécie de estrutura aglutinadora de temáticas, problemas, entidades, perspectivas e projetos para a região amazônica, firma-se num processo de reconhecimento de todos os segmentos sociais que se opõem à ação do Estado e, especialmente, às formas de realização das políticas públicas para a Amazônia. Os números, apesar de significativos, não expressam muito o grau de interferência desses novos poderes. A existência de aproximadamente 2.200 ONGs operando no Brasil, com cerca de 400 dessas organizações trabalhando e relacionadas à Amazônia e cerca de 100 diretamente relacionadas com o meio ambiente, não deixa, no entanto, de ser significativa (cf. Canadian Council, *Stockholm Environment Institute*, dados obtidos em entrevistas sem confirmação em documentos oficiais, 1994). A questão de saber de que país se originam perde sentido, nessa leitura. Sequer a divergência de números é relevante. Mas é muito significativo que os órgãos oficiais e não oficiais no Brasil ainda distingam as ONGs entre as brasileiras (cerca de 1.554), em suas formas de atuação locais, regionais e nacionais, e que

ainda resistam em dar números, valores dos recursos, formas e origens de arrecadações, com precisão. O que interessa é que, nesse poder emergente, pelo menos na Amazônia, os opositores das ONGs já estão bem nítidos: O Estado nacional, as empresas (nacionais e transnacionais), as classes dominantes, as estruturas burocráticas de partidos, sindicatos e as organizações de tradição autoritária.

Os opositores mais recentes das ONGs são as representações empresariais, que demonstraram grande poder de contra-argumentação ao discurso ambientalista ecológico, especialmente nos anos 90/92, pré-Eco-Rio, e também mostraram capacidade de interlocução e de alianças com áreas, setores, campos e até partes significativas da “comunidade científica”. A “onda verde europeia”, “a insuficiência científica do terrorismo ecológico”, o tabu da “preservação” dos recursos naturais, clichês das representações empresariais na Amazônia (Ovídio Gasparetto, 1991) *versus* a “proteção ecológica com a máximo de floresta em pé” (Ab’Saber, 1991), saem do âmbito das corporações e das academias para fundar “razões” que sustentam os interesses das “agendas” globais.

A reconfiguração física da Amazônia já está projetada por meio de unidades de conservação e de outros tipos de zoneamento ecológico. Os conceitos-chaves que caracterizam as Unidades de Conservação traduzem, além de classificações, os objetivos da ciência, da tecnologia, da economia e das forças sociais em jogo, mais próximas ou remotas da configuração formal. Os sinais de transversalidade estão tanto na metodologia de elaboração, dentro ou fora do documento formal, como nos conteúdos e métodos da ciência que referenciam os textos e, ainda, nas concepções dos objetivos de “preservação dos processos naturais e a diversidade genética nas (...) porções do território nacional, incluindo as águas territoriais com características naturais de relevante valor, de domínio público ou propriedade privada legalmente instituídas pelo poder público, com objetivos e linhas definidas sob regimes especiais de administração, as quais aplicam-se garantias adequadas de proteção” (Espírito Santo e Faleiros, *op. cit.*). Ao transcenderem os domínios público e privado da propriedade, as forças da preservação e proteção ecológica legitimadas pelo conhecimento científico impuseram-se sobre a própria estrutura fundiária tradicional; ao tentar conciliar a institu-

cionalização das unidades de conservação pelo poder público com regimes especiais de administração, que enfatizam garantias à proteção, as forças sociais impuseram-se sobre o poder do Estado, antes o único a decidir e fazer executar qualquer política regional. Esse é um dos resultados palpáveis de uma luta global pelo ecodesenvolvimento da Amazônia, como diz Ab'Saber.

Em números absolutos, a reconfiguração física da Amazônia representa a implantação de 232 unidades novas compostas de 31 parques, 12 reservas biológicas, 15 estações ecológicas, 90 florestas, 72 reservas extrativistas e 12 áreas de proteção ambiental, e a extensão de 152 UC já existentes. Esse total não contempla, para efeito quantitativo, as 317 reservas indígenas existentes na Amazônia Legal, cujo processo de demarcação reabre as discussões em torno das etnias e o Estado Nacional brasileiro e um novo poder global.

As áreas indígenas que compõem uma das cinco categorias de terras da situação fundiária dos estados da Amazônia brasileira representam um outro núcleo em que se articulam e/ou opõem interesses de etnias, cientistas, ambientalistas, ecologistas, estruturas de poder global e os interesses nacionais e regionais e de classe porque, além de estarem definidas como “espaço territorial onde um grupo de indivíduos de origem e ascendência pré-colombiana se reproduz física e culturalmente”, definem-se também politicamente, isso tem muita importância para as populações indígenas e para as ONGs, como áreas importantíssimas “para a conservação dos ecossistemas da região, principalmente quando demarcadas e livres de invasões” (Espírito Santo e Faleiros, *op. cit.*). Mas, pelo fato de legalmente a constituição defini-las como terras de propriedade da União e de usufruto dos indígenas, essa condição traduz-se em problemas para as demarcações e invasões das terras indígenas pelos imóveis rurais privados, o que demonstra uma enorme discrepância entre o percentual das áreas demarcadas de fato, ou em processo de demarcação em cada estado, e o percentual de imóveis privados que já invadiram as chamadas unidades de conservação e terras indígenas.

Do total da área da Amazônia brasileira, as terras indígenas representam 16%, ou seja, 82.894.188 ha, cuja distribuição nos Estados é de 10,93 no Acre (1.679.598 ha) contra 61,28% de área invadida pelos imóveis privados (9.417.855 ha); no Amapá 7,2% (103.635 ha) contra 22,46% de área invadida

(3.196.879 ha); no Amazonas 19,88% (31.175.490 ha) contra 23,75% de área invadida (37.234.538 ha); no Maranhão 5,62% (1.850.960 ha) contra 86,01% de área invadida (28.344.791 ha); no Mato Grosso 13,74% (12.384.365 ha) contra 98,95% de área invadida (89.195.750 ha); no Pará 16,99% (21.178.234 ha) contra 43,75% de área invadida (54.550.571 ha); em Rondônia 11,64% (2.775.183 ha) contra 41,55% de área invadida (9.904.225 ha); em Roraima 12,66% (2.848.589 ha) contra 17,62% de área invadida (3.965.894 ha); e, em Tocantins, 7,31% (2.026.244 ha) contra 107,32% da área invadida (29.763.017 ha).

Segundo o documento “Custo de implantação de unidades de conservação na Amazônia Legal”, em Mato Grosso e Tocantins, tal como os percentuais acima citados indicam, não há mais terras públicas e “a quantidade de terras cadastradas pelo INCRA, em 1990, como imóveis rurais privados ultrapassa a superfície do Estado” (Tabela 15, 22-24, Espírito Santo e Faleiros, 1992). Outro dado significativo apresentado nesse documento é de que o valor da terra nua de cada estado da Amazônia Legal é de uma discrepância também grandiosa. Em Mato Grosso, o valor da Terra Nua – VTNm por hectare – é 2,7 vezes maior que o do Amazonas e 3,7 vezes que o do Pará. A inexistência de terras públicas no citado estado obrigará, por outro lado, a implantação de Unidades de Conservação previstas, a aquisição de 100% das terras destinadas para esse fim (o que corresponde a 63,61% do custo total com a aquisição de terras, ou seja, US\$ 4.367.130.000) (Espírito Santo e Faleiros, *op. cit.*).

Nos anos 70 e 80, a reconfiguração física da Amazônia estava sob o controle do Estado autoritário, que gerenciava, no plano local, o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo e na cidade. Assim, repunha o problema da estrutura fundiária do Brasil na região, quando, sob a forma das políticas de colonização e do desenvolvimento dos polos minerais, madeireiro, industrial e metalúrgico, combinados, reabria outras questões, tais quais as das populações indígenas, dos sem-terra, dos grileiros, dos negociantes e dos fazendeiros no processo de recriação da fronteira amazônica. Hoje essas questões adquirem um sentido diferente quando reaparecem sob outros controles ou articuladas com modos de organização de movimentos sociais e outros modos de responder aos problemas emergenciais, que não

se enquadram nas respostas produzidas pelo confronto com o imperialismo. A pulverização de lugares na Amazônia, como redefinições de limites geográficos numa ordem em curso que não é só nacional, complexifica, mas não se opõe à lógica da ordem global, que não só é capaz de reafirmar as diferenças socioculturais dos povos e das populações amazônicas, mas também de reproduzir e ampliar contextos desiguais e hierarquizados.

A ótica da globalização não relativiza a identificação de processos e estruturas mundiais desiguais. Renato Ortiz ilumina essa situação quando discute a ausência da dimensão do poder de dominar/submeter nas problemáticas da aculturação e da difusão cultural na tradição antropológica. “Na verdade, a tradição antropológica culturalista tenta a todo custo evitar a ideia de conflito, subsumindo o choque das civilizações ao que se convencionou chamar de ‘contato cultural’. O relativismo cultural é uma maneira cômoda de se evitar o drama da desigualdade. Ao se afirmar a plenitude das diferenças, esquece-se que elas se situam no contexto hierarquizado das sociedades. Neste ponto, é preciso reconhecer que o tema do imperialismo (assim como o do colonialismo) atualiza um conjunto de processos nos quais as relações de poder vêm à tona. Ao fixar o Estado – monopolista, o raciocínio permite identificar algumas instâncias mundiais de produção e de reprodução da ordem social globalizada” (Ortiz, 1994). No entanto, a ordem global apresenta-se num processo de descentralização, o que supõe uma nova forma de transcender do nível local para o mundial (Idem, *op. cit.*).

Certamente, tanto a “questão indígena” como a ação das ONGs não estão imunes aos processos de globalização e mundialização presentes em todos os lugares.

Os localismos, os regionalismos, as reafirmações étnicas fundem-se nos movimentos de globalização articulados às estruturas transversais, frequentemente; e, às vezes, articulam-se com grupos nacionalistas ou opõem-se a estes quando estão em jogo conquistas “mundiais” de povos e culturas, como o direito à autodeterminação, mote da luta dos povos indígenas nos anos 70 e 80. Recriam-se utopias da formação de “um grande país multirracial”, como ressaltou Marcos Terena, combatendo a proposta de limpeza étnica de um certo nacionalismo.

A oposição entre limpeza étnica, autodeterminação dos povos indígenas e revigoramento da cultura local, que hoje está retomada em polêmica, já notabilizou inúmeras especialidades, alimentou movimentos sociais autonomistas, articulou lutas e questões dos povos indígenas às de outras categorias subalternas da sociedade nacional. É preciso dizer, contudo, que hoje, ao adquirir meios próprios de intercomunicação com o mundo, os povos indígenas integram-se aos movimentos de globalização de modo bem diferente do realizado nos anos 70 e 80. As “vozes” científicas, que de certo modo conferiram a legitimidade da diversidade e o direito de existência de minorias em fóruns internacionais, hoje, na condição de assessorias, de militâncias ou de agenciamento, defrontam-se com a existência da sociedade mundial como um problema e/ou como uma solução. O problema põe-se como necessidade de superação da “oposição de resistência/submissão” para dar conta da relação mais ampla entre as etnicidades e os processos de globalização econômica e de mundialização da cultura (Monteiro, 1993; Ortiz, 1994). Tal superação supõe, paradoxalmente, o exame do fato de que, ao invés de a cultura hegemônica homogeneizar as culturas não ocidentais como um dos seus modos de realização e expansão, implodindo todas as fronteiras, desenvolve-se, também, ao lado desse movimento, um processo de “reposição das diferenças” no âmbito da própria cultura ocidental globalizada, que opera no sentido contrário. Ao invés da “integração das diferenças”, a “separação das igualdades” solapa as noções de sujeitos e direitos universais da razão iluminista, que, ao invés de realizar a convivência multicultural e interétnica, revigora os segregacionismos de origem nacionalista e etnocêntrica (Monteiro, 1993; Ianni, 1992). A possibilidade de esse mesmo problema emergir “como produto mais acabado da razão iluminista”, como a sua própria negação, implícita na “dimensão pessimista” da utopia nostálgica da antimodernidade, advém do alcance do momento extremo da razão iluminista: “nega-se de modo radical, niilista, anulando toda e qualquer utopia-nostalgia. E isto atinge o paroxismo na dissolução do indivíduo como sujeito da razão e da história. (...) Aí está uma conotação surpreendente da modernidade, na época da globalização: o declínio do indivíduo” (Ianni, 1994).

Não seria exagero supor, portanto, que as próprias populações indígenas vivam hoje um dilema e um debate interno entre a integração das diferenças num projeto nacional e a separação das igualdades numa ordem global em curso ou, ainda, o de inventar uma solução intermediária. Se para a ciência há problemas de ordem teórico-metodológica, há, para as populações indígenas, um problema de sobrevivência posto noutro patamar: o de eliminar intermediários na leitura de sua articulação com o mundo; de instrumentalizar o saber científico às suas estratégias de comunicação nos fóruns globais; o de adequar as suas formas de luta à racionalidade das organizações mundiais emergentes, flexibilizadas e ágeis; o de movimentar-se na complexidade das relações globais sem submeter-se aos mesmos processos de dominação que anteciparam, em tese, e na prática quase conseguiram, o extermínio físico e cultural de suas individualidades.

O aparecimento de estruturas transnacionais ou supranacionais advindas dos movimentos sociais globais ou da globalização da economia põe novos ingredientes nas relações de dominação/submissão, no caso especial nas relações entre etnicidades e mundialização da cultura. Entre os muitos ingredientes a serem examinados, o problema do caráter e do funcionamento dessas organizações emergentes, cujos componentes de “racionalidade” exigem modos próprios de mobilidade, deslocamento, autonomia de poderes, acentuação de diferenças e modos de atuação compatíveis com a transposição de dicotomias locais, regionais, nacional e mundial, ainda é um ponto importante para compreensão dos processos de globalização na Amazônia, na medida em que parecem indicar processos de institucionalização de relações da sociedade mundial possíveis de pensar a sociedade civil global.

Os sinais da globalização na Amazônia tornam-se dramáticos quando expõem, além de questões econômicas, as questões da diversidade física e cultural da “região” e de suas populações. Como província do mundo, a globalização da economia integrou a Amazônia à nova divisão internacional do trabalho, realizando o nexo-global-local sem dicotimizá-lo do ponto de vista da produção de mercadorias. Implodiu, portanto, a relação centro-periferia criada no desenvolvimento do imperialismo. O “centro”, enquanto tal, não existe mais, porque pode deslocar-se para qualquer ponto estratégico e rea-

lizar-se sob a forma de uma nova entidade. Aliás, se há alguma “regularidade” nesse processo é o da metamorfose constante. A “periferia” não está só na Amazônia ou nos países do terceiro mundo, porque pode, circunstancial e estruturalmente, “deslocar-se” para os antigos “centros” do poder econômico-financeiro, com “seus” bolsões de pobreza, “suas” questões raciais, “seu” desemprego, “sua” violência institucional, “sua” degradação ambiental, que atingem contingentes sociais expressivos não atendidos pelo bem-estar do Estado-Nação. É no contexto da questão social globalizada que a Amazônia é reinventada como paraíso ecológico das novas forças mundiais, ou, ainda, como inferno verde para as suas tradicionais populações no processo de recolonização da região.

Referências bibliográficas

- Environmental Management Handbook** Sven. Olof Ryding Federation of Swedish Industries, Stockholm. Iospress/Lewis Publishers, Amsterdam. Oxford, Boca Raton, Flórida, 1993.
- Memória e Ficção em Milton Hatoun.** O texto literário como representação do Real. Aula magistral do exame de livre docência de Francisco Foot Hardmam. Anotações/comentários. Unicamp, julho, 1994.
- Antropologia dos Conflitos (1994) In: **Ponto de Apoio**. Campinas: Companhia da Escola, ano I, nº 2.
- BEÇA, Anibal (1994). **Suíte para os Habitantes da Noite**. São Paulo. (Prêmio Nestlé de Poesia).
- BENJAMIM, Water (1984). Paris, a capital do Século XIX. Espaço & Debates, **Revista dos Estudos Regionais e Urbanos**, nº 11, São Paulo.
- BERMAN, Marshall (1986). **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar**. Trad. Felipe Moisés, Ana Maria Ioriatti. São Paulo: Companhia de Letras.
- CORRÊA DA SILVA, Marilene (2000). **O Paiz do Amazonas**. 2. ed. Manaus: Editora Valer.
- COSTA, Selda Vale da (1988). **Eldorado das Ilusões. Cinema e Sociedade: Manaus (1897/1935)**. São Paulo: PUC-SP (Dissertação de Mestrado).

- Cultura, Modernidade e Identidades (1993). In: **Globalização e Espaço Latino-Americano**. São Paulo: Hucitec – ANPUR.
- DEAN, Warren (1989). **A Luta pela Borracha no Brasil**. São Paulo: Nobel, p. 55.
- DIAS, Edinea Mascarenhas (1999). **Manaus 1890-1920: a Ilusão do Fausto**. Manaus: Editora Valer.
- GALBRAIT, John Kenneth (s. d.). **Uma Viagem pelo tempo Econômico: Um Relato em Primeira Mão**.
- GONDIM, Neide (1994). **A Invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero.
- HARDMAN, Francisco Foot (1988). **Trem Fantasma: A Modernidade na Selva**. São Paulo: Companhia de Letras.
- HARVEY, David (s. d.). **Los Limites del Capitalismo y la Teoria Marxista**. Mexico: Fondo de Cultura Económica.
- HATOUN, Milton (1989). **Relato de um Certo Oriente**. São Paulo: Companhia de Letras.
- _____. (1993). A Natureza Como Ficção. In: VVAA. **O Espaço Geográfico no Romance Brasileiro**. Salvador.
- HOBSBAWN, Eric (1992). **A Era dos Impérios: 1875-1914**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1994a). **A Terceira Onda: A Democratização no Final do Século XX**. São Paulo: Editora Ática.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1994b). **Choque de Civilizações? Política Externa**. São Paulo, Paz e Terra/USP, v. 2, nº 4, p. 120-141.
- IANNI, Octavio (1991). **Ensaio de Sociologia da Cultura**. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1992) **A Sociedade Global**. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1994a) **Metáforas da Globalização**. Ideias – Revista do IFCH da Unicamp, São Paulo, ano I, nº 1, p. 7-21.
- _____. (1994b) O Mundo do Trabalho. In: **Trabalho: Globalização e Tecnologia**. São Paulo: Perspectiva, v. 8, nº 1.
- LIMA, Mário José de (1994). **Capitalismo e Extrativismo: a formação da região acreana**. São Paulo: Unicamp (Tese de Doutorado em Economia).
- LIPIETZ, Alain (1991). **Audácia. Uma alternativa para o século 21**. Trad. Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Nobel.

- MARTINELLO, Pedro (1994). **A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o Vale Amazônico**. São Paulo: USP (Tese de Doutorado em História Econômica).
- MONTERO, Paulo (1993). Questões para a Etnografia numa Sociedade Mundial. In: **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, p. 161-177.
- NAISBITT, John (1994). **O Paradoxo Global**. Trad. Ivo Korytovski. Rio de Janeiro: Campus.
- NETO, Carlos Araújo Moreira (1988). **Índios da Amazônia: de maioria à minoria - 1750-1850**. São Paulo: Brasiliense.
- ORTIZ, Renato (1991). **Cultura e Modernidade**. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1994) **Mundialização da Cultura**. São Paulo: Brasiliense.
- PICOLLI, Jaco César (1993). **Sociedades Tribais e a Expansão da Economia da Borracha na área Purus-Juruá**. São Paulo: PUC-SP (Tese de Doutorado).
- SAMPAIO, Patrícia Maria Mello (1993). **Os Fios de Ariadne: Tipologias de Fortunas e Hierarquias Sociais em Manaus: 1840-1880**. Niterói: UF Fluminense (Dissertação de Mestrado).
- SANTO, Cesar Vitor do Espírito; FALEIROS, Aureo Araújo (1991). **Custos de Implantação de Unidades de Conservação na Amazônia Legal**. Brasília: Funatura, SET/PNUD.
- SARGES, Maria de Nazaré (1990). **Riquezas Produzindo a Belle Époque: Belém do Pará (1870-1910)**. Recife: UF de Pernambuco (Dissertação de Mestrado).
- SEVCENKO, Nicolau (1985), **Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliennse.
- SOBRINHO, Barbosa Lima (1992). O Ambiente do Nacionalismo. In: **AMBIENTE, Revista Cetesb de Tecnologia** S. Paulo, v. 6, nº 1, p. 6 [Secretaria do Meio Ambiente].
- SOUZA, Márcio (1977). **A Expressão Amazonense do Colonialismo ao Neo-Colonialismo**. São Paulo: Alfa-Omega.
- _____. (1994) **A Caligrafia de Deus**. São Paulo: Marco Zero.
- THUROW, Lester (1993). **Cabeça a Cabeça**. Trad. Alberto Lopes. Rio de Janeiro: Rocco.

VIGEVANIET, Tullo (1993). **Meio Ambiente e Dívida Externa**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, p. 348 [mimeografado].

Capítulo 5

A Crônica da Amazônia Contemporânea



1 Nuanças da globalização na Amazônia

A globalização da Amazônia em curso tem várias nuances e consequências. Pode manifestar-se como lugar de escolha de dinamização da concentração do capital sob a forma de operações produtivas descentralizadas, como as zonas francas; como “ângulo morto – reserva territorial estratégica ou espaço de colonização pioneira”,¹² ou, ainda, manifestar-se como espaço do confronto entre as forças das contradições geradas nesse processo. A reinvenção de sua importância é circunstancial e depende dos interesses em jogo. Quando os nexos globais da economia política a determinam, não há dificuldade em alcançá-la, apreender-lhe a dinâmica física e social do momento, reconfigurá-la. Como espaço hierarquizado da economia mundial, a Amazônia é um lugar de metamorfoses dessa própria economia, ora assumindo o dinamismo da condição de estar integrada às operações desse processo, ora em estado de “pousio”, de aparente latência na aceitação da exclusão. A região não está imune às consequências da formulação dos modos em que são aprofundados os mecanismos de integração econômica dos anos 80. Os países em desenvolvimento perderam importância crescente como bloco com a queda dos preços agrícolas, o choque da alta dos juros e a crise da dívida. A forma de minimizar os prejuízos de estar fora da mobilidade internacional dos negócios passou a ser preocupação fundamental para os países enfraquecidos pelos novos processos de movimentação do capital

12 O termo é usado por François Chesnais, em *Mundialização do Capital*, Xamã, 1996, p. 38, quando adota a fonte e a terminologia de M. F. Durand *et al.*, e a ideia de a divisão do mundo representar-se como uma “rede hierarquizada”.



(Miyamoto, 1991, p. 12-13). Nos anos 90, a constante evolução dos centros financeiros, deslocados fisicamente, mas integrados em volume e mobilidade operacional, repôs no debate da reordenação das relações mundiais os temas da reutilização das instituições multilaterais e da regionalização da economia mundial, agora tendo a questão financeira como fundamento do sentido da pressão e do predomínio dos conglomerados privados – bancos, fundos de pensões, mercados creditícios. As transações financeiras, ao ultrapassarem em 25 vezes o crescimento do comércio mundial, mudaram a posição dos Estados na economia global, criando fluxos de riqueza voláteis e especulativos; por sua vez, “a liquidez e a rentabilidade aferida pelo rápido deslocamento de capitais” decorrente dessa integração financeira e da mobilidade característica de suas operações e de sua função na dinamização da economia mundial são extremamente sensíveis às alterações políticas do mundo (idem, p. 16-19).

O comércio mundial representou um papel fundamental nas alterações políticas da ordem econômica em formação; a interdependência entre os investimentos externos diretos e o comércio, na avaliação da Organização Mundial de Comércio (OMC), é o motor da globalização e foi incluída na reunião ministerial em Singapura, entre 9 e 13 de dezembro de 1996. O relatório da OMC sobre as relações comerciais e o Investimento Externo Direto (IED) divulgado em Genebra (1996) incluem o Brasil entre os 20 países que mais receberam investimentos estrangeiros internos (a 18ª posição); o volume das operações indica, na verdade, o aumento do comércio entre as transnacionais, que representa um terço das transições mundiais, ou US\$ 2 trilhões.¹³

As manifestações liberalistas e as reações protecionistas revelam-se no plano de forças das restrições e dos acordos comerciais das políticas externas e internas dos Estados, cada vez mais pressionados pelas atividades dos mercados. O ferro, o cobre e o ouro, explorados por Carajás, as jazidas de caulim em Ipixuna, exploradas pela Mendes Júnior em associação com a ATK da Alemanha e pela Vale do Rio Doce associada ao grupo Antunes, Caemi,

13 Cf. Wladimir Goitia, In: *Investimento externo global cresceu 12 vezes desde 1973*. O Estado de S. Paulo, 18/10/96, p. b-9.

o complexo do ciclo alumínico do Trombetas, explorado desde a bauxita, a alumina e o metal alumínio pela Albrás, consórcio japonês, a Votorantin e a Vale, são exemplos das altas e baixas de preços dos minerais não renováveis nos fluxos e refluxos das *commodities*.

As estratégias das corporações transnacionais de globalizar sistemas produtivos e integrar mercados de bens e de trabalho de forma seletiva materializaram, em Manaus, uma volumosa estrutura manufatureira com cerca de 400 empreendimentos transnacionais de várias especializações das indústrias eletroeletrônica, relojoeira, ótica, plástica, com poder de importar matérias-primas e produtos semiacabados, com operações mais lucrativas que as do México; em Manaus, o regime de zona franca não está sob o controle dos oligopólios americanos, apenas, ou, condicionado por este fato, obrigado a ceder maior valor agregado dos produtos para os EUA; não há mercado cativo, e parte significativa da produção é exportada para São Paulo.¹⁴ No entanto, a redução drástica das tarifas alfandegárias em todo o território brasileiro, a decisão da reforma constitucional de marcar o fim da Zona Franca para 2013 e a abertura de várias zonas livres de exportação em outras regiões do país – agora recrudescida pela “guerra fiscal” entre os estados –, agregados aos movimentos de IED, investimento externo direto, diminuíram a importância econômica da Zona Franca de Manaus.

Quando o IED combina-se com o comércio exterior e o suplanta, os procedimentos de aceleração de formas de integração e/ou de desconexão de lugares, continentes, países nos setores de serviços e de manufaturas são modificados. O comércio exterior intrassetorial é a forma dominante de intercâmbio nos mercados multinacionais privados, nos insumos e serviços dos suprimentos internacionais. “A integração horizontal e vertical das bases industriais nacionais separadas e distintas está ocorrendo a partir do IED. As multinacionais beneficiam-se, simultaneamente, da liberalização do comércio, da adoção de novas tecnologias e do recurso a novas formas de gerenciamento de produção (o toyotismo).¹⁵ A ordem internacional anterior

14 Cf. Geraldo Banas, In: *Globalização, a vez do Brasil*; Makron Books, São Paulo, 1996, dados utilizados dos itens 2, 5 e 6, 22-24, 91-92 e 182-183.

15 François Chesnais, *op. cit.*, p. 33.

não assegura a permanência das relações econômicas e políticas emergentes nos lugares anteriormente escolhidos; *o movimento da mundialização é excludente*.¹⁶ “O capital em geral agora propriamente universal tornou-se o parâmetro das operações econômicas em todo o mundo. (...) O planeta terra torna-se o território da humanidade”.¹⁷

A redefinição geopolítica das relações internacionais desterritorializa-se das ordens nacionais convencionais, com coordenadas que se sobrepõem às atividades econômicas e às fronteiras físicas. Nesse âmbito, todas as regiões de interesse para o capital ganham novo sentido, enquanto as desinteressantes desvinculam-se compulsoriamente dessa dinâmica. O debate sobre o desenvolvimento sustentado da Amazônia, agregado ao meio ambiente e à dívida externa do Brasil e do continente sul-americano, incluem-se nessa pauta. É da conta de todos o destino do território da humanidade. O interesse pelas questões mundiais reabre temas das condições de formação da sociedade global, da cidadania mundial e da soberania tutelada, que por sua vez reconfigura os nacionalismos, as etnicidades, os regionalismos, as diferenças e desigualdades no mundo.¹⁸

We are Englishmen, Swedish, Russians, Germans or Brazilians, but first of all we are human beings, citizens of our common planet earth. The earth is a global ecological network and, therefore, people from the Amazon have the same right to ask the Europeans to save the ecological balance of the Northern Sea as well the Europeans legitimately have the right to ask the Brazilian responsables to protect the Amazon rain forest against the orgies of destruction caused by cattle barons, land speculators, mining corporations and gold searchers. Our life is determined by ecology of the earth, and the global system is an extremely complex and complicated mechanism, a grandiose living world, incorporated into the solar energy flux. (...) Therefore, the ways of earning

16 Op, cit. idem, ibid.

17 Octavio Ianni, In: *A Era do Globalismo*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1996, citações das p. 19 e 23.

18 Cf.; Ianni, *op. cit.*, p. 19-27; Anthony D. Smith. In: *Nations and Nacionalism in a Global Era*, Polity Press/Blackwell Publishers, Cambridge/Oxford, 1995, p. 8-14.

*interests for servicing foreign debts may be harmful to the ecological stability of even fragile ecosystems which are crucial for the functioning of the planet earth. In other words: Is the debt crisis of Third World countries co-responsible for ecological destruction and is the solution to the debt crisis a precondition for ecological preservation? These questions shall be discussed first before touching upon the problem of national sovereignty.*¹⁹

A ênfase da discussão da cidadania mundial e da soberania parcial dá-se, portanto, em campos muito concretos dos direitos, e neste caso não é possível desconsiderar que estes foram desigualmente desenvolvidos no processo civilizatório da sociabilidade capitalista. A soberania nacional e a soberania popular, cujos sentidos advêm da modernidade capitalista em torno da constituição do Estado-Nação, perdem, no capitalismo mundializado, seus poderes. “Isso pode ser positivo, quando a Internet torna vã a censura às comunicações; ou inquietante quando a mobilidade do capital limita seriamente a capacidade dos poderes eleitos para definir as políticas públicas. Além de pôr em causa a soberania em si, toda gama de conceitos construídos na montagem da ideia de Estado democrático no Ocidente e, em especial, dos conceitos de soberania popular e de representação estão perturbados pela nova autonomia do capital”.²⁰ Quando o poder de legislar passa para as organizações supranacionais ou para grandes empresas, abstraindo a noção de centro ou de hierarquia do Estado, emerge uma ideia mais complexa de “redes”, e a soberania cede lugar a negociações. A perda da centralidade e a predominância do anonimato das redes capitalistas parecem eliminar, pela passagem das novas linguagens de analógicas a digitais, o que ainda existia da ideia de “corpo político” da concepção grega de Estado, imitando o corpo humano. O esvaziamento da função da lei e a possibilidade de anulação do sistema jurídico, ao lado da morte do direito, substituível por normas

19 Elmar Avater. In: *Ecological Disorder, National Sovereignty, and Debt: the Case of the Amazon*. UNAMAZ/UFGA, Belém, 1991, p. 413-414.

20 Renato Janine Ribeiro, em artigo-comentário à antologia organizada por José Eduardo Faria, *Direito e Globalização Econômica: Implicações e Perspectivas*. Malheiros Editores, São Paulo, 1996, 160 p.

temporárias de condutas e interesses, põem problemas para a democracia na América Latina (Ribeiro, 1996).

Nesse terreno, sob o risco de acirrarem-se as discussões no plano ideológico, todos opinam sobre o futuro da Amazônia. David Cleary, antropólogo, norte-americano, prega a substituição desordenada da ocupação rural em Rondônia e no Acre pelo “modelo harmônico das populações ribeirinhas”; William Balée, professor e pesquisador norte-americano, considera impossível estudar a biodiversidade amazônica “sem considerar essa influência do homem primitivo sobre a floresta”; William Hamilton, biólogo inglês, avalia que as “várzeas dos rios da Amazônia estão condenadas a desaparecer a médio e longo prazos. Se nada for feito para controlar a ocupação e a urbanização da Amazônia, a civilização vai matar a várzea e sua rica biodiversidade, como aconteceu com os rios da Índia” (Maria, 1996, p. 5-10). Entre 1988 e 1989, Fabíola Oliveira constatou que a imprensa brasileira era colonizada, especialmente quanto às informações científicas, demonstrando que a maioria de reportagens-denúncias provêm de organismos internacionais.²¹

As Forças Armadas latino-americanas, na Conferência de Ministros da Defesa das Américas, realizada em outubro de 1996, em Bariloche, foram encarregadas, *por imposição da modernidade*, da missão de defender o meio ambiente do “prejuízo ecológico gerado pelas plantações de coca (cocaína), e papoula (heroína) e a contaminação dos rios pelos resíduos de agentes químicos” (Documento do Encontro, *apud* Nogueira e Figueiredo, 1996, p. 5-9). Os militares brasileiros engajam-se em conversações com ONGs, indígenas, igreja, Ibama contra o *pacto de cumplicidade* de contrabandistas colombianos e brasileiros, alterando a composição da “espécie” de povos da floresta.²² Noam Chomsky ressalta a herança da doutrina de segurança

21 Fabíola Oliveira In: *Jornalismo Científico e a Amazônia*: Estudo de quatro Jornais Brasileiros. ECA/USP, 1990, dissertação de Mestrado. As análises de 563 matérias, feitas pela autora, foram publicadas nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*.

22 Cf. Rui Nogueira e Lucas Figueiredo In: Militares planejam ocupação Econômica da Amazônia. *Folha de S. Paulo*, edição de 27/10/96. Caderno Mais/Ciência - Economia x Ecologia, p. 5-9.

da ordem da Guerra Fria, na postura do militarismo do “Terceiro Mundo”, destacando seu papel na violência das políticas internas nas Américas Central e do Sul; as regras básicas da ordem mundial permanecem iguais na manutenção da desigualdade de forças²³ entre ricos e pobres.

No sistema mundial de produção e intercâmbio de mercadorias e finanças, há fluxos e defluxos construídos e destruídos em tornos de zonas de intensificação da globalização. Os agentes da economia mundial respondem às pressões conjuntas de oportunidade de lucros, de obrigatoriedades econômicas, políticas e tecnológicas (Chesnais, 1996, p. 212). O dinamismo atual, no entanto, não elimina as condições históricas das particularidades de constituição das sociedades nas relações mundiais. É no espaço social que as marcas da desigualdade ficam inscritas.²⁴ Pierre Chaunu resumiu-as em “pontes cronológicas da história” do fenômeno do mundo pleno, do desencravamento planetário, da revolução científica e da mutação dos homens e dos meios.²⁵ Entre os mecanismos de estabelecimento dessas pontes, várias lógicas sucederam-se ou superpuseram-se umas às outras; em outros momentos confundiram-se ou antagonizaram-se às principais séries de fatores de desenvolvimento do sistema econômico mundial. Primeiro, “ao processo de centralização e de concentração do capital nas economias capitalistas dominantes, ao movimento de IED, e às estratégias atuais dos grupos industriais; segundo, os decorrentes das mudanças científicas e tecnológicas em torno dos efeitos que provocam sobre a produtividade, a

23 Cf. Noam Chomsky. In: Novas e velhas ordens mundiais. Tradução de Paulo Roberto Coutinho. Scritta, São Paulo, 1996, p. 128 e 335.

24 Chesnais ressalta esse aspecto, em si elucidador de distintos movimentos dos processos de constituição da economia mundial: “o encontro das economias mercantis europeias, já em transição rumo ao capitalismo, com sociedades que tinham avançado bem menos nesse caminho (por exemplo, a China imperial e, bem mais tarde, o Japão), e sobretudo com civilizações que haviam tido trajetórias e formas de organização social radicalmente diferentes (*por exemplo as sociedades 'pré-colombianas' da América e as sociedades africanas*) ainda está inscrita nas relações internacionais contemporâneas”. *Op. cit.*, p. 213, grifos meus.

25 Pierre Chaunu. *A História como Ciência Social: a duração, o espaço e o homem na época moderna*. Tradução de Fernando Ferro. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1976, p. 108.

organização e a localização da produção industrial, sobre a demanda de força de trabalho (nível e tipos de qualificação) e sobre a demanda de insumos para a produção em produtos primários ou produtos intermediários de origem industrial”.²⁶ O terceiro é de ordem política e diz respeito ao papel recente dos Estados ricos na ordem capitalista e à sua capacidade de imposição dos seus interesses por meio dos blocos regionais e dos organismos multilaterais criados em momento anterior da economia contemporânea (idem).

Os contextos em que se apresentam propostas de zoneamento econômico-ecológico e de redivisão territorial do estado do Amazonas em dois grandes territórios federais parecem ser resultantes dessas determinações: o do Alto Solimões e o do Rio Negro, este último articulado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos numa reinvestida da função de segurança do Projeto Calha Norte – e por forças econômicas e políticas locais que se inclinam pela maior proteção às fronteiras da Amazônia com outros países (madeireiros e representantes de empresas de pesca têm tido problemas frequentes com disputas de recursos florestais ou pesqueiros com empresas transnacionais), pelos que acreditam que as duas microrregiões deverão receber mais investimentos federais para atividades econômicas, como alternativas de desenvolvimento às populações ribeirinhas fora as do narcotráfico e as do extrativismo vegetal. A Igreja católica é uma das instituições do Alto Solimões que defendem a intervenção do governo federal, no sentido de responder às necessidades de ocupação e de alternativas de desenvolvimento para essa área, fronteira com a Colômbia e com o Peru.

Há uma evidente reabertura de conflitos na Amazônia continental. Ações recentes dos governos brasileiro e colombiano, sob a mediação do governo norte-americano, estão programando combate ao narcotráfico, ao garimpo ilegal, ao contrabando de ouro e a eventuais incursões de guerrilheiros na fronteira com o Peru e a Colômbia. Em setembro de 1996, “o Comando Militar da Amazônia mobilizou dois mil homens diante da ameaça de saques, por guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC), à cidade de Tabatinga. O Exército colombiano tem informações de que rema-

26 Chesnais, *op. cit.*, p. 213-214.

nescentes do grupo Sendero Luminoso, de orientação maoísta, transitam entre o Peru e a Colômbia por território brasileiro sem proteção militar. (...) Militares brasileiros e colombianos se dizem convictos de que os guerrilheiros são financiados pelo tráfico de drogas desde a queda do socialismo no Leste europeu e esmagamento do Sendero Luminoso pelo governo de Alberto Fujimori. Esse ‘casamento’ deve-se, na avaliação dos militares dos dois países, à repressão ao tráfico de drogas na Colômbia, a partir de 80, por pressão dos Estados Unidos. Os narcotraficantes migraram para o sul da Colômbia e se aliaram aos guerrilheiros, que já controlavam as minas de ouro” (Nogueira, 1996, p. a-7). No ponto de vista de militares brasileiros, os Projetos SIVAM e Calha Norte seriam fundamentais na região, com ingerência, inclusive, na demarcação de terras indígenas e exploração de minérios (idem).

Reforçam-se acordos de proteção transfronteiras mediante formas de colaboração política intercontinentais, também em operações militares intrarregionais. Até hoje não houve modificação formal acerca dos resultados de investigações do massacre de indígenas por garimpeiros nas fronteiras da Venezuela com Roraima. Os argumentos para a criação do território federal do Rio Negro contêm resíduos do militarismo tão remanescente quanto o Sendero. Nesta área, localizam-se: “reserva de nióbio, uma das maiores do mundo e radar do SIVAM; parte da terra indígena ianomâmi que se estende até Roraima; garimpos dentro da área ianomami; cinco áreas indígenas criadas oficialmente, mas sem demarcação, com 10,8 milhões de hectares; pelotão de fronteira do Exército em lauretê, com cerca de 60 homens; terra indígena Pari-Cachoeira, com presença de garimpeiros e narcotraficantes; reserva ecológica-nacional Juami-Japurá; Pico da Neblina, ponto mais alto do Brasil, com 3.014 metros de altitude” (Bártholo, 1996, p. a-7). Os argumentos para a criação do território federal do alto Solimões expõem, entre outras razões, a “extração ilegal de madeira; terra indígena Avaré; garimpos dentro da terra indígena Avaré; área com presença de guerrilheiros da FARC; terra indígena Javari; área com 300 mil hectares de propriedade da madeireira WTK, da Malásia”.²⁷

27 Cf.; reportagem de “A Crítica”, Edição de 15/10/96, de autoria de Sérgio Bártholo (sucursal de Brasília), Wilson Nogueira e Isabela Abdala (Agência do Jornal do Brasil), Câmara apressa projetos de Territórios. A matéria revela a surpresa do Senado brasileiro pelo

A mesma preocupação com as “razões” apresentadas para a criação dos novos territórios é exposta em sentido contrário à posição dos militares pelo representante das Organizações Indígenas da Amazônia brasileira. Os processos de demarcação de terras indígenas serão interrompidos, na menor das hipóteses, com a aprovação da redivisão territorial. Tanto na região do Alto Solimões quanto na do Rio Negro há terras indígenas sem demarcação, em vias de serem demarcadas e em fase de execução das demarcações. A maioria da população dos municípios que comporão formalmente os novos territórios federais propostos é indígena. Mesmo assim, os indígenas, por meio de suas representações civis, acreditam que investimentos públicos deveriam incentivar alternativas de desenvolvimento nessas regiões nos municípios já existentes.

As “facilidades” postas às empresas madeireiras asiáticas em atuação na Amazônia, por outro lado, estão longe, aparentemente, das recomendações de preservação das florestas tropicais úmidas, normatizadas pelo Banco Mundial e recomendadas como diretrizes para a política ambiental do Brasil. A mídia tem dado grande destaque a essa nova incursão dos IED na Amazônia para exploração florestal. No entanto, tanto as operações das madeireiras asiáticas no plano local quanto os protocolos que regem as relações comerciais transnacionais sob um multilateralismo readaptado estão no espectro da ordem econômica global e da ordem política mundial em desenvolvimento.

A escolha da Amazônia como fonte potencial de exploração inclui objetivos estratégicos, como: o de centralizar em zonas da América do Sul e da América Central os maiores núcleos de produção e processamento de madeira em tora e/ou objetivos de maior lucratividade em curto prazo, compra terceirizada, fácil acesso à propriedade da terra, flexibilidade de manuseio da legislação ambiental, mecanismos contraditórios de controle entre os

parecer favorável na Comissão de Economia, Indústria e Comércio aos custos do plebiscito a ser realizado nos municípios de Barcelos, Japurá, São Gabriel da Cachoeira, Santa Izabel do Rio Negro; de Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Santo Antônio do Itá.

governos estadual e federal, falência de empresas locais. As megamadeireiras, antes de investir diretamente na Amazônia, realizam levantamentos sobre compra de terras e legislação específica de manejo florestal. Plystar Machinery, da China, Plywood SDN e BHD, da Malásia, têm interesse em se instalarem na região; a Rimbunan Hijau, da Indonésia, abriu escritório em Belém; e a KTS, outra empresa da Malásia, finaliza levantamentos no Ibama. Das sete empresas madeireiras estrangeiras instaladas em Manaus, três são asiáticas; o World Resources Institute, entidade que difunde os prejuízos ecológicos dessas madeireiras na Amazônia continental, contratado para assessorar o Congresso Brasileiro em comissão de avaliação das “estratégias de desenvolvimento e exploração das florestas, informa: com dinheiro para investir, domínio do mercado e matéria-prima escassa em seus países de origem, as madeireiras asiáticas se beneficiam dessa realidade para ampliar seus negócios na América Latina. Na Guiana, a Barama Company tem uma concessão de 25 anos para explorar madeira em 1,69 milhão de hectares ou 8% do território. A Demerara Timbers tem uma concessão semelhante para explorar 552 mil hectares. A Unamco & Case Timbers domina mais 545 mil hectares. O total de áreas concedidas soma 2,787 milhões de hectares e equivale a 17% da floresta”.²⁸ Medidas diversificadas em torno do melhor aproveitamento e eficiência na extração e beneficiamento da madeira são sugeridas pelo World Resources Forestry assemelhadas ao projeto-piloto que executa em Paragominas, Goiânia, visando modificar o *design* das serrarias e nos métodos de *marketing* e administração dos negócios, diminuir o impacto ambiental sobre as espécies não aproveitadas e aumentar o lucro pela redução do desperdício, estão sendo propostas para toda a América Latina; evocam-se os bons resultados da Costa Rica e Belize como exemplos a serem seguidos pela Guiana e pelo Brasil (*idem*).

As entidades não governamentais auxiliares do Banco Mundial oscilam entre o reforço do multilateralismo e do nacionalismo, quando reclamam a

28 Nigel Sizer In: Relatório do World Resources Institute (WWF – Fundo Mundial para a Natureza), *apud* Liana John “Madeireiras Asiáticas invadem América Latina”. *O Estado de S. Paulo*, edição de 15/10/1996, p. a-28.

soberania real dos países da América Latina sobre a Amazônia continental, condição utópica e incongruente com as consequências das ações globalizadas da economia mundial. Essa oscilação parece espelhar a transição da ordem internacional à ordem mundial. Herbert de Souza, referindo-se ao relatório do Bird para os diretores de programas para o Brasil, pergunta se faz sentido um governo nacional, “se tudo já foi combinado com o Banco Mundial”.²⁹ O Banco Mundial redireciona os financiamentos internacionais para áreas ou setores impeditivos do crescimento econômico, sem semelhança com as atividades agropecuárias que já detiveram 47% dos financiamentos entre 1987 e 1990, pelo fato de isso poder significar maior expansão física e mais investimentos públicos em infraestrutura, como hidrelétricas, novas estradas, assentamentos dirigidos, ampliação de aglomerados urbanos. É dessa postura que advém o incentivo ao extrativismo tradicional artesanal para equilibrar o extrativismo industrial. Mesmo assim, é difícil o consenso entre a autossustentação de atividades econômicas na Amazônia e as formulações de defesa e preservação do meio ambiente.

Fontes do Ibama indicam que a borracha nativa da Amazônia já teria desaparecido como setor extrativo ligado à indústria pneumática, componentes e derivados desse produto: “a borracha nacional não teria condição de competir com a borracha produzida no Sudeste Asiático”.³⁰ “Os técnicos do governo argumentam que não podem deixar o setor caminhar com as próprias pernas porque seriam massacrados pelos asiáticos [Malásia, Indonésia e Tailândia]. Eles observam que só na Amazônia cerca de 150 mil famílias dependem da borracha, embora as seringueiras nativas representem apenas 10% da produção nacional. Contando com os seringais cultivados em São Paulo, em Mato Grosso, no Espírito Santo e na Bahia e com a indústria de pneus e componentes de borracha, o setor é dos mais representativos da indústria nacional. (...) O seringal fixa as famílias na plantação e isso é

29 In: Quem governa o Brasil? *Folha de S. Paulo*, edição de 11/8/96, p. 1-3.

30 Paulo Grieger, diretor do Departamento de Transformação e Comercialização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, em entrevista à Aldo Soares, In: Carga fiscal e juros altos tornam produto mais caro que o importado. *O Estado de S. Paulo*, 13/10/96.

importante para preservar o meio ambiente. Mas os desafios impostos pela globalização não dão alternativa aos produtores de borracha. Ou eles se tornam competitivos ou vão acabar”.³¹

Os técnicos do governo seguem a orientação de princípios da visão ambiental do Banco Mundial, e este opta, ao contrário do que desejaria o governo, pelo financiamento direto “aos pequenos projetos, às pessoas que necessitam de ajuda”. Na avaliação dos assessores do banco, a mudança de atitude em relação aos financiamentos para o desenvolvimento e em relação ao gerenciamento dos recursos é pautada pela falta de confiabilidade nas instituições dos governos nacionais e pelos baixos resultados apresentados em relação aos investimentos feitos. É interessante observar que o parâmetro para a análise do “desempenho” do Brasil em relação à pobreza, por meio dos índices de escolaridade, são os “tigres asiáticos”, países que no período recente reduziram em 20% o número de pessoas sem escolaridade, enquanto a América Latina aumentou em 15% seu número de analfabetos.³² As ONGs e outras organizações enraizadas em comunidades locais, tais quais as associações de moradores e de professores, são os meios mais eficazes de efetivação de ajuda aos países pobres. Além de representativas dos interesses diretos dos necessitados, são entidades de pequeno porte, que não recebem recursos, mas bens e serviços (Soares, 1996).

Este é o espírito que move o Ibama a apoiar a instalação de usinas de beneficiamento em cooperativas de seringueiros em Santarém, Sena Madureira e Xapuri, no Pará e no Acre (idem). Concorre para a ausência de competitividade da borracha brasileira no exterior o alto custo da mão de obra local que, comparado ao custo mais elevado do Sudeste asiático, de US\$ 210 mensais, o da Tailândia é mais barato do que o custo da mão de obra

31 Aldo Bernardes Soares, *op. cit.*, p. b-9.

32 Cf. Wladimir Goitia, In: Cresce Financiamento do Bird para Ensino Básico, edição de *O Estado de S. Paulo*, 22/10/96, p. a-15. A fonte da reportagem é o relatório do Bird *The Burden of poverty*, em que é citada a liberação de verbas para o Nordeste brasileiro (US\$ 827 milhões para dez projetos de auxílio à 570 famílias e ... “descobriu-se que o dinheiro estava sendo gasto principalmente nas repartições públicas responsáveis pelo gerenciamento dos projetos, em vez de chegar aos pobres do campo”).

brasileira, que oscila entre US\$ 500 a 600 mensais (Neuman, 1996, p. B-8).³³ A Associação Nacional da Indústria de Pneus (ANIP) quer livre importação da borracha para desvencilhar-se da política de contingenciamento, pela qual é obrigada a adquirir 46% de seu consumo da matéria-prima, no país. “Para proteger a borracha nacional, o governo deve subsidiar o agricultor e não nos obrigar a pagar mais caro pelo produto” (Flávio Bettiol, diretor da ANIP, *apud* Gonçalves, 1996, p. B-1).³⁴

No espaço do Estado brasileiro há situações surpreendentes em relação ao crescimento econômico interno. O Relatório sobre Desenvolvimento Humano da ONU/IPEA, divulgado em 18 de junho de 1996, em Brasília, aponta o Amazonas como o sétimo estado brasileiro de maior renda *per capita*; entre os “três Brasis existentes”, o Amazonas está no “segundo Brasil”: a renda *per capita* do estado é de US\$ 2.846, enquanto a renda nacional é de US\$ 2.920. Pesquisa realizada pelo professor Álvaro Zinni da USP, que analisa um período de 55 anos da produção nacional (1939-1994), revela o decréscimo das disparidades regionais e a mudança de fluxo da riqueza entre os estados. Enquanto São Paulo teve crescimento de renda anual de 4,5% ao ano no período, Minas Gerais cresceu 8% e Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Sergipe e Bahia cresceram entre 6,9% e 7,8%. “O Brasil como um todo desenvolveu-se. O crescimento mais rápido de outros estados e regiões não se fez às custas de mais pobreza em São Paulo, estado que, não obstante, perdeu posição relativa, o que é bem diferente”.³⁵ Atualmente, a continuidade do crescimento não tende mais a seguir as “rotas de desenvolvimento anteriores. Uma dessas rotas parte de São Paulo em direção ao Sul; outra

33 In: Denise Bandeira – Custo da mão de obra impede que setor ganhe competitividade, *O Estado de S. Paulo*, edição de 13/10/96. No artigo há um quadro que demonstra que, mesmo dobrando a produção entre 1990 e 1996, de 24,0 para 54,0, esse setor importou mais pneus, em milhões de unidades entre 1992 a 1995, de 0,654 para 2,412 (automóvel); de 0,023 para 1,433 (caminhões e ônibus novos) e de 0,470 para 4,867 (recauchutados e usados).

34 Paulo Alberto Gonçalves. In: Indústria defende importação livre. *Folha de S. Paulo*, edição de 16/10/96.

35 Álvaro Zinni, In: As disparidades regionais diminuem. *Apud O Estado de S. Paulo*, edição de 21/10/96, p. b-2.

rota acompanha a fronteira agrícola das regiões Centro-Oeste e Norte. Quem estiver fora desses eixos terá de trabalhar mais” (idem). Ou de integrar-se à geopolítica descontínua dos fluxos da produção de riqueza mundial, sob pena de sofrer “uma desconexão forçada” da dinâmica de crescimento.

A *Port Technology International*, revista do Mercado Comum Europeu, deu destaque à criação de um dos mais modernos portos da América Latina, em Sapezal, na Chapada dos Parecis, Mato Grosso, que faz ligação com Roterdã, na Holanda, possibilitada pela conclusão do terminal portuário de Itacoatiara, no estado do Amazonas. Esse fato, em tese, concretiza a condição do estado como polo exportador de grãos, deixando de depender apenas da Zona Franca para integrar-se a outras redes de crescimento econômico global. O terminal portuário graneleiro, de Itacoatiara, integrar-se-á ao terminal portuário de Porto Velho, em Rondônia, e ainda prevê-se a construção dos portos graneleiros de Humaitá e Caracarái. O percurso de grãos Sapezal-Roterdã, antes feito pela via Paranaguá/PR ao custo total de US\$ 105, será feito via Itacoatiara-Amazonas, ao custo de US\$ 75, e escoará, além do mais, a produção da “rota de crescimento” Chapada dos Parecis (MT-RO), sul do Amazonas e Acre, com projeção para atendimento de outras áreas de agroindústria e exportação de produtos agrícolas e industriais da região. A hidrovia do Rio Madeira, cujo monitoramento via satélite baliza a carta eletrônica que sinaliza 1.117 quilômetros navegáveis, tornará o frete de madeira de Rondônia para Itacoatiara no mais baixo custo. Hoje, esse trajeto tem frete mais caro do que o de Itacoatiara-Rio de Janeiro ou Houston (Mendes, 1996, *apud A Crítica*, p. C-6). Além de assegurar preços competitivos aos produtos agrícolas dos municípios de Humaitá, Lábrea, Canutama e Boca do Acre, possibilitará aumento de produção em Apuí, Novo Aripuanã e Manicoré, trazendo perspectivas de crescimento econômico para as regiões do alto Solimões e baixo Amazonas. A expansão da fronteira agrícola de Rondônia, Acre, Roraima e Amazonas estará consolidada e contribuirá para o escoamento da produção de soja e de milho do noroeste de Mato Grosso. Há, finalmente, a expectativa de criação de 1,4 mil empregos diretos e de intensificação de setor industrial de óleos vegetais, rações animais, suinocultura tecnificada, avicultura de corte e bovinocultura estabulada. A capacidade de atendimento com infraestrutura adequada à recepção de

navios graneleiros de tecnologia operacional avançada, com armazenamento e rapidez de carregamento, situa o futuro terminal como porto de referência de *agrobusiness* no âmbito mundial (idem). Abstraídas a autopromoção do governo do estado e a “originalidade” do Plano III Ciclo, este é um exemplo ilustrativo da existência de forças contrárias à manutenção da região em “estado de natureza”,³⁶ circunstância que não exclui a possibilidade de que outras ruínas precoces somem-se às já existentes.

O capital globalizado em âmbito mundial não significa que o interesse de sua autovalorização e da obtenção de lucro seja extensivo a todos os lugares do mundo e todos os setores econômicos. A sua forma mundializada é exatamente contrária aos compromissos de fixação territorial, setorial ou de ramo produtivo. A sua forma mais fluida exige mobilidade como principal constituinte de sua nova metamorfose planetária, tal como a faculdade de eleger, “de voltar a escolher, em total liberdade, quais os países e camadas sociais que têm interesse para ele. Hoje em dia, muitos países, certas regiões dentro de países, e até áreas continentais inteiras (na África, na Ásia e mesmo na América Latina) não são mais alcançados pelo movimento de mundialização do capital, a não ser sob a forma contraditória de sua própria marginalização”.³⁷ A Amazônia é ilustrativa dessa volubilidade de escolha recuperada pelo capital nos dois sentidos, no da inclusão bem-definida em processos especiais de escolha estratégica, e no da “desconexão forçada”, ou desvinculação desses movimentos, para melhor enfatizar a expressão de François Chesnais. Ora assume o lugar de “entroncamento da rede mundial” das atividades capitalistas, ora aparece, mesmo em menor proporção, como área de atuação de “oligopólio mundial”, embora seja predominante a sua caracterização como “ângulo morto” ou “reserva territorial estratégica”.

A transição da condição da região amazônica de “fronteira do recursos” para “fronteira de conhecimentos” inclui problemas do grau de de-

36 Consultar, acerca deste comentário, G. Couturier, J. P. Lescure e M. Lourd In: *Relatório da missão na Amazônia brasileira, região Carauari, médio Juruá*, maio/junho de 1994. Convênio ORSTON/CNPq, Paris, 1995, p. 30.

37 François Chesnais, *Mundialização do Capital*, Xamã, São Paulo, 1996, citações das p. 18 e 81.

envolvimento das forças produtivas mundiais, tais quais as mudanças de padrões tecnológicos, “como ondas de inovações tecnológicas primárias”, com implicações de menor dependência de recursos energéticos dos países compradores e consequente queda na demanda e nos preços internacionais das *commodities*, algumas constituintes do perfil econômico mais dinâmico da Amazônia, como é o caso da exploração mineral (Buarque, 1995, 34-35). Além dessas circunstâncias do processo de exploração e de comercialização, que são independentes de decisões locais e nacionais, no setor mineral, especialmente, têm sido registrados vários conflitos, originados de graus diferentes de inserção de grupos sociais nessa dinâmica. Entre 10 e 24 de outubro de 1996, indígenas Waimiri-atroaris apropriaram-se do posto de segurança da empresa Paranapanema, maior produtora de cassiterita do mundo, cuja estrada, onde há escoamento diário de duzentos caminhões de minério, atravessa 45 quilômetros da reserva indígena desses povos. Os indígenas exigem um pedágio correspondente ao valor de um entre os duzentos caminhões que transportam cassiterita, diariamente, sobre o valor do incômodo tráfico e da utilização da área indígena como estrada. A empresa resiste a pagar esse valor, hoje em torno de R\$ 78 mil uma vez que o pedágio mensal anterior era de R\$ 17 mil. A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia brasileira afirma que os prejuízos causados pela exploração do minério aos indígenas são incalculáveis e emite nota de solidariedade legitimando a reivindicação deles.

O Grupo Paranapanema explora a mina do Pitinga desde 1980, após acordo feito com a FUNAI, fechado com o valor até então vigente, de R\$ 17 mil reais. “Entre as principais reclamações dos índios está a de que a Paranapanema não teria pago esta quantia, tentando acalmar os índios com alimentos, em vez da verba estabelecida, como lembra um dos líderes dos Waimiri-atroari, José Maria Warakaxi. *Agora que estamos aprendendo a ler e escrever, estamos descobrindo como enganaram nossos pais.* As negociações com a empresa têm alguns meses; a Paranapanema propôs R\$ 20.000 em setembro; após a sua mudança administrativa, agora composta pelos fundos de pensão da Vale do Rio Doce, Petrobras e Banco do Brasil, a empresa alterou a proposta para R\$ 24.000” (Freire, 1996, p. A-7). Em 1989, quando a demarcação dos 2.585.911 hectares da reserva foi homologada, os

indígenas discutiam as possibilidades de asfaltamento da BR-174, iniciada em 1995, que é parte do projeto de integração da região para saída marítima pelo oceano Pacífico. “Os índios exigem um projeto ambiental no valor de R\$ 3 milhões e 700 mil, divididos entre Amazonas e Roraima. O governo do Amazonas pagou sua parte para liberar o asfaltamento” (Schwade, 1996, *apud* Freire, 1996, p. A-7).³⁸

A condição diferenciada da Amazônia na “rede hierarquizada da mundialização do capital e agravamento da polarização”,³⁹ por mais paradoxal que possa parecer, aglutina, sob essa forma de classificação, uma diversidade ampla de interesses capitalistas organizados globalmente. Episódios recentes referidos, de conflitos entre indígenas e governo, empresários da Zona Franca e governo federal, garimpeiros e instituições federais em disputa por área de zoneamento do ouro, sem-terra e fazendeiros, e entre os governos estaduais e governo federal, parecem opor os interesses nacionais expressos pela União aos interesses pós-nacionais ou pré-nacionais das categorias subalternas, dos setores dominantes da economia mundial localmente representados e de etnias.

As desigualdades regionais internas e os desencontros políticos entre os estados da Federação e a União são frequentes e crescentes. O Centro das Indústrias do Estado do Amazonas ganhou na Justiça Federal o que chamou de “carta de alforria contra a escravidão dos decretos e portarias do governo federal” (*A Crítica*, 15/10/96). As lideranças industriais recorreram à Justiça para a revogação do artigo 36 do Decreto-Lei nº 1.455, que autorizava o governo federal a limitar globalmente as importações para a Zona Franca de Manaus, medida que ia de encontro aos próprios limites fixados pelo governo por meio da Lei nº 8.387/91, quando da aprovação dos projetos. A menos que seja para atingir todas as empresas brasileiras, o governo federal não poderá mais discriminar ou decretar limites às importações da Zona Franca, informa o advogado do CIEAM (cf. *idem*). Uma nova situação do

38 As informações utilizadas são produto de reportagem da jornalista Wilza Freire, em edição de 13 de outubro de 1996, do jornal *A Crítica*, Manaus.

39 Cf. Chesnais, *op. cit.*, p. 37.

Estado nacional na Amazônia pode estar sendo configurada pelos processos de globalização na região.

Os pressupostos tradicionais de criação do Estado-Nação estão sendo pressionados pelos fenômenos transnacionais que geram impactos e provocam desafios diferentes sobre países e regiões. “Não só os países têm diferentes características geográficas com relação a tamanho, localização e recursos naturais, como também as suas populações diferem muito em história, atitudes culturais, estruturas sociais e realizações econômicas. Alguns estão, portanto, mais bem preparados do que outros para enfrentar a elevação do nível dos mares, ou a revolução da biotecnologia, ou até mesmo as mudanças demográficas. A desigualdade entre os países continua sendo a ordem do dia” (Kennedy, 1993, 121). As transformações que atingem lugares da Amazônia também são desigualmente apreendidas na relação entre região, nação e mundo. Setores dinâmicos, predominantemente econômicos, ou que atuam nas consequências sociais desse nível, como as empresas transnacionais, as ONGs, as organizações científicas, os estímulos culturais, adquirem outra significação nos movimentos de universalização do capital.

No limite, é possível delinear um crescente sentimento de inadaptação às mudanças que se processam no âmbito do Estado brasileiro. O governo central em “Brasília adota os métodos do FMI para evitar a falência nos estados”, procedimento confirmado pelo presidente do BNDS e noticiado pelo *Le Monde* (Cf. edição de 26/10/96). Os estados “respondem” com uma “guerra fiscal”, interestadual voltada para captação de recursos externos, especialmente os chamados IED, como mecanismo para minimizar o desemprego e a questão social e de criar condições para uma rediscussão da dívida interna. Governadores negociam junto ao Executivo Federal formas “politicamente sensíveis” de demonstrar que há diferença entre “gastar com o pagamento da dívida e com pessoal ou investimento. Em 1994, antes do Real, só no primeiro semestre, o governo do Distrito Federal obteve US\$ 300 milhões na ciranda financeira, para um gasto no ano todo de pouco mais de US\$ 2 bilhões. Era fácil: atrasando em cinco dias o salário do funcionalismo, você conseguia dinheiro para fechar a folha. Num país que tinha historicamente uma moeda podre, cair numa moeda com o valor real – que não perde valor todo dia, mas também não permite um aumento diário da arrecadação – é

uma revolução. Quando se faz uma revolução tem de se mudar as leis. (...) Queremos dar realidade aos cálculos feitos na Justiça. Em contrapartida os estados também precisam abrir mão da maneira como calculam suas taxas. Hoje, todos os governadores, uns mais outros menos, estão agindo como gerentes de pessoal (...) ou como gerentes financeiros, para pagar dívidas. Isso não pode continuar assim” (Buarque, 1996, p. A-6).

A história recobre os lugares da Amazônia com fatos novos; a inteligência vê-se motivada para além da “agilidade dos fatos”; o cotidiano impregna-se de práticas desveladoras de um horizonte social inesperado; a imaginação artística capta outros sons e imagens invasores da “região dos silêncios”.⁴⁰ A poética do imaginário reinterpreta a Amazônia e sinaliza a sua diversidade em processo de incorporação de outros elementos na linguagem do mundo, celebrando a passagem do tempo:

*Nada no ar.
A não ser o Tempo que alimento.
O vento passa.
[...] Espectador da paisagem.
Ninguém me habita.
No entanto me basto.
Repleto de memória.
Pasto em que me alimento.
Serenó.⁴¹*

A Amazônia passa a conter um novo conjunto de ideias-força de suas representações no mundo. Transformada em signo, ela permite à capacidade criadora reinterpretar suas metamorfoses; desmaterializada da grandiosidade da sua geografia pode ser reelaborada continuamente em várias

40 Cf. João de Jesus Paes Loureiro, In: *Cultura Amazônica, uma poética do imaginário*. CEJUP, Belém, 1995, p. 91.

41 Aníbal Beça, In: *Celebração. Poetatu, Coletivo Gens da Selva*, Manaus, 1996, p. 6. *Antologia Poética III*.

materialidades e temporalidades, seja na cosmologia dos mitos, seja na transformação de seus elementos orgânicos (Evangelista, 1996, p. 1-4). Na criação de decomposições ou de minimizações de seus elementos constituidores surge uma ambiência fantástica, multiplicada, articulada com uma linguagem mundial de virtualidades. A Amazônia desterritorializa-se e reterritorializa-se⁴² também nesse plano, na sua reinvenção. “Posso ser um viajante imóvel e pensar no mundo; posso viajar por terras estranhas sem sair do meu quarto. (...) A linguagem deve, então, aprofundar as sugestões locais, para assim tentar inventar um mundo, seja este o labirinto amazônico ou o pequeno espaço do nosso quarto, que pode se tornar um labirinto, porque a memória e a imaginação são tão vastas quanto o universo”.⁴³

Na seção *Universalis* da Bienal Imaterial (1996), as instalações de Roberto Evangelista expressam fragmentos dos signos amazônicos mundializados; “ambientes traduzem a presença do sagrado num mundo materialista, consumista e hedonista” (Viegas, 1996, p. h-3); opera-se um “rito de passagem” entre o ancestral sacralizado e a finitude da existência humana dos objetos gastos na sucessão de cotidianos: na pedra portuguesa do século XVIII e nos dois mil pares de tênis usados, velhos, quebrados em sua utilidade, revivificados na permanência trans-histórica dos mitos e tradições indígenas, “mesmo com a rapidez dos computadores e o processo de globalização. A Zona Franca de Manaus e as indústrias de alta tecnologia contrastam com a selva e as famílias de índios aculturados” (idem, p. h-3).

O sentido de perenidade da natureza amazônica, traço mais profundo do olhar humano sobre ela, parecia ser resultado de sua representação como “um grande signo modulado pelo tempo” (Loureiro, 1995, p. 94). Mesmo sendo uma representação dominante, a poética que confere à cultura uma leveza se torna insustentável diante das transformações sobre a natureza e a sociedade, criando um campo de conflito de signos entre as culturas

42 Acerca das noções de desterritorialização e reterritorialização. Cf. Renato Ortiz In: *Mundialização da Cultura e um outro território*, *op. cit.*, 1994 e 1996 (último título inédito).

43 Milton Hatoum. In: *Estigma do exotismo pode transcender o regional?* Conferência de lançamento de *Literatura e Memória: notas sobre um relato de um certo oriente*. Educ, São Paulo, 1996, p. 22. Cf. *O Estado de S. Paulo*, 11/7/96, p. d-3.

locais, nacional e universal. Opera-se, então, no imaginário amazônico “uma espécie de outra natureza que o homem da região não pode preencher com os antigos signos do seu devaneio, nem povoar de mitos, nem mais se sentir imenso diante dela. Da qual ele participa como espectador interdito. Um estado agônico que então se deflagra no âmbito de sua cultura, uma fissura aberta em sua compreensão do mundo”.⁴⁴

A economia, a política, a comunidade, a sociedade regional redescobrem-se em vários patamares de relações mundiais que sacodem gentes, aldeias, aglomerados urbanos. Modos de organizar, de locomoção, de intercomunicação entre as culturas ancestrais, as populações caboclas e os grupos sociais são invadidos por necessidades concretas e imateriais dos espaços descontínuos, onde uma Amazônia mundial se manifesta. A contemporaneidade de sua formação social é surpreendentemente indutora de alterações na sua autocompreensão. Real e imaginária a globalização da Amazônia é, sem dúvida, um processo novo e inconcluso. E nem por isso menos importante na “era do globalismo”.⁴⁵

Referências bibliográficas

- A Crítica* (1996). **Justiça acaba limites de cotas na ZFM**. Manaus. 15/10/96, p. A-16.
- _____. (1996). **Zoneamento ecológico vai sair do papel**. Manaus. 17/10/96, p. C-6.
- AVATER, Elmar (1992). **Ecological Disorder National Sovereignty: the case of the Amazon**. Belém: UNAMAZ/UFPA.
- BANAS, Geraldo (1996). **Globalização, a Vez do Brasil**. São Paulo: Makron Books.
- BANDEIRA, Denise (1996). **Custo da mão-de-obra impede que setor ganhe competitividade**. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13/10/96.

44 João de Jesus Paes Loureiro, *op. cit.* idem, Cf. p. 49-74, citação da p. 74.

45 Expressão-título de livro de autoria de Octavio Ianni, *Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 1996.

- BÁRTHOLO, Sérgio (1996). Amazonas encabeça o Segundo Brasil. **A Crítica**, Manaus, 23/6/96.
- BÁRTHOLO, Sérgio (1996); Nogueira, Wilson; Abdala, Isabela. Câmara apres-
sa projetos de territórios. **A Crítica**, Manaus, 15/10/96.
- BEÇA, Anibal (1996). **Celebração. Manaus, Poetatu/Coletivo Gens da Selva**.
[Antologias Poéticas III].
- BUARQUE, Sérgio C. (1995). Padrões Tecnológicos e formas de Fronteiras. In:
E. Castro, E. Moura, L. Maia (orgs). **Industrialização e Grandes Projetos,
Desorganização e Reorganização do Espaço**. Belém: Editora da UFPA.
- CHAUNU, Pierre (1976). **A História como Ciência Social: a duração, o espaço
e o homem na época moderna**. Trad. Fernando Ferro. Rio de Janeiro: Zahar.
- CHESNAIS, François (1996). **A Mundialização do Capital**. Trad. Silvana Finzi
Foá. São Paulo: Xamã.
- CHOMSKY, Noam (1996). **Novas e velhas ordens mundiais**. Trad. Paulo
Roberto Coutinho. São Paulo: Scritta (Coleção Clássica).
- COUTURIER, G., Lesgre, J. P. (1996). **Relatório da Missão na Amazônia Bra-
sileira**. Carauari/Paris: CNPq.
- EVANGELISTA, Roberto (1996). **O Estado de São Paulo**, p. 1-4.
- Folha de S. Paulo (1996). Quem Governa o Brasil? **Folha de S. Paulo**, edição
de 11/8/96, p. 1-3.
- FREIRE, Wilza (1996). Uaimiri-Atroari mostra que é de guerra. **A Crítica**,
Manaus, 13/10/96, p A-7.
- GOITIA, Wladimir (1996). EUA querem isolar o Brasil do bloco das Américas.
O Estado de S. Paulo, São Paulo, 13/10/96.
- _____. (1996) Investimento Externo Global Cresceu 12 Vezes Desde 1973. **O
Estado de S. Paulo**, 18/10/96, p. b-9.
- _____. (1996) Cresce Financiamento do Bird para Ensino Básico. **O Estado
de S. Paulo**, 22/10/96, p. a-15.
- GONÇALVES, Paulo Alberto (1996). Indústria defende importação livre.
Folha de São Paulo, São Paulo, 16/10/96.
- HATOUM, Milton (Entrevista) (1996). Estigma do exotismo pode transcender
o regional? **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11/7/96.
- IANNI, Octavio (1996). **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização
Brasileira.

- Le Monde; Paris, França, 10/96.
- LOUREIRO, João de Jesus Paes (1995). **Cultura Amazônica: Uma Poética do Imaginário**. Belém: CEJUP.
- KENEDDY, Jonh (1995). **Paradoxo Global**. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- MARIA, Estanislau (1996). Exército acaba com movimento no Pará. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25/10/96, p. 1-8.
- MIYAMOTO, V. (1991). **Meio Ambiente e Dívida Externa**. São Paulo: EDUSP, p. 12-13.
- NOGUEIRA, Rui, Figueiredo, Lucas (1996). Militares planejam a ocupação econômica da Amazônia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27/10/96, caderno "Mais", p. 5-9.
- OLIVEIRA, Fabíola (1991). **Jornalismo Científico e a Amazônia: Estudo de Jornais Brasileiros**. São Paulo: ECA/USP (Dissertação de mestrado).
- ORTIZ, Renato (1994). **Mundialização da Cultura**. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1996) **Otro território**. Chile: Universidad Nacional de Qilmes.
- RIBEIRO, Renato Janine (1996). Artigo-comentário à antologia organizada por José Eduardo, Faria, **Direito e Globalização Econômica: Implicações e Perspectivas**. São Paulo: Malheiros Editores, 160 p.
- RIBEIRO, Wagner Costa (1996). Biodiversidade, soberania e tecnologia. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16/10/96, p. 14.
- SCHWADE, Egydio, Dorothy (1985). **As terras waimiri-atroari no ciclo do minério**. Amazonas: Presidente Figueiredo, 21/04/85, p. 1-11.
- SIZER, Nigel (1996). Relatório do World Resources Institute (WWF – Fundo Mundial para a Natureza), *apud* Liana John. Madeiras Asiáticas Invadem América Latina. **O Estado de S. Paulo**, 15/10/96, p. a-28.
- SMITH, Anthony D. (1995). **Nations and Nationalism in a Global Era**. Cambridge/Oxford: Polity Press.
- SOARES, Aldo Renato (1996). Borracha: carga fiscal e juros altos tornam produto mais caro que o importado. **O Estado de São Paulo**, S. Paulo, 13/10/96, p. C-6.
- VIEGAS, Paulo (1996). **O Estado de São Paulo**.
- ZINNI, Alvaro (1996). As disparidades regionais diminuem. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21/10/96.

EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

A Amazônia é, ao mesmo tempo, uma das primeiras e últimas utopias do planeta Terra. Antes mesmo de o Novo Mundo ser descoberto, a Amazônia era um lugar perdido no imaginário de repouso e de inquietação de gentes, temas e episódios fantásticos. Pode ser dito, ainda, que as fabulações e expressões que a tomam como problema para tematizá-la em linguagens artísticas, filosóficas, científicas e políticas podem configurar um lugar de encontro, confronto, acomodações, sínteses, produzidas pela cultura e pela ciência do Ocidente e do Oriente, pela historicidade do capitalismo, pelo “choque de civilizações”, pelas expectativas do começo (como criação) e do fim (como extinção) de uma época. Ao supor a Amazônia como um lugar globalizado, tem-se a expectativa de enfocar modos de realização da Amazônia como parte do planeta, e como nos processos históricos de sua configuração ela sofreu influências ininterruptas dos universais construídos para a articulação de povos, regiões, continentes, economias que traziam em seu bojo uma mundialidade sob os signos da modernidade, dos Estados-Nação, das formas sociais do trabalho, da economia internacional, da integração das comunicações, dos regionalismos, dos nacionalismos; e que traziam, também, a antimodernidade, as ruínas precoces, a fragmentação de etnias e nações, as contramudanças como manifestações de descontinuidades históricas aparentemente excludentes das tendências universais.

A COP 30 convida o mundo a escutar a floresta e seus guardiões, a considerar o saber ancestral em diálogo com a ciência e a construir pactos justos e eficazes em defesa da vida no planeta. A escolha da Amazônia como sede não é apenas simbólica: representa o reconhecimento da centralidade dos biomas tropicais e da urgência em protegê-los. Afinal, o que acontece na Amazônia repercute em todo o planeta.



Encontre este livro gratuitamente em formato
digital acessando: livraria.senado.leg.br

SENADO FEDERAL

